

Loren Salles Souza Pereira

Organizadora

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

**desafios e perspectivas
para o ensino remoto**



Loren Salles Souza Pereira
Organizadora

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

desafios e perspectivas
para o ensino remoto

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua – PA
2021

©2021 por Loren Salles Souza Pereira

©2021 por diversos autores

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deividy Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

Editoração eletrônica/ diagramação: Walter Rodrigues

Projeto de capa: Editora Itacaiúnas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

| | | |
|-----------|---|-------------------|
| E24 | Educação em tempos de pandemia [recurso eletrônico]: desafios e perspectivas para o ensino remoto / Vários autores ; organizado por Loren Salles Souza Pereira. - Ananindeua : Editora Itacaiúnas, 2021. 135 p. : il. : PDF ; 2,5 MB. Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-65-89910-45-9 (Ebook) DOI: 10.36599/itac-etpdp 1. Educação. 2. Ensino remoto. 3. Pandemia – Covid-19. 4. Lazer. 5. Temas transversais. I. Pereira, Loren Salles Souza. II. Título. | CDD 370 CDU 37 |
| 2021-3678 | | |

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação 370
2. Educação 37

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

Esta obra foi publicada pela [Editora Itacaiúnas](#) em setembro de 2021.

AGRADECIMENTOS (Capítulo I)

A Deus, por nos proporcionar saúde e sabedoria ao longo da caminhada acadêmica.

Aos nossos cônjuges e filhos, pelo apoio incondicional e incentivo nos momentos difíceis.

A todo o corpo docente, direção e administração desta universidade, por nos concederem ensinamentos e suporte necessário ao longo do curso.

À nossa orientadora Loren, por toda a ajuda e orientação durante a realização deste trabalho.

E a todos os lugares e pessoas, que nos permitiram aprender através da vivência dos estágios os ensinamentos para um melhor desempenho em nossa carreira profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a nossa formação, nossos sinceros agradecimentos!

AGRADECIMENTOS (Capítulo II)

Agradecemos primeiramente a Deus por nos presentear com o dom da vida e nos permitir realizar este sonho. Aos nossos familiares e amigos que nos apoiaram nesta trajetória, à nossa orientadora por todo o apoio e orientação e as nossas colegas de curso que enfrentaram os desafios e trabalharam da melhor forma possível para a realização deste trabalho.

*“Educar é crescer. E crescer é viver.
Educação é, assim, vida no sentido
mais autêntico da palavra.”*

Anísio Teixeira.

Dentre os aspectos da vida diretamente afetados pela pandemia, encontramos a Educação. Esse livro é resultado de pesquisas que buscaram entender quais foram os principais impactos e desafios enfrentados pela comunidade escolar, e, também, traz algumas reflexões sobre temas transversais que permeiam o universo da Educação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - Educação Infantil em tempos de pandemia: os desafios no ensino e aprendizagem remotos8

Catia Maria Ambrosio da Rocha
Celina Keiko Kon
Loren Salles Souza Pereira
Mônica Regina Fróes

CAPÍTULO 2 - Ferramentas didáticas que podem auxiliar o professor a alertar às crianças sobre o abuso sexual50

Denise Malafatti Gonçalves
Loren Salles Souza Pereira
Sílvia Domingues Pozippe
Tatiana Donizetti de Carvalho Curatito

CAPÍTULO 3 - Ensino remoto na Educação Básica: os desafios dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos82

Adriana de Sousa do Prado Serra
Camila de Souza Alves
Camila de Souza Ramos
Loren Salles Souza Pereira

CAPÍTULO 4 - Lazer e desigualdade social: novas perspectivas durante a pandemia do COVID-1936

Loren Salles Souza Pereira

CAPÍTULO 5 - Inter-relações entre Vigotsky e a Lei Brasileira de Inclusão...47

Loren Salles Souza Pereira

Sobre as autoras58

CAPÍTULO 1

Educação Infantil em tempos de pandemia: os desafios no ensino e aprendizagem remotos

Catia Maria Ambrosio da Rocha
Celina Keiko Kono
Loren Salles Souza Pereira
Mônica Regina Fróes

RESUMO

O presente estudo visa analisar, através de uma pesquisa qualitativa, os desafios no ensino/aprendizagem infantil remoto em uma escola da rede Municipal da Zona Leste de São Paulo. No contexto atual de pandemia, com as escolas fechadas por conta do isolamento social, a educação foi forçada a mudar o jeito tradicional de ensinar, passando a ensinar exclusivamente através da internet, inclusive para crianças, ocasionando muitas divergências entre a comunidade escolar, entre elas: essa seria ou não a melhor alternativa no momento? Esse conceito ganhou notoriedade rapidamente e, sem uma preparação prévia de escolas e professores, está sendo compreendido diariamente na prática. Por isso, faz-se importante fomentar estudos acadêmicos relacionados ao tema com a finalidade de entender, assimilar de forma correta e buscar uma solução assertiva para o problema que impacta diretamente no modelo de ensino e aprendizagem, especialmente para as crianças, por não poderem vivenciar o que é considerado ideal na sua idade - a interação e convivência social através de vivências lúdicas e do brincar, maneira mais efetiva de despertar o interesse pela vida escolar e o seu desenvolvimento cognitivo na infância. Este estudo consiste em uma pesquisa quantitativa coletada através de questionário estruturado em escala *likert* - concordância/discordância, aplicado a docentes de uma escola pública, utilizada como amostra, e tem como objetivo contribuir no entendimento do tema, observando a percepção e vivência prática dos docentes quanto ao novo modelo de ensino, sua efetividade e as dificuldades encontradas na sua execução.

Palavras-chave: 1. Educação; 2. Ensino Infantil; 3. Ensino Remoto; 4. Pandemia Corona Vírus.



ABSTRACT

This study aims to analyze, through qualitative research, the challenges in remote child teaching/learning in a school in the Municipal Network of the East Zone of São Paulo. In the current context of the pandemic, with schools closed due to social isolation, education was forced to change the traditional way of teaching, going on to teach exclusively through the Internet, including for children, causing many divergences between the school community, among them: would this be the best alternative at the moment? This concept has gained notoriety quickly and, without prior preparation of schools and teachers, is being understood daily in practice. Therefore, it is important to promote academic studies related to the theme in order to understand, assimilate correctly and seek an assertive solution to the problem that directly impacts the teaching and learning model, especially for children, because they cannot experience what is considered ideal in their age - interaction and social coexistence through playful experiences and play, a more effective way to arouse interest in school life and their cognitive development in childhood. This study consists of a quantitative research collected through a questionnaire structured on a likert scale - agreement/disagreement, applied to teachers of a public school, used as a sample, and aims to contribute to the understanding of the theme, observing the perception and practical experience of teachers regarding the new teaching model, its effectiveness and the difficulties encountered in its execution.

Keywords: 1. Education; 2. Early Childhood Education; 3. Remote Education; 4. Pandemic Corona Virus.



1. Introdução

A Educação Infantil é uma etapa imprescindível para a inserção e desenvolvimento da criança na vida educacional. É na escola que a criança aprende suas primeiras noções de convívio social e vivencia novos desafios, como interagir com os colegas e com os professores. Ambientes lúdicos tornam-se atrativos, ainda mais se acompanhados de brinquedos e brincadeiras, facilitando assim o ensino e a aprendizagem das crianças.

De acordo com Gomes (2006, p.233), uma prática pedagógica efetiva precisa de uma dinâmica única, que estimule a capacidade de pensar e refletir sobre os mais variados assuntos, que consiga unir arte e cultura, possibilitando ao sujeito uma autonomia sobre si mesmo e sobre a interação com o mundo.

No contexto atual em que o mundo se encontra devido à pandemia (COVID-19), ocasionada pelo novo Corona Vírus (SARS-CoV-2), uma nova modalidade tecnológica de ensino conquistou muita notoriedade – o ensino remoto. Considerado como recurso que o professor utiliza através da sua metodologia para lecionar aos seus alunos, o ensino remoto não substitui o ensino presencial assim como ocorre na Educação a Distância (EAD), ele apenas o complementa, fazendo uso da tecnologia da informação e de outros meios de comunicação.

O ensino remoto proporciona uma grande interação entre professor e aluno visto que as aulas acontecem em tempo real, podendo o aluno perguntar e responder diretamente ao professor. Para que a interação seja efetiva é necessário estabelecer conceitos, conforme a definição dos autores a seguir: “a interação estabelecida entre o ensino/aprendizagem caracteriza-se pela seleção, preparação, organização e sistematização didática dos conteúdos para facilitar o aprendizado dos alunos” (RODRIGUES BRAIT *et al*, 2010, p.3).

Considerando as alterações ocasionadas pelo uso de novas tecnologias na educação, o presente trabalho possui o objetivo de discorrer sobre as dificuldades no ensino remoto infantil durante a pandemia. Através de uma pesquisa quantitativa aplicada em uma escola da rede Municipal da Zona Leste de São Paulo, a amostra foi coletada por meio de um questionário estruturado, utilizando como parâmetro a escala *Likert*, que atribui escalas de valores para cada uma das respostas. Ao

analisar a vivência prática e cotidiana dos docentes mediante a realidade do novo modelo de ensino, surge o questionamento: “é possível criar uma interação com os alunos e conseguir transmitir por meio das telas um ensino similar ao tradicional, antes experimentado pelas crianças na escola?”

1.1 Justificativa

A escolha do tema em questão é justificada por sua atualidade, relevância e necessidade de investigação acerca do papel desempenhado pelos docentes durante a pandemia Covid – 19 e das atividades realizadas remotamente na Educação Infantil.

O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicado em 28 de abril de 2020, responsável por orientar as práticas pedagógicas durante a pandemia, corrobora com a importância do tema afirmando que, embora a prática do ensino remoto possua pontos negativos, foi a solução emergencial mais viável no momento para garantir o direito da aprendizagem aos alunos.

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares. Cabe lembrar que a organização do calendário escolar se dá de maneira a serem alcançados os objetivos de aprendizagem propostos no currículo escolar para cada uma das séries/anos ofertados pelas instituições de ensino (CNE, 2020, p. 3.).

O processo de ensino/aprendizagem é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores desafios na vida do docente nesse momento de isolamento social. Toda a estrutura educacional está sendo redesenhada e carrega consigo elementos para pensar em novos modelos de ensino/aprendizagem, de maneira que o aprendizado adquirido diante desse quadro de pandemia seja transformado em conhecimento e possa ser repassado como informação para o futuro.



1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios que os docentes encontram no processo de ensino/aprendizagem infantil remoto durante a pandemia Covid – 19.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral seja alcançado, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar quais são os principais fatores que dificultam a vida do docente durante a realização das aulas remotas;
- b) Analisar a percepção dos docentes quanto à interatividade dos alunos e os métodos de avaliação utilizados;
- c) Entender como ocorre o desenvolvimento das aulas, recursos, metodologia, didática utilizada;
- d) Relacionar a teoria que discorre sobre práticas de ensino/aprendizagem às práticas utilizadas pelos docentes.

1.3 Método

De acordo com Fonseca, método é a definição dos caminhos e instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica (FONSECA, 2002).

Neste contexto, foi feita uma pesquisa bibliográfica ancorada em livros, revistas, periódicos, vídeos, jornais impressos e telejornalismo; em seguida foram estabelecidos os objetivos geral e específicos de acordo com o tema e com o cronograma estabelecido.

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados (MINAYO, 2004, p.43).



Após a definição do problema de pesquisa norteador do trabalho, na primeira etapa acontece a realização da revisão bibliográfica do tema a fim de entender o conteúdo e possíveis desdobramentos do assunto para investigação.

Na segunda etapa, com propósito de entender melhor o contexto do tema pesquisado, desenvolve-se a parte do referencial teórico e, posteriormente, a coleta dos dados. Na terceira etapa, as informações coletadas serão analisadas e, posteriormente, feita a tabulação dos dados, chega-se à conclusão do trabalho.

1.4 Tipo de Estudo

Para alcançar o objetivo definido na proposta desta pesquisa, trabalhou-se com o universo de escolas da Rede Municipal de São Paulo; a amostra selecionou intencionalmente o Centro de Educação Infantil – “CEI Professor Walter de Andrade”, localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo, que atende aproximadamente 234 crianças de 2 a 4 anos de idade. A escolha da instituição foi motivada por ser o campo de estágio das autoras.

A aplicação do questionário de pesquisa previamente estruturado foi disponibilizada via *link* na plataforma *google docs*. Os dados foram obtidos através de escalas para cada uma das variáveis apresentadas. As escalas, em sua maioria, foram do tipo *Likert*. De acordo com Mafra (1999), é um método bem estruturado para obter dados a respeito do tema pesquisado, no qual o entrevistado tem cinco opções de resposta: muito satisfeito, satisfeito, indeciso, insatisfeito, muito insatisfeito. Mafra (1999) complementa que as categorias são usualmente empregadas para lhes conferir valores.

Deste modo, quanto à natureza dos resultados, a pesquisa classifica-se como aplicada e, quanto aos procedimentos e abordagem, como um estudo de caso com abordagem quantitativa.

De acordo com Fonseca: [...] “pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros” (FONSECA, 2002, p.20).



O envio da pesquisa aos professores foi realizado através da Gestão da escola, previamente esclarecida sobre o conteúdo e intenções do questionário, como pode ser observado no consentimento disponível em anexo nos apêndices do trabalho.

1.5 Cronograma

Para uma melhor organização e planejamento do trabalho, foi elaborado um cronograma de execução das atividades a serem realizadas durante o seu desenvolvimento.

Tabela 1- Cronograma

| CRONOGRAMA | | | | | |
|--|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
| Meses | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| Atividades | | | | | |
| Formulário de aceite do TCC | 17/08/2020 | | | | |
| Definição do tema macro | 17/08/2020 | | | | |
| Formação do grupo TCC | | 03/09/2020 | | | |
| Definição do tema | | 03/09/2020 | | | |
| Levantamento bibliográfico | | 04/09/2020 | 15/10/2020 | | |
| Produção dos elementos pré-textuais | | 10/09/2020 | | | |
| Orientações e discursões sobre o pré-projeto | | 24/09/2020 | | | |
| Produção da primeira entrega | | 25 a 29 09/2020 | | | |
| Revisão da primeira entrega | | 30/09/2020 | | | |
| Primeira entrega | | | 05/10/2020 | | |
| Produção da fundamentação teórica | | 30/09/2020 | 28/10/2020 | | |
| Orientações sobre a fundamentação teórica | | | 30/10/2020 | | |
| Elaboração do questionário de pesquisa | | | 30/10/2020 | 08/11/2020 | |
| Aplicação da pesquisa | | | | 10 a 17/11/2020 | |
| Consolidação dos dados | | | | 18 a 25 | |
| Orientações para entrega parcial II | | | | 25/11/2020 | |
| Conclusão | | | | 25/11/2020 | 01/12/2020 |
| Orientações para a entrega final | | | | 28/11/2020 | 04/12/2020 |
| Revisão para a entrega parcial II | | | | 28/11/2020 | |
| Entrega parcial II | | | | 30/11/2020 | |
| Revisão | | | | | 12/12/2020 |
| Preparar apresentação | | | | | 12/12/2020 |
| Entrega final | | | | | 14/12/2020 |

Fonte: Autores (2020).



2. EDUCAÇÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A educação está presente em todos os modelos de sociedade existentes; ela acompanha as mudanças e perpassa com o tempo. A sociedade, de maneira ideal ou não, educa-se à sua forma. A educação é uma forte aliada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária; entretanto, ela liberta e ao mesmo tempo pode ser usada como forma de dominação e repressão.

Para Paulo Freire (1993), a educação quando usada como mediação, resulta em alterações significativas na sociedade e em outras áreas como a economia, afetando diretamente as relações humanas no conhecimento e na busca dos direitos; sendo assim, uma sociedade sem educação não progride. A educação faz-se necessária para que a sociedade se desenvolva, tenha cidadãos críticos e analíticos. A evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade.

Diante da grande relevância e abrangência da educação, torna-se necessário estudar brevemente a História da Educação no Brasil em seus mais diversos contextos, pois ela proporciona o conhecimento do passado da humanidade; desse modo, é possível observar para onde estamos caminhando hoje, considerando o aprendizado e conhecimento que adquirimos no passado.

(...) estudar a Educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da Educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A Educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política. (ARANHA, 2006, p. 24).

A educação no Brasil apresenta em cada período de sua história realidades e contextos distintos, entretanto, não modifica o modelo de educação destinado às classes menos favorecidas - uma educação domesticadora, elitista, reacionária em grande parte de sua história, com condições precárias de ensino. Esse contexto limitou o acesso a uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente efetiva, destinada apenas a quem detinha poder econômico.



A história do Brasil é marcada pela exploração, violência, corrupção e desrespeito às etnias desde a colonização por parte dos europeus, onde o branco, com fome de poder por terras e dinheiro, é o dominador, e negros e índios são rebaixados à servidão na sua própria terra.

Em meio a esse contexto, surge a Companhia de Jesus, fundada por padres jesuítas. Inicialmente, a sua intenção era catequizar os índios - surge ali a primeira escola de primeiras letras do país. “A organização escolar na Colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (RIBEIRO, 1986, p.24. *apud* SOUZA, p. 2).

A obra de catequização dos jesuítas estava relacionada à política de colonização, permanecendo vigente por mais de dois séculos. A educação foi se transformando em um instrumento voltado exclusivamente aos mais favorecidos economicamente. Sendo assim, não era interessante para a população pobre, pois não enxergavam nos estudos uma aplicação prática em relação à sua realidade. Portanto, o ensino jesuítico despertava maior interesse àqueles que não precisavam do trabalho para sobreviver.

(...) “os Jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Ribeiro (1986, p. 29) elucida que “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos colonizadores. Os indígenas foram apenas catequisados”. Nesse sentido, não só o índio como todos aqueles que não faziam parte dos altos extratos da sociedade (pequena nobreza e seus descendentes) estavam excluídos da educação. (PILETTI, 1991, p.34).

As escolas jesuíticas eram orientadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio at Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*.

No período Imperial, após a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, o Brasil expôs um desenvolvimento cultural notável, porém o acesso à educação continuava para poucos. Após a Independência do Brasil, o ensino superior passou a ser visto como essencial em relação aos demais níveis de ensino.



O principal objetivo da educação durante esse período era a formação das classes governantes. Para isso, ao invés de assegurar um sistema de ensino eficaz nacionalmente, as autoridades responsáveis preocuparam-se apenas em desenvolver algumas poucas escolas de ensino superior.

(...) preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 1991, p. 41).

Com a criação do método *Lancaster* - um método de ensino mútuo que consistia em, após treinamento, um aluno ficava responsável em ensinar a um grupo de outros dez alunos – a educação brasileira o adotou, sendo que foi instituído para reduzir a demanda de professores profissionais.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 25 de maio 1824, assegura em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. Porém, apenas em 1827 uma nova lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas e as escolas também contemplariam as meninas.

Com a descentralização do ensino em 1891, o acesso à educação deveria ser disponibilizado mais facilmente, fato que não ocorreu devido à falta de recursos das províncias, evidenciando claramente a falta de zelo com o ensino público. Com o ensino nas mãos da iniciativa privada, ficava evidente que o ensino de qualidade era apenas para as classes elitistas, enquanto as classes populares disputavam o ensino precário oferecido.

Esse sistema duplo de ensino brasileiro decorre de uma herança da primeira república, bem como a sua desordem, que é prolongada pelo período Monárquico. Uma das iniciativas de aprimorar o sistema educacional foi a Lei Orgânica Rivadavia Corrêa e Carlos Maximiliano, além da reforma Benjamin Constant, todas elas adotadas em caráter paliativo, pois mudavam o sistema, entretanto, os pilares fundamentais da Educação continuavam os mesmos.

O sistema federativo de governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior – responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – que deve ser reservado aos estados. (SOUZA, p. 4 2018).

A administração com maior autonomia dos estados na teoria representava um avanço, pois conferia a cada um agir de acordo com a sua realidade. Todavia, a realidade não foi como se imaginava: os estados mais pobres sofriam com o abandono e descaso, refletindo diretamente na vida educacional onde, mais uma vez, os menos favorecidos tinham uma educação precária e estavam fadados ao analfabetismo, que englobava grandes proporções no país.

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”. (ROMANELLI, 1978, p.43 *apud* SOUZA, 2018, p.5).

O estado de São Paulo se destacava entre os demais pelo maior investimento na área educacional. Todavia, é necessário ressaltar que o combate ao analfabetismo realizado através da Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacional do Brasil (1917), esta última com sede em São Paulo, retratava não o anseio de disponibilizar oportunidades iguais de progredir e sim o desejo de uma fração emergente da mediocracia desafiar a arraigada política oligárquica - uma manobra pensada no intuito de aumentar a cota do eleitorado, visto que analfabeto era proibido de votar. Sendo assim, o combate ao analfabetismo se tornou árduo, pois era um fator decisivo na continuação das oligarquias no governo.

Contudo, não havia uma rede de escolas públicas organizada, respeitável; as poucas que existiam nas cidades eram destinadas ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias, e o professorando não tinha qualquer formação profissional. (SILVA, 2018, p.5).

Após a revolução de 1930, surgiu uma inquietação ideológica que atuou em



importantes discussões e modificações no campo educacional; aparentava que o país tinha realmente despertado para a importância da educação e para a necessidade de garantir a todos esse direito. Em 11 de abril de 1931, através de um decreto, foi criado o Ministério da Educação (MEC) e as suas respectivas secretarias de educação dos estados. Em 1932, foi criado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que trazia como objetivo educação obrigatória, gratuita e laica.

O manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita. (ROMANELLI, 1979, p. 148. *apud* SOUSA, 2015, p. 3).

Após muitas discussões e elaborações de projetos, foi elaborada a constituição de 1934; esta por sua vez tratava sobre a estruturação do ensino brasileiro, onde o governo assumia novas responsabilidades, passando a de fato assumir perante a lei a sua função de controle e fiscalização das medidas adotadas.

No período do Estado Novo e durante o governo populista, a educação sofre um enfraquecimento de suas conquistas anteriormente adquiridas, ela regride notoriamente. O Estado Novo se eximiu da educação pública através de uma legislação.

Parafraseando Ghiraldelli Jr. (1994), o Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar-se apenas o ensino profissionalizante. (SOUSA, 2015, p.3).

Com o fim do Estado Novo o país voltou a priorizar a educação, dando continuidade aos direitos anteriormente assegurados pela Constituição de 1934. O texto de 1946 assegura em seu Art. 166 - “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. O Art. 167 ainda complementa que: “O ensino dos diferentes



ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1946).

Contudo, “apesar da mudança de regime e da nova Constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).” (PILETTI, 1991, p. 99).

A educação no período ditatorial se afastou dos ideais, aos quais estava pautada na repressão, na privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais. (SOUZA, 2015, p. 4).

A Lei nº 5.692/71, aprovada sem a participação popular, estabeleceu novas bases de ensino de 1º e 2º graus; entre elas: 1º grau de 8 anos dedicado à educação geral; o 2º grau (3 a 4 anos) obrigatoriamente profissionalizante. Até o ano de 1982, aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território nacional, as disciplinas de caráter reflexivo foram extintas no 2º grau.

Nos últimos anos foram conquistados grandes avanços e modificações na educação brasileira. Com a nova Constituição promulgada em 1988, o governo passou a “cuidar da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos e deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (SANTOS, 1999, p. 31). As principais conquistas adquiridas foram:

Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;
Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público. (ARANHA, 1996, p. 223).

Com base nessa nova Constituição vigente, foi criada a nova LDB, garantindo a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade. Em 1996, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - eles são as diretrizes que a educação deve seguir. Contudo, é possível considerar que esse era o caminho para um lugar melhor, o qual ainda definitivamente não havia sido encontrado.



(...) incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política. (RODRIGUES, 1991, p. 35)

Em 1968, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com foco em oferecer mais autonomia às escolas através da disponibilização de programas que subsidiam as carências da escola e incentivos para que o aluno permaneça na escola e tenha uma melhor qualidade de vida escolar.

Com a finalidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior, em 2005 foi aprovada a Lei nº 11.096, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), consiste em bolsas de estudos em instituições de ensino superior particulares a estudantes de escolas públicas de baixa renda e/ou estudantes de escolas particulares na condição de bolsistas utilizando como referência a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As bolsas podem ser parciais, com descontos de 25% ou 50%, e integrais. Também foi criado o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que visa substituir os exames tradicionais das universidades públicas; criado pelo Governo Federal, seleciona estudantes com base na nota do Enem, assim como o ProUni; dentro dele, as vagas estão divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, entre outros aspectos. (SOUZA, 2015, p. 5).

Em 2007, foi promulgada a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), denominado:

(...) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. (FUNDEB, 2020).

O programa é responsável pela maior fonte de recursos para financiar a educação no Brasil. Na prática, o recurso é responsável por prover os recursos para



pagamento de professores, custear formações continuadas, arcar com transporte escolar, material didático, entre outros. Contempla, ainda, a manutenção e construção de novas escolas.

Em março de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, por intermédio de outros programas, busca suprir as deficiências e carências da educação brasileira e superar um estágio de educação ainda limitado. Nesse mesmo ano, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado, contemplando “em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações”. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Muito foi conquistado, mas é necessário evoluir consideravelmente para alcançar o ideal, a começar pela efetivação das políticas públicas. A posição do Brasil no *ranking* de Desenvolvimento da Educação evidencia muito claramente essa questão; um maior investimento é necessário para melhorar o sistema educacional e isso está intimamente ligado à política: se o governo prioriza a educação, essa demonstrará resultados positivos.

Como mencionado no decorrer do texto, existem muitas leis e projetos, voltados à educação; na teoria; os programas são em sua maioria muito bem desenhados, eis a questão quanto a sua efetivação: alguns se destacam e obtêm êxito, outros permanecem apenas como uma utopia.

Em tempos onde a empatia e a solidariedade parecem ser valores esquecidos e a violência é encontrada com frequência em todos os âmbitos da nossa sociedade, parafraseamos Nelson Mandela, "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo".

2.1 Educação a Distância no Brasil

A Educação a Distância (EAD) no Brasil teve início durante o século XIX, após a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996 LDB. Estabelece no Art. 80: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 43). Inicialmente o artigo foi regulamentado através de decreto, nº 2.494, de



10 de fevereiro de 1998, que trazia uma definição pouco clara e objetiva, como é possível observar:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998, p. 1 *apud* ARRUDA 2015, p.3).

Importante ressaltar que o artigo 32 que cita integralmente apenas sobre este tema, enfatiza que a educação a distância não pode ser utilizada como alternativa do ensino presencial no ensino fundamental, exceto em casos emergenciais ou de forma complementar ao ensino presencial; sendo assim, aplica-se ao momento de pandemia. Outras publicações foram sendo lapidadas com o passar dos anos, de acordo com o verdadeiro cerne da EAD, como é o caso das portarias elencadas abaixo.

A Portaria 4059, de 10 de dezembro de 2004, a mesma autoriza a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária total de cursos superiores reconhecidos.

A Portaria 4361, de 29 de dezembro de 2004, que regulamenta o processo de credenciamento de instituições de ensino para o uso regular de EAD em seus processos.

O Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Artigo 80 da LDB, definindo a política oficial de educação a distância no país. (FARIAS, 2006, p.2).

Com a necessidade de expandir o ensino superior, a EAD passa a ser uma forma mais acessível financeiramente para a rede privada e para os alunos; em setratando de tempo, é interessante por não haver a necessidade de deslocamento até a escola - por ser mais flexível, permite a adaptação do seu horário de acordo com a sua necessidade e disponibilidade.

A forma inicial de oferta dos cursos a distância era a correspondência e tinha como finalidade ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo da educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas



neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho. (MUGNOL, 2009, p. 337)

A modalidade EAD atualmente faz uso de tecnologia móvel e desfruta de suas facilidades, plataformas interativas e dinâmicas como forma de atrair o seu público alvo. A escola busca constantemente fazer parte da realidade pertencente aos seus alunos e a EAD é um elo que faz parte do contexto de ensino/aprendizagem, substituindo assim o ensino presencial totalmente e parcialmente em alguns casos; entretanto, é uma ferramenta que como qualquer outra necessita de pessoas para seu manuseio. Então os professores continuam sendo essenciais e fundamentais em qualquer situação de ensino e aprendizagem, pois são os transmissores do conhecimento independente do meio utilizado.

A educação on-line é concebida para promover a (co) autoria do aprendente, a mobilização da aprendizagem crítica e colaborativa, a mediação docente voltada para interatividade e partilha, traz a cibercultura como inspiração e potencializadora das práticas pedagógicas, visa a autonomia e a criatividade na aprendizagem (SANTOS; CARVALHO; PIMENTEL, 2016, p. 24).

O mundo globalizado está em constante mudança: são avanços em diversos campos, especialmente na ciência e tecnologia e esses avanços influenciam diretamente nas mudanças de padrões de vida. A sociedade caminha para um futuro cada vez mais tecnológico, onde é possível conviver ainda que a distância - é possível interagir com pessoas em todas as partes do mundo. Na educação esse cenário vem crescendo e ganhando cada vez mais notoriedade e importância.

Dentro desse contexto tecnológico de ensino EAD observamos outra prática que ganhou bastante notoriedade durante a pandemia do Corona Vírus. O distanciamento social obrigatório foi uma maneira que os professores e a escola encontraram para minimizar os danos, visto que eles são inevitáveis. O ensino remoto, diferentemente da EAD, é aquele que ocorre em tempo real, onde o professor e aluno interagem a distância, no mesmo momento; portanto, existe uma maior interação afetiva, especialmente quando falamos sobre crianças.

O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura (SANTOS, 2020, p. 35).

O momento realmente obriga a tomada de decisões rápidas e sem preparo nenhum para esta situação, visto que nunca passamos por algo de dimensões tão abrangentes. É uma reinvenção da escola, dos professores, dos alunos, da família e da sociedade como um todo. Reinventar formas de ensinar, aprender a conviver com a nova realidade exige um olhar humanizado. Especialmente se lembrarmos que grande parte da população de baixa renda não possui acesso às redes ou tem acesso limitado, considerando ainda que grande parte sequer dispõe dos meios de acesso.

Consideramos que o referido parecer prejudica alguns grupos sociais que não dispõem de aparatos tecnológicos e materiais (computadores, impressoras, livros, wi-fi) para dar continuidade aos estudos. Porém, forçados a buscar táticas de inclusão na onda do ensino remoto, professores estão criando dispositivos de ensino por conta própria e estudantes se tornaram autodidatas da noite para o dia e estão, como bem explicita a propaganda do Governo sobre o ENEM 2020, “estudando como podem.” (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p.3).

O MEC divulgou em julho deste ano que fez a distribuição de computadores e disponibilizou *internet* a alunos classificados como de baixa renda de instituições federais, o que infelizmente contempla apenas uma minoria dos estudantes.

(...) as táticas de comunicação foram diversas e intensas: mensagens de texto, áudios, chamadas de vídeo, lives, reuniões on-line, vídeo aulas, defesas de teses e dissertações transmitidas em redes sociais, entre outras. Estivemos em quarentena, mas estivemos também, em intenso processo comunicativo no ciberespaço. (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 4).



Sabemos que os desafios são enormes, pois em um país de grandes dimensões territoriais e econômicas tão distintas, torna-se praticamente impossível uma padronização. Mesmo com o parecer do CNE, homologado pelo MEC, orientando sobre as práticas pedagógicas que deveriam ser seguidas para manter o fluxo das atividades escolares funcionando com uma diretriz, nota-se que as dificuldades de cada escola, professores e alunos são individuais.

Dessa forma, de acordo com (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p.4), o termo “distanciamento social físico é mais adequado para o contexto que estamos vivenciando na educação brasileira”. As escolas e em especial os professores não ficaram imobilizados, continuaram com seus processos de socialização, e diferentes iniciativas educacionais foram implantadas para acolher os seus alunos.

2.2 Pandemia Corona Vírus

Desde que foi detectada em dezembro de 2019, a Covid – 19, doença ocasionada pelo novo Corona vírus SARS-CoV2 vem se espalhando por todos os continentes. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o Corona vírus como pandemia.

(...) apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligo sintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Os sintomas da doença são parecidos com os de uma síndrome gripal; de acordo com o Ministério da Saúde (2020), envolve “presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada à dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza”.

De acordo com a OMS, a transmissão acontece de uma pessoa infectada pelo vírus para outra ou por contato próximo, toque ou aperto de mãos, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro. Pode ocorrer a transmissão também através dos

objetos contaminados como é o caso de mesas, celulares, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador, barras de ônibus, metrô e trem, bem como quaisquer superfícies que tenham sido tocadas por alguém contaminado. Por isso, as autoridades de saúde responsáveis indicam tão firmemente o isolamento social, na tentativa de conter a propagação ainda maior do vírus.

Isolamento é uma medida que visa separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção por Coronavírus) das não doentes, para evitar a propagação do vírus. (HENRIQUE, 2020, p.174).

Como forma de proteção, os Órgãos de Saúde responsáveis indicam o uso de máscaras ao sair de casa, evitar aglomerações, mantendo a distância mínima de 1,5 metros, uso de álcool em gel, higienização das mãos e, sempre que possível, ao voltar para casa a higienização pessoal completa.

Esses são apenas alguns dos muitos fatores que dificultam e muito o retorno às aulas, principalmente das crianças, sabendo que as mesmas não detêm a devida consciência de como se comportar em meio a esse cenário e, ao brincar, estão sempre tocando superfícies.

3. TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ENSINO/APRENDIZAGEM

O material educativo, aliado às práticas pedagógicas, são os meios que potencializam a eficácia do processo de ensino/aprendizagem, favorecem o desenvolvimento cognitivo e interação social dos alunos. O professor hoje dispõe de muitos recursos para facilitar a sua didática de ensino, despertar nas crianças o interesse pela vida escolar; é importante compreender que faz-se necessário entrar no mundo delas, de imagens, cores, sons, sabores.

Compreender a atividade infantil capacita o professor a intervir para facilitar o desenvolvimento da criança. Isso contribuiria para reforçar a ideia de que a escola, na primeira infância, deve considerar as estruturas corporais e intelectuais de que dispõem as crianças, utilizando o jogo simbólico e as



demais atividades motoras próprias da criança nesse período. (FREIRE, 1997, p.44).

Os professores da Educação Infantil dispõem da ludicidade como um dos seus principais recursos, as brincadeiras, os brinquedos e jogos que não somente despertam a atenção e interesse dos alunos como estabelecem diálogos, organizam com autonomia as suas ações, construindo regras entre si, aprendendo a compartilhar e estimulando o seu senso criativo.

Com o avanço tecnológico, as crianças passam cada vez mais tempo em contato com aparelhos eletrônicos, *smartphones*, *tablet*, *ipad*, *Xbox*, entre outros. Jogos *on-line*, desenhos, vídeos no *Youtube* - tudo isso faz parte do cotidiano da maioria das crianças.

A integração das Tecnologias de Comunicação e Informação na educação é algo novo e crescente. Muito se tem questionado a respeito dessa nova ferramenta pedagógica de interação. Com o crescimento da oferta de conexão (wi-fi, gprs, 3G, Mesh, etc.) torna-se cada vez mais necessário que profissionais de educação usem mais intensamente os recursos da internet. (SOUZA *et al*, 2017, p. 48).

De acordo com Almeida (2004, p.8), “a inserção da tecnologia na educação oportuniza romper com as paredes da sala de aula e da escola integrando-a à comunidade que a cerca, à sociedade da informação e a outros espaços produtores de conhecimento”. Assim, a criança, embora não esteja habituada a estudar via *internet*, provavelmente já fez uso em algum momento da tecnologia em seu cotidiano.

A capacitação dos professores é o ponto crucial, pois os alunos estão quase sempre prontos para a utilização das tecnologias, enquanto a maioria dos professores não. Já Barros (2005) nos salienta que as aulas dadas tradicionalmente estão gerando desinteresse e atualização de informações pelas tecnologias por parte dos alunos, o que está abalando o conhecimento “incontestável” dos professores, sendo assim, o “amplo” desafio consiste em inteirar os professores com a cultura tecnológica para o processo de ensino-aprendizagem”. (SOUZA *et al*, 2017, p. 49).

Que a tecnologia fincou raízes em todas as áreas é inquestionável, porém, durante o momento de pandemia, ela torna-se indispensável para manter o convívio



social, mesmo que a distância. Para a educação, a tecnologia passou a ser o meio pelo qual os professores e a escola encontraram para continuar o seu trabalho. Se antes ela poderia ser usada para complementar o ensino aprendizagem, agora ela é de fato a grande responsável por esse ensino continuar a acontecer.

É fundamental entender que não se pode impor às escolas que migrem drasticamente para o ensino on-line, porém, essa ação é necessária diante do momento que vivemos; exige uma preparação a mais por parte dos professores e da escola e, principalmente na educação básica, a escola é um ambiente insubstituível, onde a educação é formada a partir de convivências e conversas, independentemente de como e onde aconteça.

Interações virtuais, por serem à distância, impõem desafios aos professores e alunos para a sua realização e para a sua manutenção com sucesso, em razão da ausência do contexto físico partilhado. Isso ocorre porque a sala de aula virtual estabelece um novo espaço de interação, no qual as relações são muito diversas das que ocorrem em uma sala de aula convencional. (BARROS; CRESCITELLI, 2008, p. 73).

O professor deve estabelecer muito bem os seus objetivos e sua metodologia ao utilizar esse recurso para elucidar a aula; a utilização das novas mídias no ensino básico é uma revolução: estamos quebrando paradigmas tradicionais de ensino, para professores e alunos, que com certeza permaneceram para o futuro.

Para finalizar, parafraseamos Vygotsky (1984) apud Sousa (2017), que convergem em afirmar que, é na convivência entre aqueles que sabem mais com aqueles que sabem menos que o pensamento evolui.

3.1 Os Desafios de Ensinar Tempos de Pandemia

Com a escola em sua própria casa, os professores passaram a enfrentar um novo desafio: adaptar a sua casa como uma sala de aula descobrindo na prática como ensinar a distância, adaptando o seu modo de ensinar frente ao computador, com a missão de estimular os alunos a participarem das aulas.



O desafio é imenso. Excesso de atividades deixa estudantes e professores esgotados, por exemplo. Diretores descobrem que muitos alunos não comem se a escola não abre. E que eles também não têm internet nem computador para estudar a distância. (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2020).

Em meio a todo esse contexto, os professores ainda precisam lidar com a falta de acesso de muitos alunos, situações precárias que muitos professores relatam ter encontrado com frequência nesse período. Em entrevista ao Blog Desafios da Educação, a professora de Educação Infantil Marcia Sebastião (2020) relata que: “é uma situação tensa, pois o meu trabalho diário envolve rodas de conversa, momentos de contar histórias e cantar músicas, atividades de artes, ciências, jogos e brincadeiras presencialmente”. (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2020).

A pandemia mostrou claramente o que estava maquiado. Com a crise, veio também a verdadeira realidade das famílias menos favorecidas, das crianças e das escolas públicas no nosso país, mostrando que os estudantes de baixa renda são os mais afetados com a quarentena. Contudo, serviu também para criar mais vínculo entre os próprios membros da escola, todos buscando repensar as práticas educacionais para os seus alunos. Fernanda Santos, professora da rede pública em São Paulo, relata a sua rotina:

Tudo isso sem muita preparação, nem tempo. Vídeo aula, videoconferência, atividades, estudos, usar a agenda Google, ajudar os colegas com mais dificuldade e pensar em como ajudar na rotina de estudos dos alunos. Além de abrir sua intimidade e mudar a rotina de todos que vivem em sua casa. Os professores ficam na frente da tela do computador das 07:00 até as 20:00 horas.

A rotina dos professores que já era intensa se intensificou mais ainda com a produção de conteúdo para as aulas, envio das aulas gravadas, correção de atividades, elaboração de apostilas para acompanhamento durante as aulas, mensagens em seus telefones particulares de alunos e pais com dificuldades na resolução nas tarefas enviadas para casa. Além de lidar emocionalmente com as incertezas que são ocasionadas pelo momento em todos.

“Para o professor ficaram o excesso de atividades burocráticas e o vazio pedagógico, tendo de sorrir para a tela do computador e amargar noites mal dormidas”. Uma exposição pessoal que ainda não sabe das possíveis consequências disso. (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2020).

4. ANÁLISE DOS DADOS

Após o resultado da pesquisa quantitativa realizada no período de 10/11/2020 a 17/11/2020, disponibilizada aos professores através de *link* pela *internet*, com a colaboração da Gestão da Escola, chegou-se aos seguintes resultados: Foram coletadas 11 respostas na escola pesquisada. A amostra observou o seguinte: Os respondentes são em sua maioria do gênero feminino, correspondendo a 90,9% contra 9,1% do gênero masculino. A idade dos respondentes é, em sua maioria, correspondente à faixa etária de mais de 40 anos com 72,7%, seguidos pela faixa etária de 36 a 40 anos com 18,2%, e pela faixa etária de 30 a 36 anos com 9,1%. Quanto ao estado civil, são em sua maioria casados com 72,7%, solteiros com 18,2% e divorciados 9,1%.

O primeiro bloco foi criado com o intuito de entender como está ocorrendo o processo de ensino/aprendizagem em tempos de pandemia e o relacionamento dos professores com os alunos. Para isso, deveria considerar a escala de 1 a 5, em que o número 1 representaria total discordância e o número 5, total concordância com a pergunta.

A primeira pergunta, sobre a familiaridade com as ferramentas tecnológicas utilizadas, aponta se existe uma facilidade ou não em relação ao uso da tecnologia no ensino - identificamos durante a pesquisa bibliográfica, que essa era realmente uma questão que afetava a muitos professores, por esse motivo a nossa indagação a respeito.



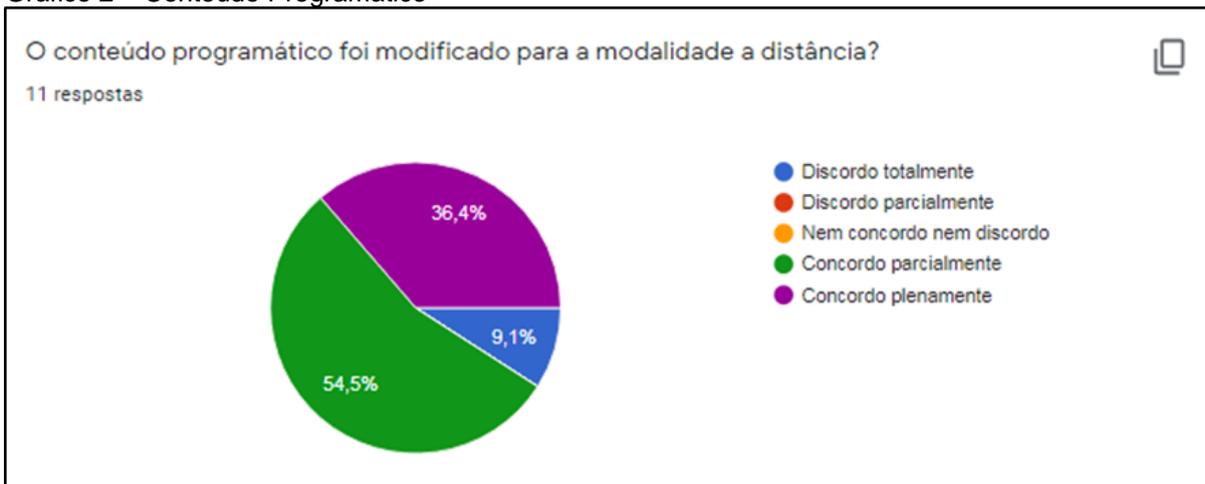
Gráfico 1 – Uso das Ferramentas Tecnológicas



Fonte: Autores (2020).

De acordo com a amostra, 63,6%, concordam parcialmente com a pergunta, afirmando que sim, possuem certa familiaridade com as ferramentas utilizadas para lecionar a distância; entretanto, como esclarecido no enunciado anterior à apresentação das questões, fazemos a leitura que, eles conhecem as ferramentas, porém não o suficiente para sentirem-se totalmente de acordo com a questão. Seguidos por 27,3% que discordam totalmente, afirmando não possuírem familiaridade com as ferramentas, e 9,1% discordam parcialmente; sendo assim, entende-se que, no geral, eles possuem um breve conhecimento acerca do assunto.

Gráfico 2 – Conteúdo Programático



Fonte: Autores (2020).

A segunda questão aborda a existência de alguma modificação existente no conteúdo programático. Neste ponto, a maior predominância das respostas aponta



para um nível de concordância, com 54,5% que concordam parcialmente e 36,4% que concordam plenamente. A amostra destaca que apenas 9,1% são contrários a essa afirmação, o que pode indicar de acordo com a amostra que sim, ou seja, sugere-se que na maioria dos respondentes houve uma mudança em relação ao conteúdo programático.

Essa afirmação justifica-se plenamente quando pensamos que o ensino remoto infantil é uma prática nova e, portanto, necessita de ajustes, tanto no conteúdo quanto na metodologia de ensino, considerando que a maior parte desse ensino tradicionalmente era realizada através de brincadeiras, cantigas, rodas de atividades; compilar tudo isso no ensino remoto exige dos professores muita criatividade.

Com a intenção de entender melhor o quanto a pandemia impactou diretamente os professores, nesta questão abordamos sobre a rotina de trabalho dos mesmos. 63,6% concordam totalmente, enquanto que 27,3% concordam parcialmente e 9,1% discordam totalmente. As respostas coletadas demonstram uma concordância em confirmar que o fluxo de trabalho realmente aumentou. Como mencionado no referencial teórico, com as aulas sendo realizadas em casa, alguns professores relatam que passam a trabalhar em período integral, sendo pelas plataformas de ensino da escola, preparação de vídeos e conteúdo e também por meio das suas redes sociais.

Gráfico 3 – Fluxo de Trabalho



Fonte: Autores (2020).



Filtrando de modo que fosse possível entender quais são os fatores que os professores consideram que dificultam a sua vida durante o ensino remoto, foi colocada à disposição deles seis alternativas para que pudessem selecionar de acordo com sua percepção. Essa questão foi de múltipla escolha, podendo ser escolhidas várias das alternativas ou até mesmo todas, caso quisessem - essa questão foi elaborada com o intuito de corroborar como afirmativa ou não para outras questões da pesquisa. Observamos no gráfico os resultados obtidos.

Gráfico 4 – Fatores que Dificultam a Vida dos Professores nas Aulas Remotas



Fonte: Autores (2020).

Dos resultados obtidos, observamos que a alternativa que mais obteve pontuação foi referente ao planejamento das aulas – uma aula atrativa para as crianças: os respondentes elencaram como o fator que mais dificulta com 90,9%. Essa resposta corrobora a questão do gráfico 2, onde os respondentes evidenciaram sobre a mudança do conteúdo programático, seguido por uma homogeneidade nas respostas, no que se refere aos seguintes aspectos:

- ✓ Familiaridade com a tecnologia;
- ✓ Despertar e manter a atenção das crianças;
- ✓ Elaborar um cenário atrativo;
- ✓ Solidão e carência emocional das crianças.



Os aspectos mencionados acima obtiveram 72,7%, ressaltando que todas as questões referentes à elaboração da aula, sua metodologia e didática, através da *internet*, não foram tarefas simples, exigindo dos professores dedicação e um preparo muito mais elaborado para desenvolver suas aulas de maneira eficaz. Salientamos aqui os aspectos emocionais como mencionado no referencial teórico: as crianças necessitam interagir umas com as outras, pois nessa idade é uma das maneiras mais eficazes de aprendizado. O brincar com os colegas e interagir com a professora são realmente fatores que afetam não somente os alunos, mas os pais e professores; é necessário um tempo para que ambos se adaptem aos novos moldes do ensino remoto.

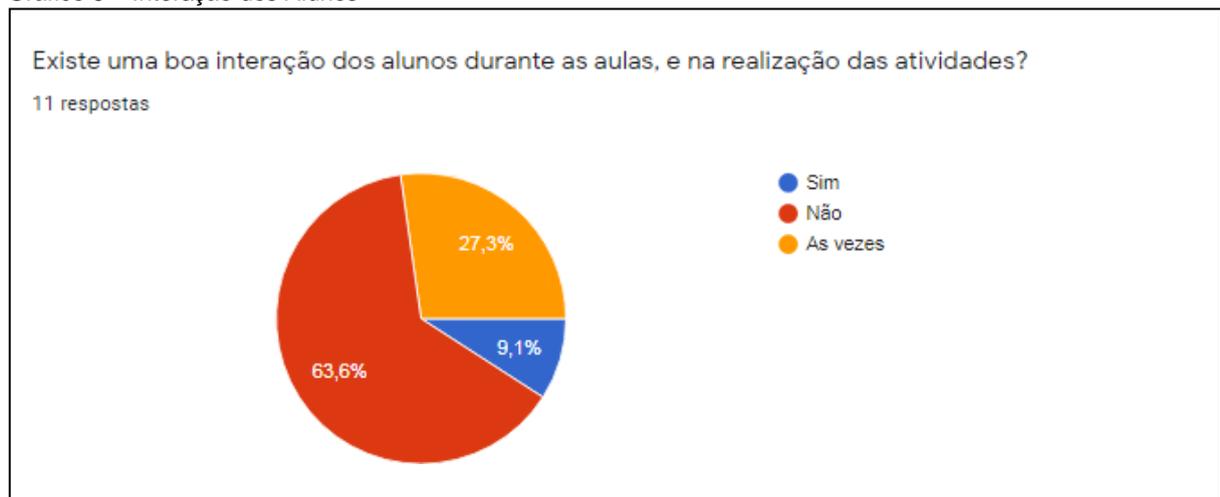
A escola é um ambiente único e incapaz de ser substituído; os professores reconhecem tal fato, por isso a dificuldade de levar um ambiente de aprendizagem de casa para casa, que possa representar o quão importante e especial é a escola na vida dos alunos, principalmente na infância. A conexão de *internet* dos professores pontuou 45,5%, mostrando que não é o principal fator, porém, ele também dificulta o ensino remoto em determinadas situações.

A questão seguinte diz respeito à interação durante as aulas e na realização das atividades. A maioria converge, afirmando que essa interação não existe com 63,6% somado aos 27,3%, que responderam a opção “às vezes”, seguidos por 9,1% que acreditam que existe uma interação. Para quem leciona para crianças, em tempos considerados normais, sabe das dificuldades em prender a atenção dos pequenos; é uma época de descobertas e de muita energia, fazendo com que se dispersem facilmente.

Somado ao supracitado, a questão de estarem em isolamento social, em sua maioria apenas na companhia dos pais, em casa. Isso tudo, de acordo com psicólogos, gera muita inquietação, estresse, mudança de humor, alteração do sono, dificuldade de concentração. No momento em que as crianças veem os seus colegas pela câmera, eles querem conversar sobre coisas aleatórias e não sabem ao certo como se comportarem.



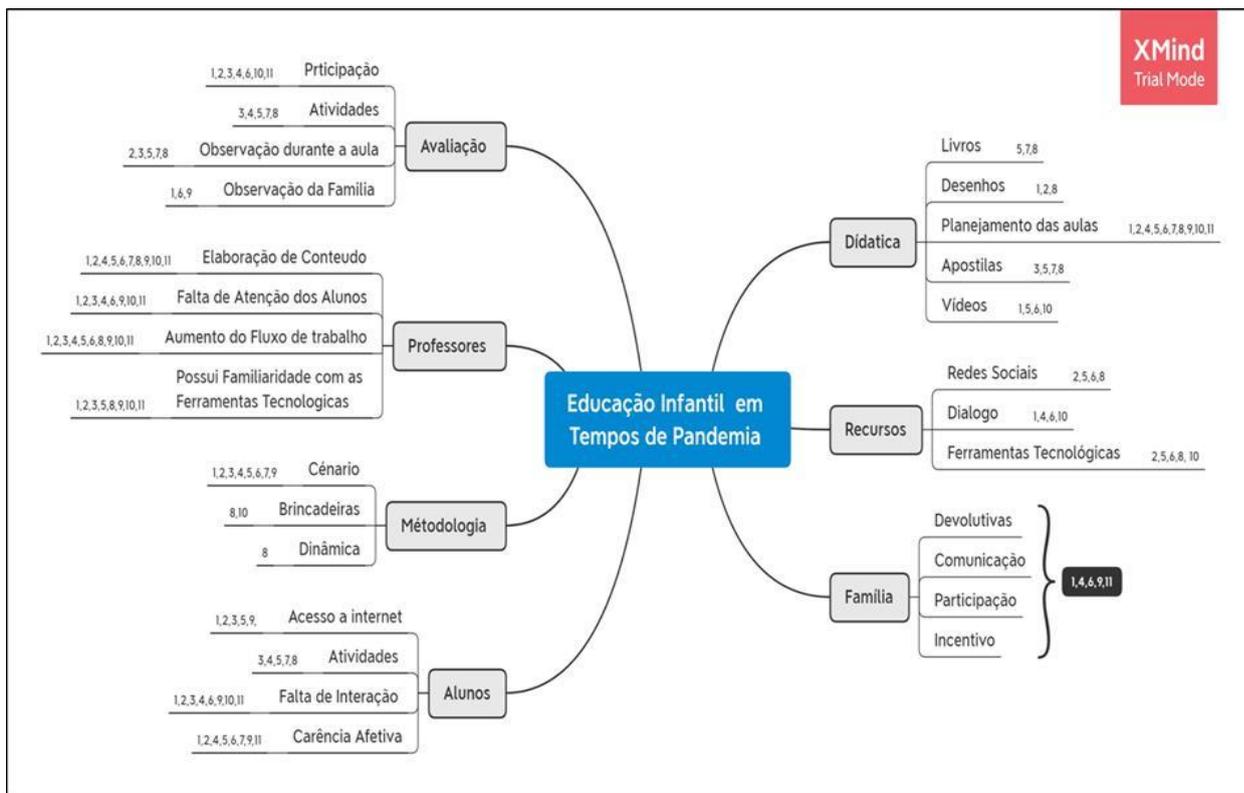
Gráfico 5 – Interação dos Alunos



Fonte: Autores (2020).

Após as perguntas de múltipla escolha e escala *Likert*, os respondentes tiveram que responder duas questões abertas onde poderiam dissertar livremente sobre as perguntas - as respostas foram analisadas e categorizadas. Durante as respostas, foram delimitadas as Metacategorias e Subcategorias identificadas nos discursos dos indivíduos. Optou-se por adotar os dois modelos no questionário por considerarmos importante a opinião deles de maneira aberta, oferecendo à pesquisa maior credibilidade e sendo fiel à realidade dos fatos. As respostas na íntegra encontram-se em anexo, nos apêndices do trabalho.

Mapa Mental – Meta Categorias e Subcategorias



Fonte: Autores (2020).

Devido à pandemia, fica evidente que muitas decisões foram tomadas em caráter de emergência; nesse processo de adaptações, muitos princípios orientadores para a Educação Infantil acabaram sendo desconsiderados. Como observamos ao longo da História da Educação no Brasil, foram muitas lutas até aqui para conseguir uma educação pública de qualidade, como um direito assegurado de forma pública, gratuita e laica, conforme assegura a nossa constituição de 1888.

Para a professora Dr.^a Ângela Coutinho (2020), 72% da Educação Infantil no Brasil está na rede pública, por isso é fundamental lembrar que qualquer forma de educação deve considerar que não se pode perder o que outrora foi conquistado. A referida professora considera que a educação remota para as crianças é inadequada, principalmente quando considerada as especificidades das crianças, como exemplos, o interagir e o brincar. Ela frisa que o ensino remoto não pode ser considerado para as crianças, pois além de inadequado, não é assegurado por lei.

Neste aspecto, os sujeitos possuem uma visão otimista em relação ao ensino remoto, mesmo em meio às dificuldades encontradas. Quando questionados sobre

os meios de dimensionar o aprendizado, a maioria deles respondeu: atividades, observação, participação nas aulas e participação da família. Outros itens contaram nas respostas, como diálogo e atenção. Uma resposta afirma não existir meios de avaliação.

No ensino remoto a participação da família é essencial, por ser a família o elo de comunicação entre professores e aluno; se a família consegue dimensionar a importância que existe na sua participação em atingir os objetivos para a idade da criança, certamente esse aprendizado será muito mais eficiente. É primordial manter uma parceria em que a criança se sinta acolhida e confiante e o professor possa acompanhar melhor a rotina escolar e as atividades da criança; nesse momento cabe à família, se em condições, providenciar um ambiente específico para as aulas da criança. Esse movimento contribui muito no processo de criar uma rotina de estudos.

Em reportagem da revista eletrônica Porvir (2020), Alessandra Santos, coordenadora pedagógica da Plataforma Eleva, afirma que: “Não existe nesse momento o que precisa acontecer obrigatoriamente.” Ela ainda complementa falando que: “A comunicação deve servir para orientar, entregar sugestões e explicar a importância dos objetivos de aprendizagem definidos para a idade da criança. É dizer que a brincadeira faz sentido cognitivo e não só de prazer social”.

Sendo assim, fica evidente que os professores precisam adaptar não somente as crianças para o ensino remoto, mas também as famílias, mostrando que não se trata apenas de cumprir uma lista de atividades com a criança, mas de sentir, ouvir, brincar e efetivamente estar presente. Uma tarefa que necessita de muito esforço, pois a maioria dos pais também se encontra trabalhando em casa, parte daí a dificuldade de muitos em conciliarem a vida profissional e pessoal. Por vezes, existe o empenho em fazer de forma correta, mas não existe o tempo para realizar conforme se deve.

Quando questionados sobre os recursos utilizados nas aulas, as respostas mais recorrentes foram: redes sociais, livro didático, vídeos, diálogo, desenhos, apostilas. Os recursos são extremamente importantes

O desenvolvimento intelectual acontece quando a criança estrutura e reestrutura suas ações a partir da percepção/atenção e construção dos fatos e acontecimentos que ela vivencia. Para Vygotsky (1994), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores resulta na interação

do sujeito com o meio, no qual o sujeito vai se apropriando do conhecimento do mundo que o cerca. A criança se relaciona com pessoas, objetos e, constantemente, é influenciada pelo meio social para desenvolver-se cognitivamente e socialmente. (ALMEIDA, 2004, p.22).

Para Rita Khater – Pedagoga doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), é possível que se tenha um aprendizado com o ensino remoto desde que esse não se limite totalmente ao ensino remoto; ela sugere que a implantação do ensino híbrido seja a melhor forma de ensino e aprendizagem - nesse tipo de ensino são alternados entre o presencial e o ensino remoto. Ela complementa, ainda, que sem a interação entre as crianças e o meio escolar o aprendizado não pode ser considerado efetivo. Porém, destaca que essa convivência, ainda que através do ensino remoto, é necessária para que a criança possa continuar no seu desenvolvimento cognitivo, entretanto não pode ser considerado equivalente ao ensino presencial.

Vídeos, conferências on-line, mensagens, lives, áudios, imagens e sons, tudo junto e misturado. Professores, alunos e seus responsáveis, criando em tempo recorde táticas de sobrevivência a uma demanda de ensino, muitas vezes massivo e unidirecional, o chamado ensino remoto. Esse frenesi do ensino remoto que está sendo praticado, no nosso ponto de vista, equivocadamente por muitas escolas hoje em nosso país não é um problema do COVID-19. É problema de como muitos de nós temos entendido e praticado o funcionamento das escolas há bastante tempo. Observamos como demanda primordial nessas propostas remotas o foco no conteúdo a ser transmitido, com a gravação de videoaulas e envio de apostilas. Esse fato nos oferece pistas importantes sobre mudanças necessárias na educação brasileira. (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p.5).

É nítido que os profissionais da comunidade escolar possuem opiniões divergentes em relação ao ensino remoto, à sua efetividade ou não; entretanto, convergem quanto à importância e à necessidade de se manter um vínculo entre o aluno e a escola, deixando vivo o principal papel da escola - a convivência, e que esse modelo, ainda, mesmo que sofra críticas, é o único modo de interação possível ao momento.

Importante relembrar o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforça sobre a importância do lúdico, o uso da brincadeira como eixo norteador da criança, o brincar de maneira planejada e interativa; todavia, se pensarmos como



docentes, isso é uma tarefa fácil de ser planejada e executada; por outro lado, a família não possui essa mesma habilidade no desenvolvimento do lúdico, cabendo aos professores e à escola orientarem os familiares no processo de resgate da brincadeira de infância.

Em um cenário inusitado nunca visto antes, os comportamentos mudam diante do contexto; mais do que se reinventar, é preciso ressignificar-se e se adaptar-se às mudanças, redefinindo rumos e novos parâmetros que provavelmente permaneceram para o futuro. Os professores se mostram abertos a novas ideias e, de fato, é notável e admirável o seu empenho em acertar, porém, como mencionado, é uma situação nova e, como na resolução de qualquer outro problema, envolve o método de tentativa e erro até se descobrir definitivamente a melhor solução.

5. CONCLUSÃO

Analisando os conceitos estudados, buscou-se através deste estudo identificar os principais desafios no processo de ensino/aprendizagem remoto, utilizando como campo de pesquisa uma escola da Rede Municipal da Zona Leste da cidade de São Paulo.

O presente trabalho foi realizado visando à análise de aspectos relacionados ao uso das ferramentas tecnológicas no ensino/aprendizagem. Devido à pandemia ocasionada pela Covid – 19, uma situação inesperada, não houve tempo para a comunidade escolar preparar-se adequadamente para a inclusão da tecnologia no ensino, tudo aconteceu repentinamente, e, na verdade, a grande maioria dos professores está aprendendo com a prática cotidiana.

Logo, o problema tinha proporções muito maiores do que todos imaginavam e devastava cada vez mais vidas pelo mundo, em um cenário de medo e apreensão, estressante e desgastante para todos, especialmente para as crianças, em sua maioria em isolamento social na companhia dos pais ou em alguns casos dos avós.

Com a modificação da realidade, a escola, professores, família e alunos tiveram que se adaptar e reconfigurar o modelo de ensino/aprendizagem. No momento, o uso dessas ferramentas tecnológicas no ensino infantil é necessário, porém, não somente ter as ferramentas como verdadeiramente se apropriar da



tecnologia nesse contexto, tomando uma perspectiva que dialoga, interage, comunica e socializa um ambiente de criação coletiva, partindo da vivência prática dos alunos. As ferramentas funcionam, todavia, precisam ser mediadas pela ação de um professor e também necessitam da colaboração conjunta entre escola e família.

Contudo, se de um lado havia toda essa mobilização dos professores em aprender a utilizar as ferramentas e desenvolver um jeito de se comunicar com os alunos para que a escola chegasse até os alunos, do outro estavam os alunos, que por muitas vezes não possuíam os aparelhos eletrônicos e acesso à *internet*.

A pandemia evidenciou o que há muito já se tinha conhecimento: a educação brasileira precisa de um investimento maior para que ela seja para todos, as desigualdades de recursos e de condições para estudar, a falta de estímulo para a capacitação dos docentes em relação ao uso das tecnologias digitais e a falta de políticas públicas eficazes. A pandemia nos força a uma reflexão social: de ter mais empatia e cooperação, uns com os outros, não somente na educação, mas na vida.

Logo, concluímos através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa aplicada, que são muitos os desafios do ensino infantil remoto, sendo eles identificados na amostra: a falta de interação e convivência entre alunos e escola, alunos e professores e alunos com outros alunos, a dificuldade por parte dos professores em elaborar um conteúdo atrativo aos alunos, a interação com os alunos e com a família, a inexistência de métodos efetivos de dimensionar o aprendizado dos alunos, a dificuldade de ter recursos que facilitem o processo de ensino/ aprendizagem e o excesso da carga horária de trabalho dos professores também deve ser considerado.

Sendo assim, consideramos que o ensino remoto por si próprio já é um desafio considerável para a Educação Infantil, justamente por não ser o modelo que melhor se adapta a essa faixa etária. Entretanto, devido a sua necessidade, não foi uma opção e sim um modo de manter ativa a identidade do aluno e da inteligência interpessoal de forma temporária, sem dizer que é um recurso a mais para continuar a estimular o desejo pela vida escolar desde a primeira infância, porém, é notório que este não substitui o modelo de ensino presencial nessa faixa etária.

A escola pesquisada, bem como a maioria das escolas brasileiras, está perseverando, na medida do possível, para aprender a melhor forma de ensinar



nesse momento, redescobrimo o que antes se tinha conhecimento. A pandemia certamente vai passar, mas as lições aprendidas durante sua ocorrência permanecerão.

Nosso reconhecimento aos professores que, mesmo em meio a tantas dificuldades, estão se superando a cada dia para oferecer o melhor aos seus alunos, utilizando de todos os meios para que eles tenham acesso ao conteúdo, para oferecer através da tecnologia uma construção de aprendizado e estímulo à criatividade, com uma comunicação afetiva e amorosa, mesmo através das telas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Tecnologia de Informação e Comunicação na Escola**: novos horizontes na produção escrita. (2004). Disponível em: <http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto24.pdf> Acesso em: 22 de out. de 2020.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Brasil no Século XX**: o Desafio da Educação. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

Brazilian Journal Of Development, [S.l.], v.6, n.10, p. 77534-77543, out. 2020 ISSN 2525-8761. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18155/14665>>. Acesso em 19 de out de 2020.

BARROS, Kazue Saito Monteiro de; CRESCITELLI, Mercedes Fátima de Canha. **Prática docente virtual e polidez na interação**. In: MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco (orgs.). Interações virtuais: perspectivas para o ensino da Língua Portuguesa a distância. São Carlos: Editora Clara Luz, 2008.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – **Carta Lei de 25 de março de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 08 de out. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>>. Acesso em 09 de out. de 2020.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 18 de Setembro de 1946 – **Emendas Constitucionais – Atos complementares – Atos Institucionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.



Acesso em 09 de out. de 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 15 de out. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br>>. Acesso em 16 de out. de 2020.

_____. Ministério da Saúde – **Pandemia Covid – 19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em 20 de out. de 2020.

CUIDAR e Educar na Educação Infantil em Tempos de Pandemia. E-Docente. Lauri Cericato Diretor Editorial Saber, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XZRmYu2wZmU&feature=youtu.be&app=desktop>. Acesso em 14 de out. de 2020.

EDUCAÇÃO Infantil e as Políticas Governamentais na Pandemia, Dr^a Ângela Coutinho (UFPR), contando com mediação da Prof^a Dr^a Valdete Coco (UFES), Vice-presidente da Associação pela região Sudeste. Anped Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DI7lQZzG49A>>. Acesso em 13 de out. de 2020.

FARIAS, Giovanni. O tripé regulador da EaD no Brasil: LDB, Portaria dos 20% e Decreto 5.622/2005. **Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. 2ed. São Paulo: Loyola, p. 441-448, 2006. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/11258331/o_tripe_regulador_da_ead_no_brasil_ldb_portaria_dos_20_e_decreto_5.622_2005.pdf?1330669307> . Acesso em: 20 de out. de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOMES, Annatália Meneses de Amorim *et al.* Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teoria e prática. **Educar em Revista**, n. 28, p. 231-246, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602006000200015&script=sci_arttext&lng=pt> . Acesso em: 22 de out. de 2020.

GONÇALVES, Garcia Adriana. Universidade Federal de São Carlos , São Carlos, São Paulo, Brasil. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 395-413, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/24290>> . Acesso em 12 de nov. de 2020.



HENRIQUE, Trazíbulu. **COVID-19 e a internet (ou estou em isolamento social físico). Interfaces Científicas** – Humanas e Sociais, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 173-176, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMPTG5>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

MAFRA, S.C. T. **Elaboração de Check List para Desenvolvimento de Projetos Eficientes de Cozinhas a partir de Mapas Mentais e Escala Likert**. Florianópolis: UFSC, 1999. 189p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81032>> . Acesso em 23 de out. de 2020.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: SABERESFAZERES ESCOLARES EM EXPOSIÇÃO NAS REDES**. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>> . Acesso em 12 de nov. de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUGNOL, Marcio. **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS**. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 9, n. 27, p. 335-349, jul. 2009. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3589>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

OS DESAFIOS, da Educação Infantil na Pandemia. Equipe: Adriana Almeida – jornalista; Raphaela Ribeiro – jornalista; Márcio Claver – operador de áudio (Laboratório de Imagem e Som PUC-Campinas). Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/os-desafios-da-educacao-infantil-na-pandemia/>>. Acesso em 13 de out. de 2020.

Parecer do Conselho Nacional de Educação/CP Nº 5/2020 aprovado em 28/04/2020 e homologado em 01/06/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 9 de set. 2020.

PORTAL. **Desafios da Educação**. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupo.com.br/depoimentos-sobre-escola-em-casa.>> Acesso 15 de out. de 2020.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

Revista Educação Pública, [S.l.], Nov. 2018. ISSN: 1984-6290 – **História da Educação no Brasil**. Qualis, Capes. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao>>



no- brasil>. Acesso em 28 de out. de 2020.

RODRIGUES BRAIT, L. F.. **A relação professor/aluno no processo de ensino e aprendizagem**. Itinerarius Reflectionis, v. 6, n. 1, 2 set. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/40868>> . Acesso em 17 de nov. de 2020.

Vínicios de Oliveira. **Na educação infantil, comunicação com família é chave para manter criança aprendendo na quarentena**. Porvir Inovações em Educação, São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <<https://porvir.org/na-educacao-infantil-comunicacao-com-familia-e-chave-para-manter-crianca-aprendendo-na-quarentena/>> . Acesso em: 12 de nov. de 2020.



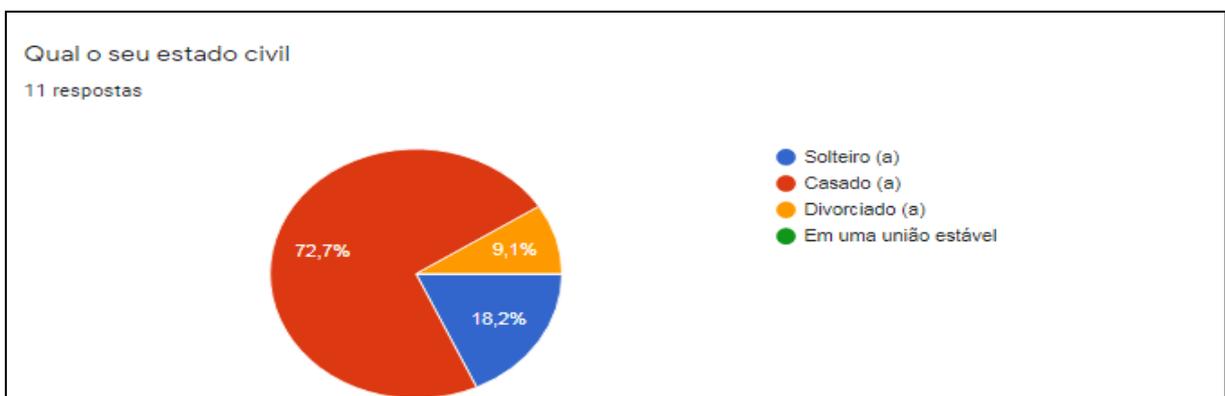
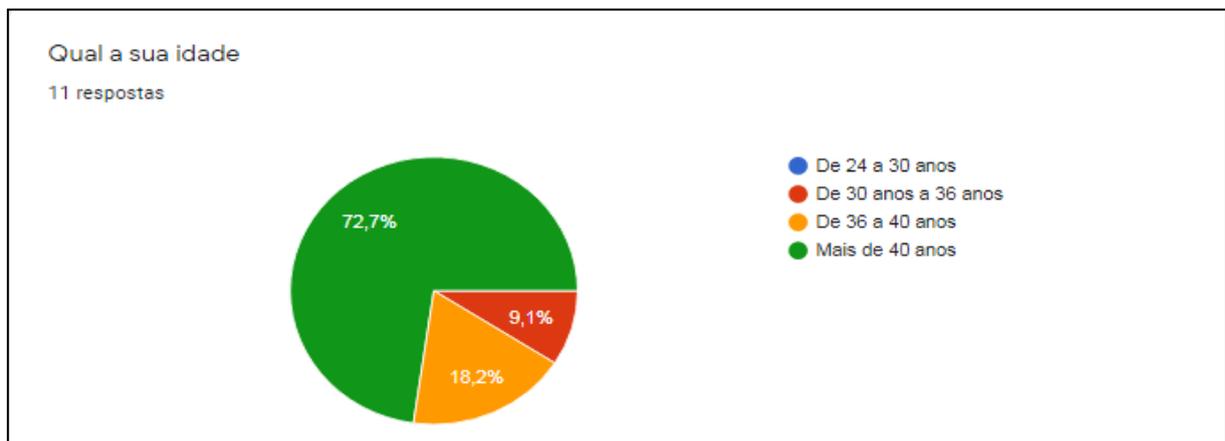
APÊNDICE B – Respostas do Questionário

Abaixo se encontram todas as respostas retiradas na íntegra da plataforma onde o questionário foi respondido, o resumo das questões por categorias, pode ser visualizado através do mapa mental, que está disponível na análise dos dados.



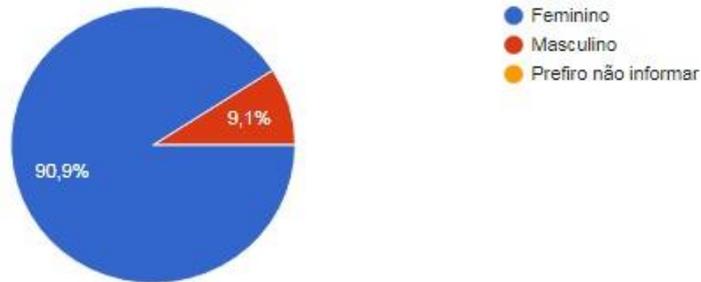
The screenshot shows a survey results page with the following elements:

- Navigation tabs: Perguntas, Respostas (11)
- Section title: 11 respostas
- Toggle switch: Não está aceitando respostas (turned off)
- Message box: Mensagem para os participantes. Esse formulário foi encerrado!
- Navigation tabs: Resumo, Pergunta, Individual
- Section title: Dados Demográficos



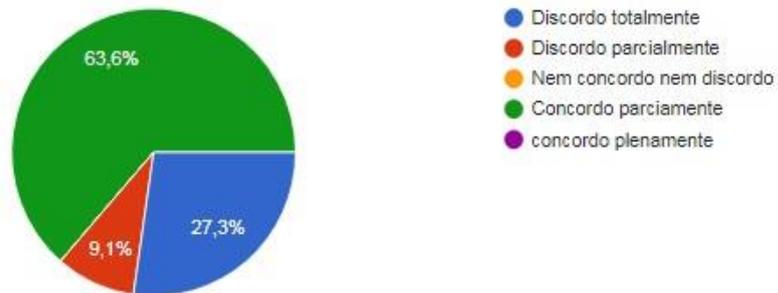
Qual seu gênero

11 respostas



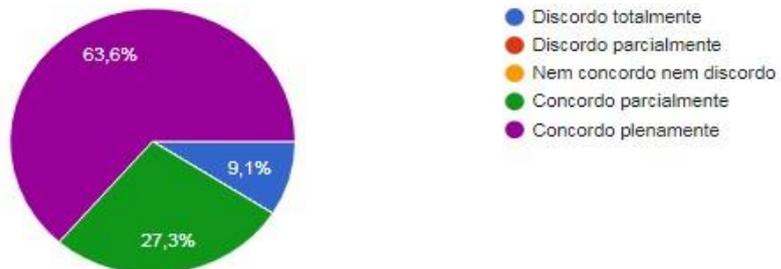
Você possui familiaridade com as ferramentas tecnológicas utilizadas para as aulas remotas?

11 respostas



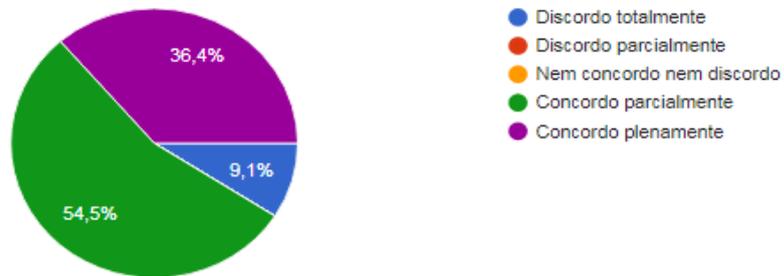
Você acredita que com as aulas remotas sendo realizadas em sua própria casa o fluxo de trabalho aumentou?

11 respostas



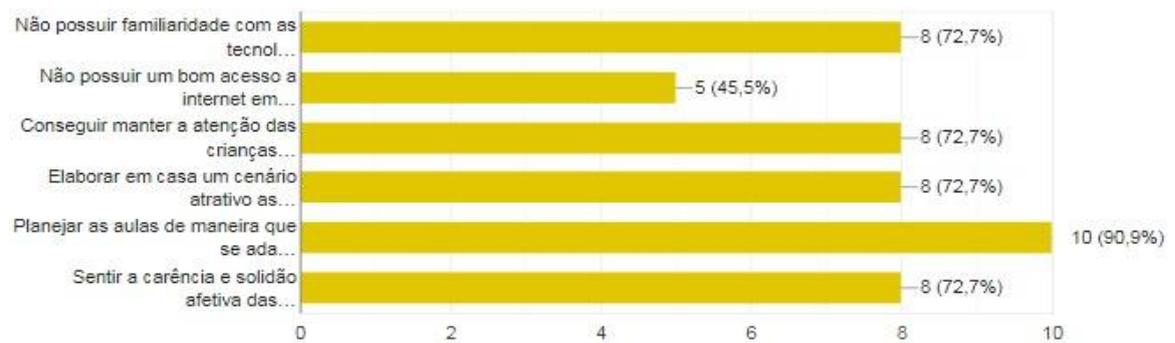
O conteúdo programático foi modificado para a modalidade a distância?

11 respostas



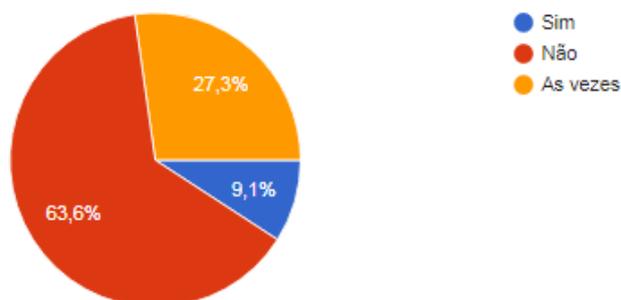
Identifique quais são os principais fatores que dificultam a vida do professor durante a realização das aulas remotas:

11 respostas



Existe uma boa interação dos alunos durante as aulas, e na realização das atividades?

11 respostas



Quais os métodos de avaliação você utiliza como meio de dimensionar o aprendizado dos seus alunos?

11 respostas

Participação da família

Observação ...

Atividades e atenção

Não há

Atividades de casa, participação nas aulas.

Devolutivas das famílias

Lições de casa, trabalhos para apresentação, avaliação durante as aulas.

Avaliação de atividades de casa, envio online das atividades, participação durante as aulas.

Sou professora de CEI, crianças de 2anos a 3 anos, Necessito do auxílio da família para apresentar a atividade proposta para a criança. bem como o relato da manifestação da criança iunto à experiência.

Troca de dialogo

Quais recursos você utiliza, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos?

11 respostas

Vídeos e diálogo entre professores e família

CLASSROOM, WATSSAPP...

Atividades motivadores.

Facilidade de acesso

Livro didático, apostila com as atividades, envio de vídeos pelo Whatsapp explicando como fazer, desenvolvimento de vídeo aulas explicativas, cenário de casa colorido imitando a sala de aula.

Vídeo autoral

Hoje fazemos muito o uso de slides, desenhos, contação de história, apostila, livro didático, material impresso pela escola as tafefas de casa.

Livro, brincadeiras, slides com as informações da aulas, dinâmicas. Ex fazer alguma coisa, uma receita, uma arte, alguma coisa que estimule as crianças a terem interesse de realizar de forma prazerosa e também e despertando o seu pensar.

Experiências nas diferentes linguagens de acordo com o Currículo da Cidade de São Paulo e BNCC voltadas para a Educação Infantil.

Vídeos direcionados os responsáveis

Fonte: Autores (2020).



CAPÍTULO II

Ferramentas didáticas que podem auxiliar o professor a alertar às crianças sobre o abuso sexual

Denise Malafatti Gonçalves

Loren Salles Souza Pereira

Sílvia Domingues Pozippe

Tatiana Donizetti de Carvalho Curatito

RESUMO

O abuso sexual infantil é um problema de saúde pública, que traz graves consequências psicológicas e emocionais na vida de crianças e adolescentes. Diante disso, formas de promover o enfrentamento da violência sexual devem ser discutidas, afim de, encontrar meios de prevenir possíveis ocorrências, identificar casos onde a violência já existe e interromper efetivamente o ciclo da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. A partir do estudo sistemático e qualitativo de trabalhos que falam sobre o assunto, foi verificado que a escola pode ser um espaço de orientação e detecção do abuso sexual infantil, visto que, os profissionais da educação, principalmente os professores (as) constroem com seus alunos vínculos afetivos que possibilitam perceber mudanças de comportamento, desde as mais sutis até as mais bruscas. Essas mudanças podem ser associadas há vários fatores como o abuso sexual, uma vez que, a criança sofrendo por qualquer tipo de violência, pode apresentar sintomas, onde um deles é a queda do rendimento escolar. Assim sendo, os professores (as) podem se colocar como instrumento na prevenção e proteção das crianças, buscando informações e capacitações com a intenção de saber a melhor forma de orientar, abordar e conduzir situações de abuso sexual. Conforme trabalhos pesquisados, o auxílio de ferramentas pedagógicas como roda de conversas, jogos, músicas, filmes, desenhos e outros, trabalhadas de forma adequada para cada idade, pode auxiliar educadores a fazer um trabalho de orientação e conscientização, para que as crianças percebam sinais de perigo, consigam dizer não, se afastem de



possíveis agressores e quando se sentirem ameaçadas, contem para alguém de confiança. Assim, as pesquisas mostraram que, trabalhar com a educação preventiva nas escolas, pode ser uma possibilidade de ajudar crianças a compreender o que é a violência sexual, seus perigos e como se proteger deles.

Palavras chaves: Abuso sexual infantil, prevenção, crianças, orientação, professores.

ABSTRACT

Child sexual abuse is a public health problem that has serious psychological and emotional consequences in the lives of children and adolescents. Therefore, ways to promote the confrontation of sexual violence must be discussed, in order to find ways to prevent possible occurrences, identify cases where violence already exists and effectively interrupt the cycle of violence and sexual abuse against children and adolescents. From the systematic and qualitative study of works that talk about the subject, it was verified that the school can be a space for guidance and detection of child sexual abuse, since education professionals, especially teachers, build with their students affective bonds that make it possible to perceive changes in behavior, from the most subtle to the most abrupt. These changes can be associated with several factors such as sexual abuse, since, the child suffering from any type of violence, may present symptoms, where one of them is the drop in school performance. Therefore, teachers can put themselves as an instrument in the prevention and protection of children, seeking information and training with the intention of knowing the best way to guide, approach and conduct situations of sexual abuse. According to researched works, the aid of pedagogical tools such as conversations, games, music, films, drawings and others, worked in an appropriate way for each age, can help educators to do guidance and awareness work, so that children perceive signs of danger, manage to say no, move away from possible aggressors and when they feel threatened, tell someone you trust. Thus, research has shown that working with preventive education in schools can be a possibility to help children understand what sexual violence is, its dangers and how to protect themselves from them.



Keywords: Child sexual abuse, prevention, children, guidance, teachers.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa o entendimento do abuso sexual infantil e busca formas de orientar crianças, pais, professores e comunidade para a prevenção ao abuso infantil. Abordar diretamente as crianças, para falar sobre abuso sexual, tem se mostrado um procedimento importante (PELISOLI; PICOLOTTO, 2010), no entanto, essas abordagens devem ocorrer de maneira adequada à cada idade, com uma boa didática.

Em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, registrou 159 mil casos, sendo 11% de violência sexual contra crianças e adolescentes, o que significa 17 mil casos dessa natureza (JORNAL EXTRA CLASSE, 2020).

Esses números são alarmantes e ficam mais assustadores quando entende-se que 73% dos casos de abuso infantil acontece no ambiente familiar ou doméstico (intrafamiliar) praticado por pessoas conhecidas/próximas, há também casos que ocorrem fora desses ambientes (extrafamiliar). O abuso fere os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Conforme explica o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária; e o artigo 5º complementa, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei por qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Sobre os crimes em espécie, tem o artigo 241-D, que trata justamente do assédio, consta também nesse artigo a pena e multa imposta ao agressor (BRASIL, 2012).

Uma das formas para se denunciar é através do Disque 100, é um canal do governo federal, que funciona diariamente, 24 horas por dia, inclusive aos finais de



semana e feriados. As ligações podem ser feitas de qualquer lugar do Brasil; sendo uma ligação gratuita, que pode ser realizada tanto por telefone fixo ou móvel (celular).

Além de ligações, o Disque 100, pode ser acionado através do **Aplicativo Direitos Humanos Brasil**, pelo site www.ouvidoria.mdh.gov.br, pelo Telegram e pelo e-mail ouvidoria@mdh.gov.br.

As denúncias também podem ser feitas através dos Conselhos Tutelares; nas Delegacias Especializadas e Comuns; nas Polícias Militar, Federal e Rodoviárias; nas escolas com professores, orientadores e diretores; através do número 190.

Segundo Soma e Williams (2014), os programas preventivos de abuso à criança devem promover o ensino de habilidades de autoproteção como:

- a) Ajudá-la a **reconhecer** potenciais situações abusivas ou ofensores em potencial;
- b) Ensiná-la a **resistir** (“dizer não”) e se retirar da presença do ofensor;
- c) Incentivá-la a **relatar** incidentes abusivos (anteriores ou atuais) a uma figura de autoridade e de confiança, enfatizando os 3 Rs.

É importante manter com as crianças, uma relação aberta de escuta, desmistificando a hipótese de que a criança sempre está mentindo, segundo a Cartilha Educativa, apenas 6% dos casos são invenção, sendo necessário propiciar oportunidades para que a criança peça ajuda. A criança pede ajuda de várias formas: no meio de uma brincadeira com coleguinhas; em um desenho; querendo reproduzir com outras crianças atos vistos e/ou vivenciados; através de uma conversa com um adulto de confiança; muitas delas passam a ter medo de coisas que não tinham; alguns tem o seu rendimento escolar prejudicados.

Para combater o abuso infantil é necessário que se tenha uma rede de proteção fortalecida, todos são responsáveis pelos direitos das crianças e adolescentes e tomar atitudes para interromper as situações de violência que estejam ocorrendo. Assim sendo, é necessário exemplificar situações que mostrem a importância das ações e do diálogo de cada agente da rede de proteção e que todos saibam identificar possíveis abusos, se um dos pilares não realiza suas funções de maneira eficiente e em conformidade com a lei, a proteção de crianças e adolescentes não se estabelece.



A rede de proteção e acolhimento se fundamenta no seguinte tripé:



Segundo Paiva (2015), a escola é uma instituição importante da constituição da rede e um lugar privilegiado de atenção integral à criança, além de deter as condições legais para a prevenção de acordo com o ECA. Sendo assim, ela deve ser protagonista na rede de proteção à violência sexual.

A Fundação Abrinq, orienta como identificar sinais em crianças que sofrem ou sofreram abusos:

- Apresenta marcas de agressão ou machucados, tem dificuldade de andar ou sentar;
- A criança está agressiva, irritada ou machuca o próprio corpo;
- Está muito quieta, medrosa ou chorosa;
- Passou a ter transtornos alimentares;
- Passou a ter alterações de sono, fica cansada fora de hora ou tem dificuldade para dormir;
- Mudou seu comportamento e aparência;
- Está desatenta na escola ou desinteressada em atividades e brincadeiras;
- Apresenta dificuldades de aprendizagem;
- Faz desenhos agressivos, que mostrem situações de medo ou envolvendo questões sexuais;
- Evita ir para alguns lugares ou encontrar algumas pessoas.
-



A Campanha “Faça Bonito”, é uma campanha nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que acontece no dia 18 de maio anualmente e é uma grande rede de proteção. Nesse ano, ela está completando 20 anos de conscientização protegendo crianças e adolescentes, ela tem o intuito de mobilizar, sensibilizar e informar a sociedade para proteger os direitos dos pequenos. O dia 18 de maio foi escolhido, para lembrar um crime bárbaro contra uma criança que aconteceu nesse mesmo dia em 1973, na cidade de Vitória (ES), quando uma menina de 8 anos, Araceli, teve todos os seus direitos humanos violados, ela foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta. Apesar de toda essa monstruosidade, o caso ainda continua impune. Essa campanha, do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, tem como símbolo uma flor amarela, como uma lembrança dos desenhos da primeira infância, além de associar sua fragilidade com a de uma criança.

De acordo com o projeto voluntário “Eu me protejo”, existe alguns mitos relacionados com o tema, que algumas famílias usam muitas vezes como desculpas para não discutir o assunto:

- 1- As crianças raramente são vítimas de abuso sexual;
- 2- Esse tipo de coisa não acontece onde moramos;
- 3- Não deixamos nossos filhos se aproximarem de estranhos;
- 4- Meu filho não tem idade suficiente para essa conversa;
- 5- Não quero assustar meu filho;
- 6- Eu saberia se algo acontecesse com meu filho;
- 7- Meu filho me diria se algo acontecesse com ele;
- 8- Nunca deixamos nosso filho sozinho com adultos;
- 9- Eu não quero colocar pensamentos na cabeça dela;
- 10- Isso não vai acontecer com meu filho.

A sexualidade é um aspecto humano que deve ser naturalmente desenvolvido nas diversas fases da vida. Ao ser violada, afeta gravemente as vítimas, principalmente quando trata de uma criança ou adolescente por serem mais vulneráveis e não terem a clareza e maturidade para identificar e enfrentar situações de violência (FERRAZ, 2018).



2.1 Contextualização

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu Art. 70 diz que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e adolescente, assim, dentro do contexto de abuso sexual entendemos que como cidadãos o enfrentamento deste problema de saúde pública deve ser tomado como um objetivo a ser seguido a fim de tentar evitar que novos casos ocorram.

Segundo o MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018, assim, violência sexual figura em 11% das denúncias que se referem a este grupo específico, o que corresponde a 17 mil ocorrências.

Mesmo com números tão altos, nem todos os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes são notificados, levando a crer que a realidade de casos de abuso sexual podem ser bem maiores, fortalecendo a necessidade de se comprometer com a busca de soluções a fim de acabar com este grave problema. Para o enfrentamento efetivo do abuso sexual infantil os profissionais da educação no contexto escolar, podem ser considerados atores fundamentais na prevenção e detecção de situações de violação dos direitos da criança e adolescente já que é na escola que as crianças passam boa parte do dia.

Assim, segundo Barros (2016, p.45):

A escola tem papel fundamental no processo de enfrentamento contra a violação dos direitos desses sujeitos e, o combate à violência sexual é uma das pautas que precisa fazer parte da rotina da escola. Necessário se faz que a escola conheça e compreenda as tramas históricas, culturais e de poder que permeiam o problema, com o objetivo de intervir positivamente para o empoderamento dos sujeitos vitimizados e de suas famílias.

Diante disso, qual a melhor maneira dos professores (as) abordar com crianças, temas relacionados a violência e abuso sexual de forma preventiva? Diante de evidências de que a criança está sendo abusada sexualmente qual a melhor



conduta? Dentro das pesquisas realizadas houve a constatação de que a “[...]escola tem também a função de atendimento, ou seja, de proteger seus estudantes, crianças e adolescentes contra qualquer violação de seus direitos” (BRASIL, 2008, p.86), porém, o profissional que atua dentro da escola, tem pouco preparo para abordar assuntos ligados ao abuso sexual e lidar com casos onde a violência já está acontecendo.

Assim, buscar capacitação para fortalecer esse elo importante da rede de proteção que é a escola, traria condições dos professores (as) reconhecerem em seus alunos sinais e evidências de violência como marcas no corpo, mudança de comportamento e queda no rendimento escolar. Reconhecendo que algo está errado, o encaminhamento para um atendimento personalizado e de qualidade aconteceria de forma mais rápida, quebrando assim o círculo de abuso e violência sexual.

Este trabalho de caráter qualitativo traz após pesquisas e reflexões a necessidade de fazer valer o direito da criança e do adolescente, a importância da capacitação dos profissionais da educação e a busca de ferramentas pedagógicas já disponíveis e construídas de acordo com a faixa etária de cada criança, para abordar preventivamente o tema abuso sexual.

2.2 Justificativa

Conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases – Lei Federal nº 9394/96):

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB, CAP.II; ART.29-LDB)

Essa afirmação fortalece que é dever de todos a promoção do desenvolvimento integral da criança e para isso acontecer, vínculos afetivos devem ser o princípio de todo esse processo, visto que, o pedagogo chega a passar mais tempo com seus alunos, mesmo em ambientes virtuais de aprendizagem, do que os



próprios familiares. Assim, perceber e buscar formas de identificar possíveis casos de violência, principalmente sexual contra as crianças e os adolescentes são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e em especial, do professor. (ABRÁPIA, 1997, p. 6 Apud CAMARGO & LIBÓRIO, 2005).

Passando, o professor, grande parte do tempo com seus alunos, o vínculo afetivo estabelecido entre eles, favorece a percepção de comportamentos que talvez para os pais sejam considerados normais, mas que na verdade estão mostrando algo que a criança está querendo dizer e não tem coragem. O comportamento muda, no início de forma tímida até chegar a ponto de rebeldia, prostração¹, choros e muitas vezes queda no rendimento escolar. Uma criança que sofreu ou sofre com a violência e o abuso sexual, carrega consigo consequências tanto orgânicas quanto psicológicas e dentre as mais comuns, a criança apresenta quadros de dificuldades de aprendizagem na escola (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 13).

Diante disso qualquer mudança deve ser observada e analisada atentamente e quando detectado algum sinal de alerta, órgãos competentes devem ser acionados, porque ferir o direito da criança e do adolescente é crime.

Diante da realidade, onde o número de crianças que tem seus direitos violados são bem grandes, a melhor forma de evitar que isso ocorra é a prevenção. E a pergunta é: como o pedagogo pode ajudar as crianças a se protegerem ou a denunciarem situações de violência sexual, moral ou física?

Pesquisando, foi percebido que ensinar as crianças a reconhecer o que pode e o que não pode ser tocado em seus corpos, é uma maneira que ajuda na prevenção de situações de possível abuso e violência sexual.

Assim, os pedagogos podem se posicionar de forma a planejar didaticamente ações lúdicas e educativas com a intencionalidade exclusiva de orientar as crianças com relação a sua autonomia de dizer não e denunciar quando sua vontade não for respeitada. O papel do professor nesse processo de orientação para as crianças, realmente é muito importante, pois a prevenção é sempre o melhor remédio, por isso a necessidade de orientar as crianças para que possam proteger-se e defender-se.

¹ Prostração: debilidade física; fraqueza, abatimento, moleza.



Algumas atividades como uma roda de conversa, livrinho didático que aborde esse tema, músicas, vídeos, semáforos do corpo, luva pedagógica contra o abuso sexual, podem ser ferramentas para ajudar as crianças a compreenderem de forma lúdica o que ela pode ou não permitir com relação ao seu corpo.

Por isso, ensinar as crianças a ler e a escrever já não é mais só papel do pedagogo, assim como ensinar a criança a cuidar-se, proteger-se, a dizer não, já não é mais só papel da família, e sim de toda sociedade, pois o inimigo pode estar em qualquer lugar e é dever de todos, inclusive da escola, que precisa se engajar nesta problemática que tanto interfere no desenvolvimento geral das crianças.

2.3 Tema

Ferramentas didáticas que podem auxiliar o professor a alertar às crianças sobre o abuso sexual.

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral, realizar uma revisão sistemática de literatura, compreendida entre os anos 2018 e 2019, sobre as ferramentas didáticas disponíveis, que podem auxiliar o professor na abordagem do tema: abuso sexual.

2.4.2 Objetivos específicos

Visando o atingimento do objetivo geral, foram elencados os objetivos específicos, conforme abaixo:

- a) Identificar as ferramentas já existentes na literatura para abordagem do assunto abuso sexual, com as crianças;
- b) Analisar a efetividade e aplicabilidade das ferramentas existentes;
- c) Sintetizar os benefícios relevantes do material disponível.

2.5 Cronograma

Estabelecemos cronograma abaixo, para facilitar a organização e apresentação do trabalho no prazo solicitado:



| CRONOGRAMA | | | | | |
|--|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
| Meses | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| Atividades | | | | | |
| Formulário de aceite do TCC | 17/08/2020 | | | | |
| Definição do tema macro | 17/08/2020 | | | | |
| Formação do grupo TCC | | 03/09/2020 | | | |
| Definição do tema | | 03/09/2020 | | | |
| Levantamento bibliográfico | | 04/09/2020 | 15/10/2020 | | |
| Produção dos elementos pré-textuais | | 10/09/2020 | | | |
| Orientações e discursões sobre o pré-projeto | | 24/09/2020 | | | |
| Produção da primeira entrega | | 25 à 29 09/2020 | | | |
| Revisão da primeira entrega | | 30/09/2020 | | | |
| Primeira entrega | | | 05/10/2020 | | |
| Produção da fundamentação teórica | | 30/09/2020 | 28/10/2020 | | |
| Orientações sobre a fundamentação teórica | | | 30/10/2020 | | |
| Elaboração do questionário de pesquisa | | | 30/10/2020 | 08/11/2020 | |
| Aplicação da pesquisa | | | | 03 à 17/11/2020 | |
| Consolidação dos dados | | | | 18 à 25 | |
| Orientações para entrega parcial II | | | | 25/11/2020 | |
| Revisão para a entrega parcial II | | | | 28/11/2020 | |
| Entrega parcial II | | | | 30/11/2020 | |
| Conclusão | | | | 28/11/2020 | 01/12/2020 |
| Orientações para a entrega final | | | | 25/11/2020 | 04/12/2020 |
| Revisão | | | | | 12/12/2020 |
| Preparar apresentação | | | | | 12/12/2020 |
| Entrega final | | | | | 14/12/2020 |

Figura 1. Fonte: Autores (2020)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este projeto trata-se de uma revisão de literatura, para o qual foram selecionadas algumas publicações como: artigos, campanhas, revistas, guias, pesquisas qualitativas que abordam o tema do abuso sexual infantil.

Segundo a Abrapia, um fato comum a toda forma de abuso infantil é o abuso de poder do mais forte - o adulto - contra o mais fraco – a criança.

O abuso sexual infantil está se tornando cada vez mais frequente e bastante disseminado pelas mídias, mas ainda assim continua sendo um tabu, principalmente

dentro das famílias, o que torna esse assunto cada vez mais preocupante, devido ao fato de que a maioria dos abusadores fazem parte do convívio social da criança, sejam familiares, amigos, vizinhos ou algum conhecido.

Azevedo e Guerra (1989) configuram abuso sexual como: todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adulto e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança menor ou utilizá-la para obter uma estimulação sobre sua pessoa.

2.1 Infância

De acordo com Dicio (Dicionário Online), infância é um substantivo feminino, que significa: período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos, até ao início da adolescência.

As crianças deveriam viver intensamente essa fase de suas vidas, correr, brincar, se divertir, ter todos os seus direitos assegurados.

Para a criança, só é possível viver sua infância. Conhecê-la compete ao adulto. Contudo, o que irá predominar nesse conhecimento, o ponto de vista do adulto ou da criança? Infância para as crianças não tem um significado único, quem tem um conceito para esse título são os adultos, as crianças só têm a necessidade de viver intensamente. Elas vivem os momentos, cada situação em particular, e são esses momentos, ou seja, essas memórias que serão guardadas e lembradas para toda sua vida (WALLON, 2010).

Antigamente as crianças eram consideradas como seres anormais e vistas apenas como adultos em miniatura, sendo hostilizadas pela sociedade.

[...]a criança era diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante, deixando bem claro que as crianças eram vistas como adultos em miniaturas e desvalorizadas socialmente. As pessoas se divertiam com as crianças pequenas como com um animalzinho um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegara a sair de uma espécie de anonimato. (AIRES, 1986).



2.2 Definições das violências sexuais

De acordo com o Protocolo da Unicef, a violência contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública. E define o abuso como:

Abuso sexual: é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor(a) está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente, tendo a intenção de estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade. Pode variar desde atos em que não exista contato sexual até os diferentes tipos de atos com contato sexual, havendo ou não penetração.

Abuso sexual sem contato físico:

a) **Assédio Sexual**: caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor(a) da agressão.

b) **Abuso Sexual Verbal**: pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente, ou a chocá-los. Os telefonemas obscenos são também uma modalidade de abuso sexual verbal.

c) **Exibicionismo**: é o ato de mostrar os órgãos genitais ou de se masturbar diante da criança ou do adolescente, ou no campo de visão deles.

d) **Voyeurismo**: é o ato de observar fixamente órgãos sexuais de outras pessoas, quando estas não desejam ser vistas, buscando obter satisfação com essa prática.

Abuso sexual com contato físico: São atos físicos que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal.

a) **Estupro - Constranger alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. (Lei nº 12.015/2009 modificou o texto dos artigos 213 e 214 do Código Penal).



A violência sexual causa tortura psicológica em uma criança, podendo trazer consequências que, se não forem devidamente tratadas, terão marcas que seguirão por toda a vida da criança como por exemplo, a baixa autoestima, angústia, tristeza, isolamento, sentimento de inferioridade, depressão. Essas são algumas das várias consequências que passaram as crianças abusadas sexualmente. A percepção do professor neste momento é de importância significativa devido ser o indivíduo mais próximo da criança, pois na maioria dos casos são membros da família que abusam da criança. Por isso, é extremamente importante o acolhimento da escola neste sentido, para que a criança se sinta segura para uma possível denúncia (SANTOS; SANTOS; ALVES, 2018).

No artigo 5º, do ECA, diz: nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

2.3 Comportamentos a serem observados

Segundo a Abrapia (1997), existem comportamentos que podem ser observados nessas crianças que indicam algo a ser investigado, são eles:

- ❖ Altos níveis de ansiedade;
- ❖ Imagem corporal distorcida;
- ❖ Baixa autoestima;
- ❖ Sentimentos de menos-valia;
- ❖ Distúrbios no sono (sonolência, pesadelos);
- ❖ Distúrbio na alimentação (perda ou excesso de apetite);
- ❖ Enurese noturna (urinar na cama);
- ❖ Distúrbio no aprendizado;
- ❖ Comportamento muito agressivo, apático ou isolado;
- ❖ Comportamento extremamente tenso, em “estado de alerta”;
- ❖ Regressão a um comportamento muito infantil;
- ❖ Tristeza, abatimento profundo;



- ❖ Comportamento sexualmente explícito (ao brincar, demonstra conhecimento inapropriado para a sua idade);
- ❖ Masturbação visível e contínua, brincadeiras sexuais agressivas;
- ❖ Relutância em voltar para casa;
- ❖ Não frequentar a escola por vontade dos pais;
- ❖ Faltar frequentemente à escola;
- ❖ Não participar das atividades escolares, ter poucos amigos;
- ❖ Não confiar em adultos, especialmente os que lhe são próximos;
- ❖ Ideias e tentativas de suicídio;
- ❖ Autoflagelação;
- ❖ Fugas de casa;
- ❖ Dificuldades de concentração;
- ❖ Choro sem causa aparente;
- ❖ Hiperatividade;
- ❖ Comportamento rebelde.

É preciso ficar atento a todos os sinais demonstrados pelos pequenos para que se possa ajudá-los, encaminhá-los para um atendimento especializado e denunciar o abusador.

[...] uma criança que por palavras, brincadeiras ou desenhos sugere um conhecimento sexual inapropriado a sua idade; uma criança com preocupações excessivas com questões sexuais e um conhecimento precoce de comportamento sexual adulto; que repetidamente se envolve em brincadeiras sexuais com colegas; que é sexualmente provocante com adultos; uma criança mais velha que se conduz de um modo sexualmente precoce, comportando de uma forma que a isola de seu grupo de colegas e atrai comportamentos crítico ou sedutor por parte dos adultos; perda de concentração não são raros em crianças sexualmente abusadas e pode ser um grito de ajuda. (AZEVEDO e; GUERRA, 1995).

Diante do abuso muitas crianças passam a ter seu rendimento escolar prejudicados, passam a ficar presas à um mundo paralelo, perdem sua concentração, estão sempre com medo, muitas ficam agressivas e rudes, outras se isolam. Quando



identificado esses sinais na escola, é necessário que haja investigação e que a criança receba apoio, pois, muitas vezes, ela está necessitando de pessoas em que possa confiar.

2.4. Revisão sistemática de literatura

A revisão sistemática de literatura é uma forma de identificar material publicado que tenha relevância científica, dentro de um espaço de tempo e que tenha aplicação possível e viável. Os artigos ou materiais identificados na literatura devem ser selecionados, catalogados e seus dados devem ser questionados possibilitando a avaliação e qualidade metodológica utilizada nos mesmos. Essa ferramenta foi utilizada para que se possa analisar de fato o que existe de material disponível para ser utilizado pelos educadores, dentro do contexto de orientação e apoio às crianças no que se refere ao abuso sexual.

3. METODOLOGIAS

Através de pesquisa bibliográfica qualitativa, foi realizada uma revisão sistemática de ferramentas pedagógicas disponíveis para auxiliar educadores na abordagem do tema abuso sexual, com as crianças.

Quando nos propomos a estudar um determinado assunto, nos deparamos com inúmeras pesquisas, artigos, documentos, literatura de forma geral a respeito do mesmo. A opção por realizarmos uma revisão sistemática, traz como benefício, identificar, dentro dos mais diversos materiais publicados, qual é de verdade, relevante e significativo para o objetivo proposto.

Uma revisão sistemática, segundo Wikipédia, consiste na definição de uma estratégia de busca, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

Importante destacar também que os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem:

- a) Elaboração da pergunta de pesquisa;
- b) Busca na literatura;



- c) Seleção dos artigos;
- d) Extração dos dados;
- e) Avaliação da qualidade metodológica;
- f) Síntese dos dados (metanálise);
- g) Avaliação da qualidade das evidências;
- h) Redação e publicação dos resultados.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao abordar a temática de abuso sexual infantil, percebeu-se a necessidade de se apropriar de estudos já feitos a respeito, e buscar entender todo o contexto já explorado, para poder fazer uma análise crítica de como profissionais da educação poderiam buscar ferramentas pedagógicas para promover a prevenção de possíveis situações de abuso contra as crianças.

Notou-se que todos os trabalhos estudados, se referem ao abuso sexual como um problema de saúde pública, indo mais longe ao afirmar que todos têm responsabilidade de proteger as crianças e adolescentes. Também se percebeu que muitos trabalhos apontam que é dever da escola buscar formas de dialogar com pais e alunos a respeito do abuso sexual.

Os artigos e materiais, que constam da tabela (1) abaixo, foram selecionados dentre várias publicações sobre o tema. Buscou-se separar o que é realmente relevante no apoio aos professores (as) quando o assunto é abuso sexual.

Dentre os aspectos abordados no material, complementando o que foi citado acima, percebe-se a grande preocupação de envolvimento da escola, dos pais, da sociedade e da rede de apoio existente nos municípios, com relação ao abuso sexual. O material selecionado aborda a importância de incentivar junto às crianças os 3 Rs (reconhecer, relatar e resistir) e ainda a necessidade de proteger-se e de saber que sempre vai ter um adulto em quem ela possa confiar, para denunciar. Porém, o mesmo material deixa claro a lacuna que existe na formação e despreparo dos professores quanto à abordagem do tema. As famílias também tem muito preconceito a respeito.

Faltam políticas públicas mais atuantes, investimentos em estudos, publicações, pesquisas, formação específica na área para professores e ações de



esclarecimento e orientação para famílias.

O material existente consiste de publicações, campanhas e estudos esporádicos, realizados por órgãos do governo, instituições, pesquisadores, mas não foi identificado um trabalho contínuo e permanente como o tema exige.

Existe a intenção e preocupação em ações que combatam o abuso sexual infantil mas essas ações carecem de consistência.

O material pedagógico existente e que é foco de nossa pesquisa é bom mas a iniciativa de utilizá-los, é quase que pessoal.

Conforme período de pandemia que estamos vivendo, não foi possível construir e experimentar como estratégia de sondagem, projetos para analisar e tirar conclusões de resultados, mas, entendendo que a criança aprende melhor através da ludicidade, podemos citar algumas sugestões que em momento oportuno, após longa análise e adaptação, poderiam ser utilizados como possíveis ferramentas para uma educação sexual qualitativa. São elas: contação de histórias, músicas, teatrinhos, desenhos, roda de conversa. Qualquer atividade escolhida deve ser adequada a faixa etária a qual será apresentada, deve ser analisada criticamente, e depois que todos as etapas superadas e após sondagem do que as crianças já sabem sobre o assunto, a atividade deve ser ofertada para as crianças em total sentido pedagógico e preventivo.



| Autor/Ano/País | Objetivo | Tipo de estudo | Aspectos abordados e resultados |
|---|--|----------------|---|
| CÂMARA DOS DEPUTADOS – plenarinho.leg.br 2019. BRASIL. | Material preparado para uso de professores, para que eles tenham capacidade de identificar, acolher e apresentar instrumentos de proteção e denúncia | Artigo | O artigo oferece sugestão de 3 atividades de 40 minutos que podem ser realizadas pelos professores, com os alunos, nas disciplinas de língua portuguesa, geografia, ciências e artes criando uma abordagem interdisciplinar e transversal. Todas as atividades tem por objetivo esclarecer as crianças sobre o abuso sexual, identificar possíveis abusadores, como se prevenir e quem pode ajudar, inclusive apresentando ao final das atividades a rede de apoio que existe no município. As atividades consistem em: 1º Uma roda de conversa onde na primeira etapa se identifica o que os estudantes conhecem sobre o assunto e na segunda etapa pode ser apresentada uma publicação “Seu corpo, sua Casa”; 2º apresentar uma animação “Isabela Todabela”; 3º apresentar a revistinha “Turma do Plenarinho contra a Exploração Sexual”. |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>SANTOS, E.S. 2018.</p> <p>BRASIL.</p> | <p>Analisar tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças.</p> | <p>Pesquisa qualitativa.</p> | <p>A pesquisa é uma revisão das tecnologias educativas existentes e que tem por objetivo prevenir o abuso sexual contra às crianças. Aborda a criação de manuais e a orientação em todos os níveis: família, sociedade, crianças, envolvendo vários profissionais de setores e instituições diversos. Valoriza a participação como forma de prevenção, formação continuada de professores e educadores e a importância de aprender a dizer “não”, a maior participação do pai no cuidado com os filhos. Como resultado, a pesquisa identifica que as tecnologias educativas que permitem a prevenção primária do abuso sexual, são escassas, necessitando de investimento em estudos, publicações e pesquisas.</p> |
| <p>SEDS de Estado Família</p> | <p>(Secretaria da e população</p> | <p>Incentivar diálogo com as crianças, incentivar a população a denunciar</p> | <p>Campanha Publicitária – “Não Engula o Choro”</p> <p>Fortalecer a proteção as crianças e adolescentes, reduzir o silêncio que prejudica um diagnóstico real da situação</p> |

| | | | |
|---|-------------------------------------|---|--|
| Desenvolvimento Social do Paraná). | crimes e reduzir as subnotificações | de violência e incentivar a criança a contar o que se passa com ela para alguém em quem confie. A Campanha envolve cartazes, vídeos, publicações, outdoors, busdoor e todo esse material pode ser utilizado por qualquer pessoa que faça parte da rede de proteção às crianças, incluindo educadores e professores. | |
| 2018. BRASIL. | | | |
| Centro Marista de | Promover a auto defesa da | Campanha | A Campanha produziu |
| Defesa da Infância. | criança contra a violência | Publicitária | – série de vídeos onde são abordadas situações do dia a dia em que a criança deve se defender e agir preventivamente, fazendo valer os seus direitos sexuais. Trata ainda de apresentar estratégias, com uma linguagem acessível e de forma lúdica, que dificultam ou impedem a ação dos |
| 2018. BRASIL. | sexual | “Defenda-se” | |



agressores. O material de divulgação é composto de publicações-narrativa literária, 13 vídeos com legendas em vários idiomas, transcritos e libras para alcançar o maior número de crianças e ser usado por professores, educadores e pessoas em geral. Podem ser compartilhados nas redes sociais e cinemas.

| | | | |
|--|--|---------------|---|
| <p>SOMA, S.M.P.; WILLIAMS, L. C. 2019. BRASIL</p> | <p>Avaliar se um livro infantil sobre abuso sexual seria efetivo para desenvolver habilidades autoprotetivas em 33 crianças de escolas públicas.</p> | <p>Artigo</p> | <p>Promover habilidades autoprotetivas nas crianças, como: a) ajudá-la a reconhecer potenciais situações abusivas ou ofensores em potencial; b) ensiná-la a resistir ("dizer não") e se retirar da presença do ofensor; e c) incentivá-la a relatar incidentes abusivos (anteriores ou atuais) a uma figura de autoridade e de confiança, enfatizando os três "Rs". Utilizando o uso de literatura infantil de abordagem preventiva (LIAPs). Este estudo teve algumas limitações, como: o número reduzido de crianças, a falta de neutralidade de alguns professores. Contribuir com avanços para a pesquisa preventiva de abuso sexual infantil e, sobretudo, contribuir de forma a instrumentalizar crianças a identificarem situações de risco e principalmente a se proteger de situações que possam violar seus direitos e lhes trazer sofrimento. Há a necessidade de continuar a produzir conhecimento científico sobre a utilização de LIAPs em programas preventivos, área ainda pouco pesquisada tanto no contexto nacional como no internacional</p> |
|--|--|---------------|---|



| | | | |
|--|---|------------------------------|---|
| | | | Enfatizando que ainda são poucos os estudos sobre o assunto. |
| SANCHES, L. C.; ARAUJO, G.; RAMOS, M.; ROZIN, L.; RAULI, P.M.F. 2019. BRASIL. | Compreender a violência sexual infantil e as principais determinações sociais da saúde a ela relacionadas, favorecendo a compreensão da dinâmica desta violência. | Revista | Foram abordados os seguintes aspectos: a violência sexual infantil; as tipologias da violência sexual infantil; as consequências da violência sexual infantil; as determinações sociais da violência sexual infantil. O reconhecimento em relação a vulnerabilidade dos casos de abuso sexual infanto-juvenil e o reconhecimento da sociedade quanto as abordagens de enfrentamento, fazem parte dos resultados obtidos. |
| LESSA, C. B.; MAYOR, A. S. 2019. BRASIL. | Descobrir se a formação de professores, capacita-os para trabalhar com alunos vítimas de abuso sexual infantil (ASI). | Artigo/ Pesquisa qualitativa | A falta de capacitação para discutir assuntos relacionados ao abuso sexual infantil, despreparo para lidar com casos de ASI. Assuntos da sexualidade, sobretudo o ASI, ainda recebem muitas resistências a serem tratados pela escola, pela família e pela sociedade em geral, por serem considerados tabus. Contribuir para a produção de conhecimento acerca do ASI e problematizar a defasagem encontrada na formação dos professores. |
| SANTOS, C.R.; SANTOS, J.H.O.; ALVES, P.R.S. 2018. BRASIL. | Ressaltar algumas considerações sobre infância, abuso sexual e as consequências desta prática na vida escolar de uma criança abusada sexualmente | Artigo | Gravidade do problema e a crença de profissionais da preparados para detectar e amenizar os efeitos deste tipo de evento que afetam as crianças; assim como, a falta de interesse de boa parte dos familiares das vítimas, que ficam alheios aos casos; e dos nossos governantes, que não viabilizam políticas públicas de prevenção e de tratamento eficaz quando os casos ocorrem. Foi constatado que essa |

| | | | |
|---|---|-----------|---|
| | | | violência produz uma série de consequências, e uma das principais é no desenvolvimento da vítima, impedindo que a mesma tenha um crescente gradual, no que diz respeito a conhecimentos gerais, em conteúdo de exatas e humanas. Em função do trauma vivido, os resultados são severos para quem sofre tal fenômeno, como: disfunções neurológicas, de aprendizado, na formação mental e em sua memória. Outro fator que influencia essas patologias psíquicas, oriundas do trauma, está designada no campo emocional, a afetividade, que é necessária para a aquisição de novas aprendizagens e habilidades durante a jornada escolar. |
| SECRETARIADA EDUCAÇÃO. 2019. BRASIL. | Oferecer sugestões pedagógicas de combate ao orientador abuso sexual. | Documento | - Sensibilização/ preparação do corpo docente; - Recursos pedagógicos. Auxiliar docentes no Reconhecimento do abuso sexual e quais medidas devem ser tomadas. |

Tabela 1 – Comparativo de autores /Fonte: Elaboração do grupo

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho buscou encontrar dentro da literatura já existente e em um período compreendido entre os anos 2018 e 2019, ferramentas didáticas que pudessem auxiliar de forma multidisciplinar, o educador, na orientação das crianças sobre o abuso sexual.

Para cumprirmos o objetivo, foi realizada uma revisão sistemática de materiais já publicados. Dentre tudo o que foi encontrado, foram selecionados materiais diversos, entre eles, estudos, publicações, campanhas, histórias, vídeos educativos. A seleção buscou ater-se, dentro da análise do grupo, aos materiais que apresentaram maior efetividade e aplicabilidade. Tomou-se também o cuidado de



selecionar materiais sérios e que possam efetivamente contribuir com essa questão que envolve toda a sociedade e que se apresenta como um problema muito grave, já que os números não veem indicando redução nos casos de abuso sexual infantil.

A questão do abuso sexual tem reflexos na sociedade, nas famílias, na escola e principalmente na formação do cidadão pleno que deveria estar capacitado para alterar de forma positiva o contexto onde está inserido.

A presente revisão torna-se muito importante porque seleciona materiais que podem ser utilizados pelo educador de forma multidisciplinar, lúdica e que pode facilitar não só a orientação, mas ajudar a identificar situações de abuso já existente e ainda auxiliar na condução e encaminhamento para a rede de proteção dessa criança, evitando ou interrompendo situações de prejuízo aos pequenos. Zelar pelas nossas crianças é dever de toda a sociedade.

Este trabalho não tem por objetivo um final, ao contrário, apresenta-se como formas de despertar o educador sobre a sua importância como pessoa de confiança das crianças e auxiliá-lo, através das ferramentas selecionadas, nessa questão tão delicada e tão envolvida em preconceito que é o abuso sexual infantil.

Esperamos que a partir dessa revisão sistemática, o material selecionado possa ser utilizado e novos estudos sejam realizados com o intuito de eliminar ou ao menos minimizar essa grave lacuna que existe em nossa sociedade que é a dificuldade de protegermos nossas crianças do abuso sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Infância.** Dicio – Dicionário Online de Portugues.
Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/infancia/>> Acesso em: 18/11/2020.

_____. **Pode ser abuso.** Fundação Abrinq.
Disponível em:

<<https://www.podeserabuso.org.br/>> Acesso em: 01/10/2020.

_____. **Protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência- Uma abordagem interdisciplinar na saúde.** UNICEF.



Disponível em:

<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/protocolo_atencao_crianças_vi_timas_violencia.pdf> Acesso em: 19/09/2020.

_____. **Prevenção à violência sexual.** Visão Mundial. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VEI-fotjpYg&feature=emb_rel_end

> Acesso em: 19/09/2020.

_____. **Revisão sistemática.** Wikipédia. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Revis%C3%A3o_sistem%C3%A1tica#M%C3%A9todo_s

> Acesso em: 01/10/2020.

AIRES, P. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, 1986.

ALMEIDA, F. E. G. **Abuso infantil não é brincadeira.** Justificando. 25/05/2020. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/05/25/abuso-infantil-nao-e-brincadeira/>> Acesso em: 03/10/2020.

ALVES, C. H. **Utilização de contos de fadas e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência.** UFSCAR. São Carlos-SP.2007. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2972/1639.pdf?sequence=1>>

Acesso em: 01/10/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores.** Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A violência doméstica na infância e adolescência.** Robe Editorial. São Paulo. 1995.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em juruti (PA).** 2016. 251f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do



Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém-PA, 2016.

BRASIL. Campanha de prevenção à violência contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Disponível

em:

<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf> Acesso em: 21/09/2020.

BRASIL. Disque 100. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. 07/05/2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/disque-100-1> acesso em: 19/09/2020.

BRASIL. Escola que protege: Combate ao abuso e exploração sexual infantil – Sugestões pedagógicas. Secretaria de Educação. Distrito Federal. Maio/2019. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/escola_que_protege_combate_ao_abuso_e_exploracao_sexual_infantil.pdf> Acesso em: 14/09/2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Edição revisada e atualizada. São Paulo. 2012.

BRASIL. Guia escolar – Métodos para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ministério da Educação. Brasília. 2004. Disponível em: <https://mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia_Escolar.pdf> Acesso em: 17/11/2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996. Saraiva. São Paulo. 1996.

BRASIL. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 18/05/2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>> Acesso em: 18/11/2020.

BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agente de prevenção do abuso sexual infantil. Educação & Realidade. 2008.



Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/7073/4389>> Acesso em: 30/10/2020.

CAETANO, C. **Professoras do departamento de educação participam da XXXIII Encontro Nacional do Movimento Inter Fóruns de Educação Infantil do Brasil.**

DCOM UFLA. 04/10/2017. Disponível em: <http://www.ufla.br/dcom/2017/10/04/professoras-do-departamento-de-educacao-participam-do-xxxiii-encontro-nacional-do-movimento-inter-foruns-de-educacao-infantil-do-brasil/> >Acesso em: 02/10/2020.

CAMARGO, L. S.; LIBÓRIO, R. M. C. **A violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do ensino fundamental de Presidente Prudente.** Relatório de pesquisa não publicado. PIBIC – CNPq.2005.

CAMPOS, T. **Qual o papel das escolas no controle ao abuso sexual de crianças.**

SINDPRO. Distrito Federal. 03/08/2017. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/qual-o-papel-das-escolas-no-combate-ao-abuso-sexual-de-criancas/>>Acesso em:01/10/2020.

CANAL FUTURA. **Série: Que abuso é esse?** Fundação Vale. Casa de Cinema de Porto Alegre. 2015. Episódios de 1 a 8.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9OJOyFQyTc>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=fsUWq800rF4>><<https://www.youtube.com/watch?v=XIE3NpxyUqw>><<https://www.youtube.com/watch?v=Mhh4r3IWUcl>><<https://www.youtube.com/watch?v=ijsRPU8ZuWE>><<https://www.youtube.com/watch?v=jXIHn0W>

<https://www.youtube.com/watch?v=XIE3NpxyUqw>><<https://www.youtube.com/watch?v=Mhh4r3IWUcl>><<https://www.youtube.com/watch?v=ijsRPU8ZuWE>><<https://www.youtube.com/watch?v=jXIHn0W>

<https://www.youtube.com/watch?v=jXIHn0W>><<https://www.youtube.com/watch?v=aZK6qRvh95g>><<https://www.youtube.com/watch?v=r07f0nilWSY>> Acesso em: 16/09/2020.

FERNANDES, F. **O papel da escola no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.**

Multi Rio- A mídia educativa da cidade. 17/05/2019. Disponível em:<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14963-o-papel-da-escola-no-combate-ao-abuso-sexual-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes>> Acesso em:20/09/2020.

FERRAZ, A. **Precisamos falar sobre a violência sexual de crianças e adolescentes.** Fundação FEAC.



Campinas-SP. 14/05/2018. Disponível em:
<<https://www.feac.org.br/precisamos-falar-sobre-violencia-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>> Acesso em:01/10/2020.

FREIRE, S. B. **Abuso sexual infantil: sentidos compartilhados por professores.**

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
Disponível em;

<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24319/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Suelen%20Batista%20Freire.pdf>> Acesso em: 03/10/2020.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014
<https://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf>, acesso em 01/10/2020.

GARRIDO, J. **“Se dói, se sente medo, não é bom”.** Volta Redonda-RJ.

<https://www.instagram.com/tv/CEHpiDSH9BJ/?utm_source=ig_embed> Acesso 23/09/2020.

GILLET, F. **A história de três vítimas de abusos na infância que encontraram alento na arte.** BBC News. 04/052019.

Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47981859>> Acesso em:19/09/2020.

GUPO MARISTA. **Série: Defenda-se!** Grupo Marista.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0mTpFWuyk6q>>

<https://www.youtube.com/watch?v=orSh5_5JfiY> Acesso em: 12/09/2020.

LESSA, C. B.; MAYOR, A. S. **Dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas.** Perspectivas Online – Revista Científica. 31/08/2019. Disponível em:

<https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1745> Acesso em:16/11/2020.

MEYER, F. **Análise do jogo “Trilha de Proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil.** UNESP. Araraquara- SP. 2017. Disponível em:<http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/4188.pdf> Acesso em: 02/10/2020.

PAIVA, E. A. F. **A prevenção primária do abuso sexual na Educação Infantil:**



reflexões no âmbito da políticas públicas. UNICAMP. Campinas.2015. Disponível em:

<[http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254025/1/Paiva_ElianeAparecidaFaria de M.pdf](http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254025/1/Paiva_ElianeAparecidaFaria_de_M.pdf)> Acesso em: 03/10/2020.

PELISOLI, C.; PICOLOTTO, L.B. **Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivos-comportamentais na escola, na família e na comunidade.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas. Vol.6 nº 1. Rio de Janeiro. Junho 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872010000100007> Acesso em:30/09/2020.

PELISOLI, C.L. **Proteção de Crianças e adolescentes: uma cartilha para adultos.**

Canal Proteja. Passo Fundo. 2º ed. 2020.

REDAÇÃO. Brasil teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Jornal Extra Classe. 18/05/2020.

Disponível em:

<<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/#:~:text=Viol%C3%Aancia%20sexual%20contra%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20correspondeu%20a%2011%25%20dos,17%20mil%20ocorr%C3%AAs%20desta%20natureza.&text=Em%202018%2C%20o%20pa%C3%ADs%20tamb%C3%A9m,sexual%20infantil%3A%2032%20mil%20v%C3%ADtimas.>>>

Acesso em: 30/09/2020.

REIF, L. **Professora fala sobre vídeo de educação sexual “Se dói, se sente medo, não é bom”.** Revista Marie Claire. 24/08/2020.

Disponível em:

<<https://revistamarieclaire.globo.com/amp/Comportamento/noticia/2020/08/professor-a-sobre-video-de-educacao-sexual-que-viralizou-se-doi-se-sente-medo-nao-e-bom.html>> Acesso em: 23/09/2020.

RIBEIRO, C. M. **Crianças, gênero, sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações.** Revista Estudos Feministas (REF). UFSC. Florianópolis- SC. 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200020>>

Acesso em: 02/10/2020.

SANCHES, L. DA C.; ARAUJO, G. DE; RAMOS, M.; ROZIN, L.; RAULI, P. M. F.



Violência

sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. Revista Iberoamericana de Bioética, n. 9, p. 1-13, 21 fev. 2019. Disponível em:

<<https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/9654>> Acesso em: 16/11/2020.

SANTOS, E.S. **Caminhos para prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias educativas.** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2018. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CRUZ_1c07cdd47e8eb8e54aba16be8368fa6f.

Acesso em 21/11/2020

SANTOS, B.R.; IPPOLITO, R. **Guia de Referência – Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** Childhood - Instituto WCF Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria da Educação. 2009. <<https://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia-de-Referencia.pdf>> Acesso em:21/09/2020.

SANTOS, C.R.; SANTOS, J.H.O.; ALVES, P.R.S. **Abuso sexual infantil e as consequências no desempenho acadêmico.** FACUNICAMPS (Faculdade Unida de Campinas). Goiânia - GO. 2018. Disponível em:

<https://facunicamps.edu.br/repositorio/16_Abuso%20sexual%20infantil%20e%20as%20consequ%C3%Aancias%20no%20desempenho%20acad%C3%AAmico%20..pdf> Acesso em:18/11/2020.

SANTOS, Wellen Renata Costa et al. **O papel da Escola para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças nos discursos de professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa-PA.** @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 6, n. 14, p. 114-154, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PARANÁ.

Não Engula o Choro. Campanha Publicitária. Paraná. 2018. Disponível em <http://crianca.mppr.mp.br/2018/05/20357,37/CAMPANHA-Nao-Engula-o-Choro.html>.

Acesso em 20/10/2020



SOMA, S. M. P.; WILLIAMS, L. C. A. **Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual**. Psicologia: Teoria e Prática. 2019. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/10542/7526>> Acesso em: 19/09/2020.

SOUZA, J. A. **Prevenindo o abuso sexual infantil**. Portal do professor. Uberlândia- MG. 20/09/2014. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=57591>> Acesso em 18/09/2020.

SOUZA, L. O.; BERNARDINO A. D. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e Ensino fundamental**. Educere et Eeducare-Revista de educação. Vol. 6.nº 12.p.235-249. Jul/dez 2011. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/educerreeteducare/article/viewFile/4643/4891>> Acesso em: 12/09/2020.

TURMA DO PLENARINHO. **Trabalhando tema “Abuso Sexual”**. TV Plenarinho. 20/05/2019. Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/index.php/2019/05/trabalhando-o-tema-abuso-sexual/>> Acesso em: 18/09/2020.

VERISSIMO, M.P.P. **Eu me protejo – Libras**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KWFHISdPEDE&feature=youtu.be>>

e <<https://www.eumeprotejo.com/>> Acesso em: 23/09/2020.

VIEIRA, L. A.; YAMAMOTO, D. **Abuso sexual infantil: a violência sexual no Brasil a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Faculdade Atenas. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/ABUSO_SEXUAL_INFANTIL_a_violencia_sexual_no_Brasil_a_luz_do_Estatuto_da_Crianca_e_do_Adolescente.pdf> Acesso em: 16/11/2020.

WALLON, H. **Evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



CAPÍTULO III

Ensino remoto na Educação Básica: os desafios dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos

Adriana de Sousa do Prado Serra
Camila de Souza Alves
Camila de Souza Ramos
Loren Salles Souza Pereira

Resumo:

Com o fechamento das escolas e a suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia da COVID-19, os professores passaram a desenvolver as aulas remotas e certamente diversos desafios foram enfrentados. Nesse sentido, este trabalho pretende analisar como ocorreu a adaptação dos professores do ensino fundamental, diante do ensino remoto. O objetivo deste projeto é identificar as dificuldades encontradas e quais foram os impactos na aprendizagem dos alunos. Para isso, realizamos uma pesquisa com nove professores da rede municipal da cidade de Guararema-SP, onde foi entregue um questionário com sete perguntas a fim de atingir nossos objetivos. Através desta pesquisa foi possível compreender que existem muitas necessidades a serem supridas, principalmente, que o acesso à internet e a falta de recursos tecnológicos foram os obstáculos que mais precisam ser considerados. Concluímos que, ainda há muito a ser feito no sistema educacional brasileiro, é preciso um trabalho coletivo para que soluções sejam apresentadas e a educação seja transformada.

Palavras-chave: ensino remoto, professores, desafios, pandemia.

ABSTRACT

With the closing of schools and the suspension of face-to-face classes due to the COVID-19 pandemic, teachers began to develop remote classes and certainly several challenges were faced. In this sense, this work intends to analyze how the adaptation of elementary school teachers occurred, in face of remote education. The objective of this project is to identify the difficulties encountered and what were the impacts on students' learning. For this, we conducted a survey with nine teachers from the municipal schools of Guararema-SP, where a questionnaire with seven questions was delivered in order to achieve our goals. Through this research it was possible to understand that there are many needs to be met, mainly, that internet access and the lack of technological resources were the obstacles that most need to be considered. We conclude that, there is still much to be done in the Brazilian educational system, collective work is needed for solutions to be presented and education to be transformed.

Keywords: remote education, teachers, challenges, pandemic.



1 INTRODUÇÃO

O projeto “*Ensino remoto na Educação Básica: o desafio dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos*” trata-se de uma pesquisa que pretende analisar como ocorreu a adaptação dos professores da educação básica, especificamente, no município de Guararema-SP diante desta situação que está em evidência no contexto atual.

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus vem transformando diversos segmentos do Brasil e do mundo. Estamos observando mudanças na sociedade, na cultura, na maneira de se relacionar com o outro, na saúde, na economia, política, e, especialmente, na educação, campo que pretendemos estudar e já passou pelo seu primeiro desafio que foi o fechamento das escolas públicas com a paralisação das aulas presenciais em março de 2020.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) mais de 1,5 bilhões de alunos do mundo foram afetados com a pandemia devido ao fechamento das escolas. No Brasil, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto DataSenado em agosto, foi diagnosticado que entre os quase 56 milhões de estudantes matriculados na educação básica, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas e 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% desses alunos que estão tendo aulas remotas não possuem acesso à internet.

Nesse sentido, o presente projeto busca compreender como se encontra a situação do professor da rede pública do Brasil diante desse cenário, pois, sabemos que frente ao ensino remoto, certamente muitos desafios precisaram ser enfrentados. Principalmente, no que diz respeito a sua adaptação à nova rotina, o planejamento dos conteúdos, o contato com os pais e alunos, o meio digital, o processo de ensino-aprendizagem, dentre outros aspectos que necessitam ser analisados, já que ainda não se sabe até quando esta realidade será enfrentada.

Além disso, vale ressaltar o impacto desta situação no desenvolvimento do aluno que passou a ter uma nova rotina de estudos, participando de aulas online e recebendo materiais dos professores. Muitos deles, sem acesso à internet, sem orientação adequadas dos pais que em sua grande maioria precisam trabalhar ou ainda, aquelas situações em que os pais não conseguem ajudar seus filhos devido ao analfabetismo ou abandono escolar.

O papel do professor é extremamente importante no processo de aprendizagem e ele se concretiza através da relação pedagógica que existe entre o professor e o aluno. Para Cordeiro (2011, p. 68), a relação pedagógica para se efetivar necessita de um espaço físico e social determinado, que é a sala de aula.

É na sala de aula que o aluno vivencia e troca experiências, se relaciona com o outro, constrói e desconstrói significados, erra, aprende e ensina. Essas relações são marcadas pela mediação do professor que é um ser ativo nesse processo. Sendo assim, é possível imaginar os inúmeros problemas que os professores e alunos vêm enfrentando em meio ao ensino remoto e as consequências que isso pode trazer ao futuro da educação brasileira.

A maioria das escolas públicas não encontra estruturas para oferecer o ensino à distância, apesar de ser uma modalidade que vêm crescendo com a era digital. Além disso, os professores não possuem formação adequada para ensinar à distância, já que a forma de interagir com os alunos é diferente, a comunicação com os responsáveis é outra e o conhecimento com as tecnologias é essencial.

Portanto, é preciso entender quais são as necessidades desses professores que se reinventaram e tiveram de se superar; os desafios que enfrentaram, suas limitações e dificuldades encontradas para que pudessem realizar as aulas à distância.

1.1 Tema

O tema da nossa pesquisa é: “Ensino remoto na Educação Básica: o desafio dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos”.

1.2 Justificativa

A delimitação do tema ocorreu em virtude da necessidade atual de se investigar e aprofundar os conhecimentos sobre os desafios dos professores diante do ensino remoto em meio à pandemia da COVID-19 e o impacto desta realidade na aprendizagem dos alunos. Como futuros pedagogos, enfrentaremos diversas situações e certamente a pandemia, está provocando reflexões no sistema educacional que influenciarão em nossa profissão.



O desenvolvimento desta pesquisa poderá mudar nosso olhar diante da realidade do ensino remoto e do uso das tecnologias na educação, as mudanças nas metodologias de ensino, as estratégias didáticas, a relação professor-aluno, entre outros aspectos que tiveram de ser reformulados com o fechamento das escolas e todo esse conhecimento adquirido será relevante para a formação dos futuros docentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, instituiu a oferta de cursos ou programas na modalidade à distância, que foi regulamentada pelo Decreto 9.057/2017. O parágrafo 4 do artigo 32 da LDB, cita que o ensino fundamental deverá ser presencial, mas, pode ocorrer também na modalidade à distância: “o Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”.

O ensino à distância foi instituído e regulamentado, portanto, ele pode ser aplicado em todas as modalidades de ensino da educação básica. No Ensino Fundamental, ele deve ser utilizado de forma a complementar o aprendizado dos alunos e em casos de situações emergenciais, como no momento atual, a pandemia da COVID-19.

O Decreto 9.057-2017 que regulamenta o artigo 80 da LDB/1996 considera que:

A educação à distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorram com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

De acordo com o Decreto, o poder público deve oferecer todas as condições para que o ensino à distância ocorra de maneira efetiva, utilizando de todos os recursos necessários, além de citar que os professores devem estar qualificados para realizar tal função. No entanto, este investimento na educação à distância ainda não existe nas escolas públicas; atualmente, em nosso país, as instituições de ensino superior são as que mais utilizam essa modalidade.

É necessário diferenciar que apesar do ensino à distância ser reconhecido por lei, neste momento de crise, a estratégia utilizada pelas escolas foi o ensino remoto, já que o EAD é uma modalidade que precisa de planejamento, deve ser baseado em uma proposta pedagógica e necessita seguir vários requisitos. No entanto, diante da pandemia da COVID-19, os professores e gestores tiveram de se adaptar de forma muito rápida, sem preparação adequada, precisaram



reestruturar todo o plano pedagógico.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou um documento que orienta as escolas de educação básica sobre as diretrizes que devem ser tomadas neste tempo de pandemia.

As recomendações para o Ensino Fundamental foram:

Sugere-se que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária.

Diante desta realidade, é necessário analisar como ocorreu esse processo de ensino nas escolas públicas, perceber de que forma os professores conseguiram se adaptar a toda esta situação, sem que os alunos fossem afetados pelo cancelamento das aulas presenciais. Segundo o parecer do CNE, os pais não devem substituir o papel do professor, considerando esse aspecto, justifica-se a necessidade de se preocupar com a estrutura oferecida a esses docentes para que consigam realizar seu papel de forma eficiente durante as aulas remotas.

Através desta pesquisa, pretende-se colaborar para que aconteçam novos debates no âmbito educacional sobre a realidade atual enfrentada, para que os atuais e futuros professores estejam preparados para enfrentar uma situação emergencial de ensino remoto, ou, até mesmo, que o sistema público possa dar um novo passo em busca de investir no ensino à distância na educação básica.

1.3 Objetivo Geral

Este projeto tem como objetivo analisar de que forma ocorreu a adaptação dos professores do Ensino Fundamental do município de Guararema frente à pandemia da COVID-19.

1.3.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Identificar quais foram as dificuldades de adaptação dos professores diante do ensino remoto em virtude da pandemia da COVID-19;
- Entender o ponto de vista dos professores perante o interesse dos alunos, participação nas aulas e desenvolvimento das atividades durante as aulas remotas;



- Verificar os impactos na aprendizagem dos alunos de acordo com a percepção dos professores.

2 MÉTODO

Para o desenvolvimento deste projeto, primeiramente, foi escolhido o tema e sua relevância e contribuição para a área a ser estudada. Foi realizado um levantamento bibliográfico através de livros, artigos, revistas, vídeos e sites, posteriormente, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos e a delimitação do problema de pesquisa, com o intuito de elucidar o tema e identificar os possíveis caminhos para a pesquisa.

Para Fonseca (2002) método significa organização, pesquisa, investigação. Sendo assim, metodologia é o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar a uma pesquisa ou estudo.

Na segunda etapa, foi realizado o referencial teórico com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e o contexto que está sendo estudado. Para a concretização do estudo foi realizada uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativa, através de um levantamento de dados por meio de um questionário que será disponibilizado à uma amostra de professores.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações, que além da pesquisa bibliográfica, se realiza a coleta de dados junto a pessoas.

Os participantes da pesquisa foram 9 professores de uma escola da rede pública do município de Guararema-SP. A escola está localizada na área central da cidade e atende aproximadamente 300 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

Por fim, após a coleta de dados, as informações obtidas serão analisadas e descritas, para que seja feita a apresentação dos resultados e a conclusão desta pesquisa.



3 CRONOGRAMA

Para facilitar o andamento deste projeto de pesquisa, foi elaborado um cronograma com o planejamento de entrega e a descrição das atividades a serem desenvolvidas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1- Cronograma de Atividades

| Meses/Atividades | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
| Preenchimento do requerimento do TCC | 3/9/2020 a 8/9/2020 | | | |
| Definição da área de interesse | 3/9/2020 a 8/9/2020 | | | |
| Formação do grupo | 14/9/2020 | | | |
| Definição do tema do TCC | 25/9/2020 | | | |
| Orientação e discussões sobre o pré- projeto | 25/9/2020 a 30/9/2020 | | | |
| Levantamento bibliográfico | 25/9/2020 | 2/10/2020 | | |
| Produção da primeira entrega | 26/9/2020 | 3/10/2020 | | |
| Revisão da primeira entrega | | 3/10/2020 a 4/10/2020 | | |
| Entrega parcial | | 5/10/2020 | | |
| Orientações sobre a fundamentação teórica | 25/9/2020 | 30/10/2020 | | |
| Produção da fundamentação teórica | 25/9/2020 | | 3/11/2020 | |
| Elaboração do questionário de pesquisa | | 26/10/2020 | 2/11/2020 | |
| Aplicação da pesquisa | | | 3/11/2020 a 9/11/2020 | |
| Consolidação dos dados da pesquisa | | | 10/11/2020 a 17/11/2020 | |
| Revisão para entrega parcial do TCC | | | 25/11/2020 | |
| Entrega parcial do TCC | | | 30/11/2020 | |
| Conclusão do TCC | | | 25/11/2020 | 2/12/2020 |
| Orientação para entrega final do TCC | | | 26/11/2020 | 6/12/2020 |
| Revisão do TCC | | | | 7/12/2020 a 10/12/2020 |
| Preparar apresentação do TCC | | | | 12/12/2020 |
| Entrega final do TCC | | | | 14/12/2020 |

Fonte: Autores



4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O ensino remoto

O ensino remoto é caracterizado pela utilização dos recursos tecnológicos como forma de intervenção pedagógica para auxiliar a educação presencial. Diferente da Educação à Distância (EAD) que é uma modalidade de ensino regulamentada há bastante tempo e que se aplica ao ensino superior e pós-graduação. Nem todas as instituições utilizam desta modalidade, já que a EAD envolve uma metodologia, um planejamento, sistematização, formação de professores, entre outras características.

Sendo assim, o que está acontecendo atualmente nas escolas do Brasil devido à pandemia da COVID-19 é a possibilidade de um ensino remoto emergencial para substituir temporariamente a educação presencial.

Para Oliveira *apud* Arruda (2020) o ensino remoto emergencial:

Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver. (ARRUDA, 2020, p. 9-10).

O ensino remoto emergencial requer uma mudança significativa na adaptação de todo o sistema educacional, que hoje se configura em uma modalidade totalmente presencial. As escolas e professores foram desafiados a criar meios e estratégias para que as aulas fossem conduzidas de forma remota sem que a aprendizagem dos alunos possa ser prejudicada.

De acordo com Oliveira (2020) existem duas possibilidades de interações através do ensino remoto. A primeira delas é a *interação virtual síncrona* que são realizadas através do acesso simultâneo às tecnologias digitais, ou seja, permite que o professor e aluno se conectem em tempo real, e estas interações podem ocorrer através de aplicativos como chats, videoconferências, etc.

A segunda maneira que possibilita o acesso aos conteúdos e auxilia no ensino remoto é a *interação virtual assíncrona* que não exigem simultaneidade no processo de interação entre os participantes, permitindo maior flexibilidade de tempo e espaço e esta interação pode acontecer através de vídeo-aulas, blogs, fóruns, etc.

Para que essas interações possam acontecer de forma eficiente, onde todos os alunos e professores tenham acesso as tecnologias e possuam recursos para participar das aulas é necessário um grande avanço no sistema público de educação, principalmente no que diz respeito as propostas curriculares que precisam ser adaptadas para que as aulas remotas alcancem os mesmos resultados das aulas presenciais. Primeiramente, as escolas e os professores tiveram de se reestruturar repentinamente, uma mudança drástica que aconteceu sem preparação e formação adequada; conseqüentemente os alunos foram afetados, já que eles são objetos ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Desde então, com a tentativa de implementar o ensino remoto, alunos e professores, instituições e gestores, autoridades públicas e estudiosos passaram a refletir sobre diversos fatores que influenciam este processo. Na impossibilidade do ensino presencial, desafios estão sendo enfrentados, como: identificar as conseqüências desta situação na aprendizagem dos alunos; quais são as possibilidades de ensinar e aprender remotamente; como encontrar recursos para auxiliar neste processo, já que, atualmente não existe uma estrutura que possa oferecer apoio; e acima de tudo, como substituir o ensino presencial que ainda é a única forma de garantir à todos o direito à educação em um país que sofre com a crise política, econômica e com a desigualdade social.

42 O processo de ensino-aprendizagem

Atualmente, com o fechamento das escolas e a implementação do ensino remoto, o processo de ensino-aprendizagem voltou a ser um objeto de estudo, uma vez que o ato de ensinar e aprender sofre mudanças significativas, onde as práticas pedagógicas se modificaram e tudo que estava consolidado foi transformado.

O processo de ensino-aprendizagem ocorre através de diversos fatores que o influenciam, o desenvolvimento do conhecimento acontece a partir da participação ativa do sujeito que conhece, inventa, cria e reconstrói possibilidades dentro de um ambiente que o estimula, se relacionando com o outro, e sendo mediado pelas ações do professor que apresentam o caminho para a construção de um novo pensamento cognitivo.

Segundo Correa *apud* Piaget (2017, 2014) o conhecimento humano se constrói na interação homem-meio, sujeito-objeto. O desenvolvimento mental ocorre devido à atividade do sujeito que se relaciona com o meio e a inteligência.



Observando a teoria de Piaget é possível compreender a estreita relação existente entre capacidade de aprendizagem e o ambiente de ensino. O estudioso acreditava que toda criança aprende por meio da sua razão e de seus mecanismos internos, através das suas interações com o meio e com o objeto de ensino. Portanto, o desenvolvimento cognitivo do aluno só pode ser desenvolvido em um ambiente que lhe ofereça possibilidades de interagir consigo mesmo e com suas ideias, de forma que ele possa reconstruir suas ações e seja capaz de desenvolver um novo conhecimento.

Na perspectiva de Vygotsky, um pesquisador que também se dedicou a estudar sobre o processo de aprendizagem, a criança nasce em um meio social, que é a sua família e para ele, ela estabelece suas primeiras relações através da linguagem, ou seja, na interação com o outro.

Vygotsky (2005, p.63) afirma que: “o crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem”. Em sua teoria histórico-social ele enfatiza o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo, sua questão principal é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, assim como Piaget. Para o teórico, a aprendizagem do sujeito ocorre a partir do processo de mediação simbólica, onde o sujeito se relaciona de forma mediada por instrumentos materiais e psicológicos.

Os instrumentos materiais são físicos, como por exemplo, os utilizados pelos professores na sala de aula: vídeos, slides, equipamentos laboratoriais, entre outros. E os instrumentos psicológicos, são: os signos, as palavras, os conceitos, os discursos, todos aqueles criados pela cultura ao longo da história humana, que uma vez, internalizados, provocam transformações comportamentais. (VYGOTSKY, 2007, p. 26).

Portanto, o desenvolvimento individual não ocorre apenas pelo uso de instrumentos físicos, mas também, através da cultura inserida nesses instrumentos. Ou seja, cada material apresenta uma história, uma característica cultural do meio em que ele está inserido, permitindo que o sujeito crie operações mentais e físicas para lidar com aqueles objetos, realizando adaptações e transformando-os para serem utilizados em novas situações.

Dessa forma, baseando-se na teoria de Piaget e Vygotsky é possível afirmar que através dos seus mecanismos internos e dos meios físicos e psicológicos que lhe são oferecidos, o aluno como sujeito ativo, age sobre os conteúdos escolares, assimilando o que é proposto e modificando suas ações internas, permitindo que um novo comportamento seja adotado por ele.



Complementando sua teoria, Vygotsky (2007) define ainda que para que ocorra a internalização dos instrumentos materiais físicos e psicológicos é necessário que o sujeito interaja com outros sujeitos já portadores desses instrumentos. Sendo assim, na perspectiva vygotskyana, o indivíduo só é capaz de se desenvolver por meio da interação com o outro.

Diante do contexto educacional, o aluno se relaciona diretamente com outros alunos e com o professor, que possui um papel extremamente importante neste processo. O professor é o sujeito que media as relações dos alunos com o próximo e com o conhecimento, oferecendo elementos para impulsionar o desenvolvimento do saber.

De acordo com Vygotsky a criança tem papel ativo no processo de aprendizagem, entretanto, não atua sozinha. Ela aprende a pensar criando versões mais adequadas das ferramentas intelectuais que os adultos à sua volta a apresentam e ensinam. O processo de desenvolvimento depende da ajuda ativa e da participação de um adulto ou de alguém com mais experiência.

Dentro da sala de aula, o professor pode orientar, realizar intervenções, ensinar, auxiliar, provocar e instigar os alunos a pensarem criticamente sobre o assunto e a se colocarem como construtores de sua própria aprendizagem. O aluno quando estimulado e encaminhado corretamente, consegue realizar aquilo que inicialmente não saberia fazer sozinho.

Para Vygotsky (2007), existem dois níveis de desenvolvimento: o *desenvolvimento real* determinado pela capacidade da própria criança que resolve sozinha aquele problema e o *desenvolvimento potencial* constatado que, a criança para resolver um problema necessita da orientação de uma pessoa que seja mais capaz do que ela. Entre esses dois níveis forma-se a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que é “a distância entre o nível de desenvolvimento real [...] e o nível de desenvolvimento potencial”. (VYGOTSKY, 2007, p.97).

Na ZDP encontra-se aquilo que ainda não foi alcançado pelo aluno, nela estão as funções que ainda não amadureceram no indivíduo. Essas funções são determinadas por Vygotsky (2007) como “brotos” do desenvolvimento, ou seja, o conhecimento ainda está em fase de crescimento e logo desabrocharão. Nesse sentido, é na ZDP que a aprendizagem acontece, pois, considerando o conhecimento anterior do aluno, aquilo que ele já conhece, e utilizando a mediação do professor para alcançar o novo, é possível chegar ao processo de amadurecimento, onde o sujeito conquista plenamente o conhecimento.

O desenvolvimento da aprendizagem é um processo extremamente dependente da presença do educador, pois, através do contato diário, da proximidade física, da linguagem afetiva, do exemplo, da motivação, dos estímulos, o ato de “aprender” passa a ser mais simples para o aluno e a escola passa a ter mais sentido quando se tem uma pessoa que acompanha sua evolução, conhece suas limitações e está ao seu lado lhe indicando o caminho.

O professor é a peça-chave para a evolução do aprendizado, sua ausência pode trazer consequências negativas para a apropriação do conhecimento. O seu papel vai muito além da transmissão de conteúdo, sua atuação dentro da escola causa uma mudança integral na vida do aluno, transformando-o em um cidadão capacitado para o convívio na sociedade.

Augusto Cury (2003) diz que:

Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos. (CURY, 2003, p. 65).

O educador é uma referência para as crianças, suas atitudes, gestos, carinho, atenção, respeito, solidariedade e afeto o aproximam dos alunos em uma relação afetiva que gera laços, sentimentos e memórias que marcam sua vida. Ele é um construtor de identidades e se torna um exemplo, uma inspiração, um modelo a ser seguido, pois, depois da família, a escola é o segundo ambiente socializador em que a criança é inserida e sem a presença do professor este processo passa a ser incompleto.

Sabendo que o professor é um agente transformador dentro da sala de aula e que muitos aspectos do conhecimento e da vida são aprendidos através da sua atuação e experiência profissional, cabe procurar entender, de que forma aconteceu a adaptação o ensino remoto com os professores do Ensino Fundamental e quais desafios foram enfrentados diante da pandemia da COVID-19.

43 O uso das tecnologias na educação

A sociedade atual passa por transformações e estas mudanças ocorrem devido às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que vem modificando a cultura, os hábitos de vida, de comunicação, as relações sociais, e, logo, afetando a educação. Cada vez mais o uso da tecnologia se faz presente na vida das crianças, o uso da internet, do celular, dos



computadores, etc., traz implicações para o sistema de ensino.

O *caput* do artigo 80 da LDB/1996 afirma a influência e a importância da tecnologia no âmbito educacional e reconhece as TIC como um meio para a transmissão e aquisição do conhecimento. No entanto, o uso das tecnologias ainda é um desafio, pois, a maioria das escolas ainda não possui uma estrutura para utilizá-las e além disso, muitos educadores não possuem o domínio dessas ferramentas tecnológicas e não tem acesso à formação adequada.

Neste contexto de pandemia, os professores foram destinados a mudar repentinamente e se reinventar, diante de uma situação que não é comum dentro do sistema de ensino brasileiro. Eles tiveram de se adaptar à um novo método de ensino através de plataformas digitais, para permitir que o acesso ao conhecimento não fosse prejudicado pela distância, visto que as escolas foram fechadas por tempo indeterminado.

Uma nova realidade se instalou no Brasil e no mundo, é imaginável que muitas dificuldades foram enfrentadas; desde a adaptação dos professores a este contexto, a utilização de ferramentas digitais para que se pudesse manter o contato com os alunos, como também a reestruturação do projeto pedagógico para que fosse possível dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

O digital produziu uma mudança na discursividade do mundo [...] nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação. (DIAS, 2016, p. 9).

O desafio do professor, portanto, é analisar essas mudanças e procurar compreendê-las a fim de que possa transformar seu trabalho pedagógico, isso exige um certo tempo para sua formação, adaptação e preparação de uma estrutura que possibilite a aprendizagem do aluno. Entretanto, com a suspensão das aulas, o ensino remoto passa a ser a única alternativa e os professores precisaram tomar uma providência urgentemente.

Além disso, trabalhar de maneira remota exige do professor uma nova didática, uma outra forma de linguagem, mudanças na comunicação com o aluno, as interações se transformam, os métodos se alteram. Um aluno, submetido ao ensino remoto não aprende da mesma forma que na sala de aula, o ambiente e as relações se tornam diferentes e, conseqüentemente, os modos de ensinar e aprender também se modificam.



Diante da situação atual surge a necessidade de investir na formação dos professores para que possam explorar as diversas oportunidades que as tecnologias oferecem à educação, promovendo práticas pedagógicas inovadoras que lhe permitam criar novas dinâmicas de aprendizagem para promover um ensino diversificado, criativo, participativo, crítico e eficiente.

Nas escolas públicas do Brasil, em sua maioria sem infraestrutura adequada, ser professor nesta pandemia, torna-se um processo desafiador, exigindo do educador a busca de metodologias alternativas com o objetivo de suprir as necessidades dos alunos, respeitando seus limites e seu desenvolvimento e evitando que o sistema educacional sofra consequências drásticas no futuro.

5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Em busca de alcançar os objetivos deste trabalho, os nove professores que fizeram parte desta pesquisa, foram convidados a responder o questionário com sete perguntas relacionadas aos desafios que os mesmos enfrentaram com o Ensino remoto diante da pandemia da COVID-19. Primeiramente, foi questionado sobre quais foram as principais dificuldades que eles encontraram neste processo e como aconteceu sua adaptação em meio à essa mudança inesperada para o ensino remoto, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 – Respostas à pergunta 1: Quais foram as principais dificuldades que você encontrou diante do ensino remoto? Como foi sua adaptação?

| Dificuldades encontradas | Adaptação ao uso de recursos tecnológicos | Acesso à internet por parte das famílias | Participação das famílias | Reformulação das estratégias de ensino |
|--|--|--|--|---|
| Quantidade de professores que identificaram | 8 em cada 9 | 4 em cada 9 | 1 em cada 9 | 1 em cada 9 |
| Exemplos de respostas | "Foi muito difícil, pois foi tudo novo para nós professores, pais e alunos, tivemos que nos adaptar à nova realidade." | "A principal dificuldade foi a falta de acesso à internet das famílias". Eu tive que me adaptar, no começo tive dificuldades para editar meus vídeos." | "Inicialmente, utilizar novas ferramentas de trabalho para gravar vídeo-aulas. Além disso, envolver as famílias para participar das atividades propostas." | "Foi necessário rever as estratégias de como passar os conteúdos aos alunos para que não deixassem de aprender ou perdessem o interesse." |

Fonte: Autores

Analisando o quadro de respostas, é possível identificar que oito dos nove professores participantes tiveram dificuldades para utilizar de recursos tecnológicos, alguns deles citaram que foi um desafio gravar vídeos, editá-los e até mesmo usar plataformas da internet; apenas um deles citou que sua adaptação foi tranquila. Nota-se que, mesmo com o avanço da tecnologia, a maioria dos professores não estavam preparados para lidar com estes recursos e tiveram de empenhar-se para que os alunos pudessem acompanhar as aulas de maneira remota.

Além disso, a segunda dificuldade apresentada foi o acesso à internet por parte das famílias, ainda que a escola esteja localizada na área central, estes professores notaram uma precariedade no uso da internet e recursos tecnológicos dos alunos. Um deles citou que seus alunos moram em um bairro rural da cidade e não possuem sinal de internet em casa e quando tem é escasso, impossibilitando que estes participassem das atividades.

Um dos professores identificou como uma dificuldade o envolvimento das famílias neste processo de aulas remotas, segundo ele, foi um desafio motivar os pais a auxiliar seus filhos na realização das atividades, devido à rotina de trabalho, da casa etc. E por fim, outro professor acrescentou que foi um desafio reformular as estratégias de ensino para que os estudantes não fossem prejudicados, perdessem o interesse pelas aulas e não aprendessem através do ensino remoto.

Vale ressaltar que, com o ensino remoto emergencial, os métodos de ensino precisaram ser alterados, os professores necessitaram de criar novas estratégias e ferramentas para atrair os alunos, motivá-los, apresentar conteúdos, interagir, estabelecer uma comunicação ativa, entre outros aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Diante das dificuldades apresentadas e dos desafios com a adaptação, na segunda questão, foi perguntado como ocorreu o processo de planejamento das aulas, o envio dos materiais aos alunos e quais meios foram utilizados neste processo, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2 – Respostas à pergunta 2: Como ocorreu o processo de planejamento das aulas e envio de materiais com o ensino remoto durante a pandemia? Quais meios foram utilizados?

| Processo de planejamento/Meios utilizados | Planejador interativo disponibilizado pela rede municipal | Aplicativo Whatsapp | Aplicativo Youtube |
|--|---|---------------------|--------------------|
| Quantidade de professores que identificaram | 9 em cada 9 | 9 em cada 9 | 3 em cada 9 |

Fonte: Autores

Observando o segundo quadro, entende-se que os nove professores utilizaram o planejador interativo disponibilizado pela Editora da rede municipal de ensino, pois, todos já estavam habituados a usar. Segundo eles, foi dada continuidade ao projeto pedagógico da escola, com adaptações, levando em consideração que as práticas de ensino precisaram ser alteradas.

Em algumas respostas, os professores apontaram que o plano de aula era enviado aos responsáveis uma vez por semana, com a descrição das atividades a serem feitas e suas respectivas disciplinas. Este processo foi realizado através do aplicativo *whatsapp*, onde os professores trocavam mensagens com os pais dos alunos através de um grupo da turma, como está apresentado no Quadro 2.

É possível perceber que os nove professores utilizaram este aplicativo por conta de ser o mais acessível aos pais, visto que, hoje é o instrumento mais comum para a comunicação. Além do *Whatsapp* três dos nove professores relataram que usaram o *Youtube* para compartilhar as vídeos-aulas com os alunos, através dos links que foram enviados aos pais.

Nesta análise, é importante perceber que os outros seis professores não citaram a plataforma *Youtube* como uma ferramenta pedagógica, este dado pode levar a presumir que isso está relacionado às dificuldades com o uso de recursos tecnológicos, gravação de vídeos e edição, conforme foi apontado no Quadro 1.

Posteriormente, na terceira questão, foi perguntado aos participantes, diante do seu ponto de vista, quais foram as dificuldades que os alunos encontraram diante das aulas remotas. Observando o Quadro 3, percebe-se, mais uma vez, que dentre os nove professores, cinco deles citaram a falta de recursos tecnológicos e o acesso à internet como um obstáculo para a realização das aulas remotas, reafirmando que este foi o maior desafio enfrentado por eles com o ensino remoto.

Quadro 3 – Respostas à pergunta 3: Em seu ponto de vista, quais foram as dificuldades que os alunos encontraram diante das aulas remotas?

| Dificuldades encontradas | Falta de recursos tecnológicos e acesso à internet | Falta de disponibilidade dos pais | Distanciamento social | Falta de rotina |
|--|--|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|
| Quantidade de professores que identificaram | 5 em cada 9 | 4 em cada 9 | 2 em cada 9 | 2 em cada 9 |

| | | | | |
|------------------------------|---|--|--|--|
| Exemplos de respostas | “Muitos alunos não têm computador, celular e acesso à internet, os pais trabalham e chegam tarde em casa e realizam as atividades aos finais de semana. Assim, os alunos acabam desmotivados por ficarem com muitas atividades acumuladas.” | “As famílias alegam em sua maioria, a falta de tempo e a dificuldade de estabelecer uma rotina com os filhos.” | “O distanciamento social desmotiva os alunos, a organização dos horários para fazer as tarefas.” | “Determinar um horário para realizar as atividades.” |
|------------------------------|---|--|--|--|

Fonte: Autores

Considerando uma das respostas dos professores, compreende-se que os alunos dependem dos pais para que possam realizar as atividades, um deles até citou que, muitos não possuem computador, celular e acesso à internet, dificultando assim o rendimento das aulas remotas.

O segundo ponto apresentado por quatro dos professores foi a falta de disponibilidade dos pais para auxiliar seus filhos durante o ensino remoto. Esta é uma questão interessante de ser analisada, assim como foi citado na seção anterior, o aluno necessita da mediação do professor para prosseguir seu aprendizado. Com o fechamento das escolas, os professores não puderam realizar completamente este papel, deixando aos pais esta função de auxiliar seus filhos neste processo.

A falta de disponibilidade dos responsáveis pode ser prejudicial ao rendimento de seus filhos, no entanto, este fator deve ser levado em consideração, sabendo que hoje todos precisam trabalhar para sustentar suas famílias, a rotina de trabalho, o cansaço, a falta de tempo deixou estes pais sem alternativa e acabaram optando por deixar o acompanhamento dos seus filhos de lado. Além disso, em nosso país ainda existe uma taxa de analfabetismo muito alta, que conduz à mais um ponto de vista a ser analisado, muitos pais não conseguem auxiliar seus filhos pela falta de conhecimento, resultando em mais um elemento que influencia no ensino remoto.

Outro aspecto mencionado na terceira questão foi o distanciamento social, que foi apontado por dois professores, após o estudo teórico na seção anterior, é evidente que, a falta do ambiente, da sala de aula, dos professores, dos colegas, do contato físico modifica o modo de ensinar e principalmente, de aprender. Com a suspensão das aulas, os alunos tiveram de se adaptar à uma nova rotina de estudos, novos horários, e além disso, passaram a estudar sozinhos

ou com alguém da família, portanto, as relações mudaram, a linguagem é outra, a troca de experiências é diferente, a comunicação, nada acontece da mesma forma do na escola.

Finalizando esta questão, dois professores responderam que a falta de rotina foi uma das dificuldades que os alunos encontraram com o ensino remoto, este é um fator muito importante a ser discutido, já que a rotina escolar faz parte do dia-a-dia das escolas. Os alunos estavam acostumados a seguir certos horários, padrões e regras que são passadas nas escolas desde o primeiro dia de aula. Essa cultura é fortemente absorvida pelas crianças, que criam novos hábitos e costumes que constituem a formação do aluno e seu aprendizado.

Em suas casas, evidentemente, a rotina não é a mesma da escola, os horários, a cultura é diferente, tudo passa a ser novo para a criança, colocando-a de frente à um novo cenário. Normalmente, o lar é um local de descanso, de lazer, de convivência com a família, onde o aluno deixa de ser estudante e passa a ser uma criança que quer brincar, se divertir, conversar, descansar, e nesse sentido, transformar a sua casa em um ambiente escolar, certamente é um desafio para as crianças.

Continuando a pesquisa, na pergunta quatro, os professores foram convidados a dizer se enfrentaram algum desafio com os pais dos alunos, sabendo que eles possuem papel importante neste processo como já foi citado anteriormente, dois fatores foram destacados no Quadro 4.

Quadro 4 - Respostas à pergunta 4: Você enfrentou algum desafio com os pais ou responsáveis pelos alunos durante as aulas remotas? Quais foram?

| Desafios encontrados | Falta de disponibilidade e interesse de alguns pais | Falta de acesso à internet ou aos meios tecnológicos |
|--|--|--|
| Quantidade de professores que identificaram | 9 em cada 9 | 3 em cada 9 |
| Exemplos de respostas | “Sim, alguns pais não demonstraram interesse em acompanhar o desenvolvimento das atividades dos filhos.” | “Sim, falta de comunicação e empenho, apesar de ter tentado todas as possibilidades, para que o aluno participasse. E como antes citado, muitos não têm acesso à internet, ou se tem, é precário.” |

Fonte: Autores

As respostas à pergunta quatro, evidenciam a dificuldade que os professores enfrentaram com os pais dos alunos e aqui é apresentado um novo aspecto que é a falta de interesse dos mesmos em acompanhar o desenvolvimento dos filhos. É válido ressaltar que esta



análise foi unânime entre os participantes, os nove participantes identificaram esta questão como um desafio a ser considerado.

Conforme visto no item anterior, a carência de disponibilidade dos pais em meio ao ensino remoto pode ter prejudicado a realização do ensino remoto, segundo as respostas, muitos pais não deram importância ao aprendizado dos filhos, alguns não aceitaram participar do grupo do *Whatsapp*, outros até bloquearam os professores. Essas condições certamente dificultaram a comunicação e a relação com os pais dos alunos, influenciando diretamente no trabalho da escola e dos educadores.

Dentre os nove professores, três deles destacaram novamente o acesso à internet e a utilização dos recursos tecnológicos por parte das famílias como um desafio, reforçando a necessidade de estudar essa questão e levando a supor que essa privação pode ter implicações diretas sobre a consolidação do ensino remoto.

Confrontando os dados e analisando os desafios encontrados pelos professores com o ensino remoto, a pergunta cinco levou-os a apresentarem de que forma ocorreu o processo de avaliação e quais instrumentos foram utilizados, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5 - Resposta à pergunta 5: Como ocorreu o processo de avaliação com os alunos?
Quais foram os instrumentos utilizados?

| Processo de avaliação/ Instrumentos | Material didático | Avaliações | Participação | Autoavaliação | Formulários Google | Fotos e vídeos |
|--|-------------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|----------------|
| Quantidade de professores que identificaram | 9 em cada 9 | 3 em cada 9 | 3 em cada 9 | 1 em cada 9 | 3 em cada 9 | 9 em cada 9 |

Fonte: Autores

Segundo as respostas dos professores, um dos métodos de avaliação utilizado por todos foi a correção dos materiais didáticos (livros e cadernos) que foi deixado na escola por alguns pais ao final de cada bimestre. Outra forma de avaliar foi através do registro fotográfico e da gravação de vídeos que os pais encaminharam no decorrer das aulas remotas, esta maneira foi a mais simples que eles encontraram de receber as atividades.

A seguir, aparecem as avaliações em segunda posição, que foram realizadas por meio do envio de formulários do *Google* aos pais, para que os alunos pudessem participar. Nesta



pesquisa, não foi possível compreender o motivo pelo qual apenas três professores utilizaram essa metodologia, deixando uma margem para novos estudos sobre quais seriam as melhores alternativas para executar a avaliação no ensino remoto.

A participação dos alunos também foi um instrumento de avaliação, visto que três professores apontaram em suas respostas que de certo modo, conseguiram analisar de forma ponderada o empenho dos alunos, sua evolução, levando em consideração o pouco tempo que estiveram presentes em sala de aula.

Por conseguinte, um professor citou que a autoavaliação foi uma das maneiras que ele utilizou para avaliar seus alunos. Este é um dado interessante e que não apareceu nas respostas dos outros participantes, que leva a refletir sobre a perspectiva do aluno como um ser ativo no processo de aprendizagem, construtor do seu conhecimento e ainda, o quanto seria importante que ele pudesse ter a oportunidade de ser o seu próprio avaliador, permitindo que o mesmo tome consciência da sua trajetória e se responsabilize pelo empenho em progredir.

Tendo em vista um dos objetivos específicos desta pesquisa, que pretende verificar os impactos na aprendizagem dos alunos com o ensino remoto na opinião dos professores, foi perguntado aos nove participantes se foi possível obter resultados com as aulas remotas e se existem fatores que possam ter prejudicado este processo, portanto, suas respostas encontram-se abaixo no Quadro 6.

Quadro 6 - Respostas à pergunta 6: Analisando esta situação, você conseguiu obter resultados com as aulas remotas? De maneira geral, os alunos conseguiram acompanhar os conteúdos?

| Obtenção de resultados | Sim, em sua maioria | Sim, em partes | Não |
|--|---------------------|----------------|-------------|
| Quantidade de professores que identificaram | 5 em cada 9 | 3 em cada 9 | 1 em cada 9 |



| | | | |
|-------------------------------------|---|---|--|
| <p>Exemplos de respostas</p> | <p>“A maioria dos alunos entregaram os livros didáticos com as atividades realizadas, mas, iremos no próximo ano, realizar uma diagnóstica para verificar o aprendizado.”</p> | <p>“Sim, dos alunos que participaram houve avanço na aprendizagem, porém, alguns alunos não participaram, por esse motivo, no retorno das aulas presenciais, será necessário uma avaliação diagnóstica para verificação de dificuldades e um projeto de reforço escolar.”</p> | <p>“No momento não é possível, mas ao retornar as aulas presenciais será necessário realizar uma atividade diagnóstica para avaliar os níveis de aprendizagem dos alunos.”</p> |
|-------------------------------------|---|---|--|

Fonte: Autores

Analisando as respostas, percebe-se que de certa forma, os professores conseguiram avaliar que alguns alunos avançaram mesmo que de maneira remota, porém, é válido destacar que não houve participação de todos os alunos devido aos fatores que já foram apresentados nesse estudo. Sendo assim, compreende-se que o fechamento das escolas e a mudança inesperada para o ensino remoto pode ter comprometido o andamento da aprendizagem e consequentemente, do sistema de educação.

Ainda, de acordo com as respostas, os professores ressaltaram que no próximo ano letivo será necessário realizar uma avaliação diagnóstica para verificar o aprendizado dos alunos, suas limitações e necessidades, alguns deles apresentaram ainda a importância de implantar um projeto de reforço escolar para que as adversidades sejam enfim, superadas.

Por fim, considerando que o ensino remoto foi a única alternativa encontrada pelas escolas para corresponder à crise emergencial em virtude da pandemia da COVID-19, questionamos os professores com a última pergunta do questionário que pretende compreender as possibilidades de avançar no ensino remoto diante dos inúmeros aspectos que envolvem este método; deste modo, as opiniões dos participantes estão dispostas no Quadro 7.



Quadro 7 - Respostas à pergunta 7: Em seu ponto de vista, é possível avançar no ensino remoto diante da ausência do espaço físico (sala de aula), da rotina escolar, dos materiais pedagógicos e principalmente com a falta de convivência física entre os alunos e entre aluno- professor? O que ainda precisa ser alcançado?

| Avanço no ensino remoto | Sim, com considerações | Talvez |
|---|--|--|
| Quantidade de professores que identificaram | 8 em cada 9 | 1 em cada 9 |
| Exemplos de resposta | “É possível avançar, desde que haja interesse por todas as partes. Porém, nunca será da mesma forma que no ambiente escolar onde acontece uma interação física entre os alunos e o professor.” | “As aulas à distância estão longe de serem aulas presenciais, a didática é diferente, não é possível fazer as intervenções no processo de aprendizagem.” |

Fonte: Autores

Diante das respostas à última questão, primeiramente, é conveniente destacar que oito dos nove professores apresentaram uma devolutiva positiva, entenderam que é possível avançar no ensino remoto e conseqüentemente aprender mesmo que seja à distância. No entanto, todos apresentaram condições importantes para que o processo evolua, efetivamente. Apenas um professor entendeu que as aulas remotas não podem ser comparadas com as presenciais, pois, não se pode fazer as intervenções necessárias para a aprendizagem.

Entre os destaques dos professores que foram favoráveis ao avanço do ensino remoto encontra-se um aspecto que foi extremamente citado anteriormente, um deles escreveu: “*sim, mas tem que se adaptar à realidade e a situação de cada família*”. Esta resposta possibilita uma reflexão sobre um fator que apareceu por diversas vezes nessa pesquisa: o acesso à internet e aos recursos tecnológicos, mostrando qual seria o maior desafio a ser enfrentado se o ensino remoto fosse consolidado no sistema educacional brasileiro.

Outro professor enfatizou que sem o comprometimento das famílias e da escola, não existem possibilidades de encontrar resultados com o ensino remoto, concluiu ainda dizendo que em seu ponto de vista, o ensino nunca será da mesma forma que no ambiente escolar onde acontece uma interação física entre o professor e os alunos. Essa opinião traz à tona questionamentos que vem de encontro com as respostas da pergunta quatro em que os professores apresentaram como desafio a falta de disponibilidade e interesse dos pais dos alunos em acompanhar as atividades remotas de seus filhos.



Alguns professores também colocaram que o ensino remoto jamais será tão valioso quanto o ensino presencial que conta com o ambiente escolar, com os materiais didáticos, a convivência entre os alunos, as brincadeiras, as trocas de experiências, as intervenções do educador, a rotina. Em uma das respostas foi escrito: “*a escola não é só conteúdo, é uma troca de vivências que refletem no fazer pedagógico e na construção do ser humano*”. Pode-se perceber que mesmo com uma posição otimista em relação ao ensino remoto, é compartilhado pelos professores a ideia de que não seria interessante substituir as aulas presenciais pelas remotas devido à relevância da escola na vida do indivíduo.

Cabe agora acolher que muitos foram os desafios enfrentados pelos professores diante do ensino remoto frente à pandemia da COVID-19 e que estes impactaram na aprendizagem dos alunos, dando abertura à novos estudos para que estratégias sejam estabelecidas, com o intuito de superar os problemas causados na educação brasileira pela crise sanitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão do novo coronavírus, que se espalhou pelo mundo de forma devastadora, levando ao número de aproximadamente 1,4 milhões de mortos, diversos setores foram afetados, dentre eles o da Educação, que desde março encontra-se paralisado em virtude do decreto emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Desde então, as escolas e professores enfrentam a realidade do ensino remoto, que foi a única saída encontrada para que as aulas pudessem continuar e que o ano letivo não fosse prejudicado. Inesperadamente, sem muito domínio sob os recursos digitais, os professores tiveram de se reorganizar, e se reinventar para que as aulas remotas dessem início, buscando novas metodologias de ensino e traçando novos caminhos a serem seguidos perante uma realidade extremamente desconhecida.

Diante do novo, os desafios e dificuldades aumentaram, dúvidas e medos surgiram, certamente muitos se sentiram frustrados e inseguros, sem saber o que esperar do amanhã, e acima de tudo, sujeitos a ensinar, independente da maneira, eles necessitavam estar ali pelos seus alunos e precisaram deixar de lado seus sentimentos e emoções para que a educação não fosse abandonada e sofresse maiores consequências à longo prazo.



Sabemos que esta situação tem grande relevância na sociedade e no futuro da educação brasileira, e conseqüentemente, é de importância para nossa formação profissional como pedagogas. Certamente veremos os efeitos dessa crise mundial dentro das salas de aula e no sistema educacional, foi assim que decidimos por delimitar este tema e estudá-lo, para compreender os desafios enfrentados pelos professores diante do ensino remoto e, contribuir para que novos estudos sejam realizados.

Este trabalho nos permitiu desenvolver algumas considerações importantes para o tema, o conteúdo estudado, os dados encontrados, nos possibilitam apresentar algumas observações ainda que de caráter investigador. Primeiramente, não podemos descartar o desempenho extraordinário dos professores em meio à pandemia, uma vez que saíram de sua zona de conforto e enfrentaram as adversidades, independentemente de suas limitações e incertezas, ofereceram o seu melhor em favor da educação.

Através da análise e discussão dos dados, pudemos identificar que os professores enfrentaram dificuldades ao se adaptar e utilizar os recursos tecnológicos, isso provavelmente se deu pela falta de formação e investimentos em ferramentas digitais dentro das escolas. Infelizmente, apesar da evolução da tecnologia, percebe-se que ainda não existe essa preocupação na rede pública de ensino, além do que, sabemos que muitas escolas brasileiras sofrem com a falta de estrutura e condições precárias de trabalho. Desejamos que, a partir de agora, e de algum modo por meio desse estudo as autoridades e instituições compreendam a emergência de buscar inovação na educação em si, e de oferecer uma estrutura de melhor qualidade aos professores e alunos.

Outro aspecto muito importante que foi identificado foi a dificuldade com o acesso à internet por parte das famílias, essa é uma questão um tanto preocupante, e que confirma a desigualdade social instalada em nosso país, alguns dos professores relataram que muitos não têm computador, nem celular e internet em casa, e que em alguns lugares o acesso é muito precário. Este fator impossibilitou que muitos alunos participassem das aulas remotas, e ainda vale colocar que a escola em que foi realizada a pesquisa é localizada na área central da cidade, onde é possível acessar a internet, isso nos permite imaginar o grande problema que foi enfrentado pelas escolas e famílias das zonas rurais e periferias.

Entre esses desafios, os professores ainda tiveram de lidar com a falta de interesse e disponibilidade dos pais em auxiliar seus filhos, impossibilitando uma comunicação eficiente



para dar continuidade as aulas remotas. Além disso, a falta de rotina dos alunos, organização dos horários, o distanciamento social e a desmotivação foram outros fatores que impactaram o processo de ensino-aprendizagem.

Ainda há muito a ser analisado sobre os impactos na aprendizagem dos alunos, compreendemos que os resultados das aulas remotas só poderão ser calculados quando os alunos retornarem para as escolas, onde passarão por uma avaliação diagnóstica e provavelmente, precisarão de reforço escolar para suprir as carências identificadas em seu desenvolvimento.

Nesta perspectiva, concluímos que o ensino remoto pode ser uma metodologia eficiente pela sua função socializadora de manter a interação com os alunos até que retornem as aulas presenciais. No entanto, algumas necessidades precisam ser supridas, com a situação atual percebemos que ainda há muito a ser feito, faltam investimentos, planejamento, organização e estrutura. É necessário um trabalho coletivo, com dedicação de todas as partes envolvidas nesse processo, equipes técnicas especializadas, ferramentas adequadas, formação continuada, conscientização das famílias, atendimento aos alunos, etc.

Como futuros professores gostaríamos que o nosso trabalho fosse mais valorizado e que as responsabilidades dos fracassos da educação não recaiam sobre nós. Esperamos que todos possam sair fortalecidos desta situação e que soluções sejam apresentadas, para que a educação brasileira encontre novos rumos e caminhe para uma verdadeira transformação.

REFERÊNCIAS

AYUSO, S.; OLIVEIRA, R. **Coronavírus fecha escolas e já afeta 300 milhões de alunos no mundo**. São Paulo. 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-06/quase-300-milhoes-de-alunos-ja-foram-afetados-pelo-fechamento-de-escolas-por-conta-do-coronavirus.html>>. Acesso em 29 set 2020.

BRASIL. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o artigo 80 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em 29 set 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11683597/artigo-80-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em 29 set 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em 29 set 2020.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11683082/artigo-87-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em 29 set 2020.

CHAGAS, E. **DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante a pandemia**. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>>.

CORDEIRO, J. **A relação pedagógica**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pro-grad. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 66-79, v. 9.

CORREA, C. R. G. L. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, MG, v. 21, n. 3, p. 379-386, set./dez. 2017.

CURY, A, J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Fascinante, 2003.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudo do Discurso e do Corpo**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, jul-dez 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em 20 out 2020.

ESTRELLA, B.; LIMA, L. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>>. Acesso em 30 set 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

OLIVEIRA, M. S. L. *et al.* **Diálogo com docentes sobre ensino remoto e planejamento didático**. Recife: EDUFRPE, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Este questionário é parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia intitulado: “*Ensino remoto na Educação Básica: os desafios dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos*”. É de fundamental importância para o bom andamento da pesquisa que você responda o questionário. Os acadêmicos comprometem-se a manter sigilo dos dados e que esta pesquisa não trará nenhum risco físico e moral tanto pessoal quanto para a instituição.

Eu _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia intitulado “*Ensino remoto na Educação Básica: os desafios dos professores do Ensino Fundamental frente à pandemia da COVID-19 e os impactos na aprendizagem dos alunos*”; conduzida pelos acadêmicos (Adriana de Sousa do Prado, Camila de Souza Alves e Camila de Souza Ramos), do curso de Pedagogia da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

Confirmo que fui esclarecido (a) sobre os motivos e a relevância da pesquisa, assim como de que esta não importa em danos de qualquer natureza e que participo desta pesquisa de livre e espontânea vontade.

A minha participação está condicionada à possível desistência a qualquer momento, que sejam esclarecidas quaisquer dúvidas surgidas no processo da pesquisa e que, se for do meu desejo, obterei, após concluída a pesquisa, os dados obtidos através dos questionários.

Guararema, _____ de novembro de 2020.

Assinatura do participante



ANEXO B – QUESTIONÁRIO

Diante da pandemia da COVID-19 que estamos enfrentando, os professores e todo o sistema de educação precisou se reformular e se readaptar para atender os alunos de maneira remota, permitindo assim, que os mesmos continuassem estudando em casa. Devido à importância e relevância desta adaptação no momento atual, gostaríamos de contar com sua opinião sobre este processo através de algumas perguntas.

1. Quais foram as principais dificuldades que você encontrou diante do ensino remoto? Como foi sua adaptação?

R: _____

2. Como ocorreu o processo de planejamento das aulas e envio de materiais com o ensino remoto durante a pandemia? Quais meios foram utilizados?

R: _____

3. Em seu ponto de vista, quais foram as dificuldades que os alunos encontraram diante das aulas remotas?

R: _____



4. Você enfrentou algum desafio com os pais ou responsáveis pelos alunos durante as aulas remotas? Quais foram?

R: _

5. Como ocorreu o processo de avaliação com os alunos? Quais foram os instrumentos utilizados?

R: _

6. Analisando esta situação, você conseguiu obter resultados com as aulas remotas? De maneira geral, os alunos conseguiram acompanhar os conteúdos? Se não, em sua opinião quais foram os fatores que prejudicaram esse processo?

R: _

7. Em seu ponto de vista, é possível avançar no ensino remoto diante da ausência do espaço físico (sala de aula), da rotina escolar, dos materiais pedagógicos e principalmente com a falta de convivência física entre os alunos e entre aluno-professor? O que ainda precisa ser alcançado?



R: _



CAPÍTULO IV

Lazer e desigualdade social: novas perspectivas durante a pandemia do COVID-19

Loren Salles Souza Pereira

RESUMO: Dentre os aspectos da vida diretamente afetados pela pandemia, encontramos o Lazer. Verificando as atuais recomendações para manter o bem estar e a saúde mental, encontram-se recomendações explícitas para as práticas de Lazer. Uma análise das últimas publicações das revistas de saúde mental (saúde psiquiátrica brasileira), aponta o Lazer, entre os fatores que auxiliam na manutenção da saúde mental em tempos de pandemia. O presente texto objetiva fazer uma reflexão sobre as imposições de restrição ao lazer e como pode ser desigual tal acesso em contextos de isolamento social, ocasionado pela pandemia do Covid-19. Entende-se que a pandemia constitui uma oportunidade para refletir sobre o grave quadro de desigualdade social e sobre o desafio que está diante à sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; covid-19; desigualdade social; isolamento social; pandemia.

ABSTRACT: Among the aspects of life directly affected by the pandemic, we find Leisure. Checking the current recommendations for maintaining well-being and mental health, there are explicit recommendations for Leisure practices. An analysis of the latest publications of mental health magazines (Brazilian psychiatric health), points out Lazer, among the factors that assist in maintaining mental health in times of pandemic. This text aims to reflect on the imposition of restrictions on leisure and how unequal this access to leisure can be in contexts of social isolation, caused by the Covid-19 pandemic. We understand that the pandemic is an opportunity to reflect on our serious situation of social inequality and on the challenge that is imposed on Brazilian society.

KEYWORDS: Leisure; Covid-19; social inequality; social isolation; pandemic.



Introdução

Dentre os aspectos da vida diretamente afetados pela pandemia, encontramos o Lazer. Verificando as atuais recomendações para manter o bem estar e a saúde mental, encontram-se recomendações explícitas para as práticas de Lazer. Uma análise das últimas publicações das revistas de saúde mental (saúde psiquiátrica brasileira), aponta o Lazer, entre os fatores que auxiliam na manutenção da saúde mental em tempos de pandemia.

O presente texto objetiva fazer uma reflexão sobre as imposições de restrição ao lazer e como pode ser desigual esse acesso ao lazer em contextos de isolamento social, ocasionado pela pandemia do Covid-19. Entende-se que a pandemia constitui uma oportunidade para refletir sobre nosso grave quadro de desigualdade social e sobre o desafio que se impõe à sociedade brasileira.

Para tal reflexão, o texto é apresentado em tópicos, iniciando com o uma breve contextualização do cenário atual da pandemia do covid-19, onde se reflete algumas questões históricas. Logo após, inicia-se uma abordagem sobre as novas perspectivas sobre o lazer durante a pandemia do COVID-19, baseadas nas recomendações das cartilhas de saúde mental. Em seguida, apresenta-se uma reflexão sobre o lazer como meio de solidariedade social, através dos “flashes moobs” nas varandas da Itália. Por fim, realiza-se algumas considerações sobre atuais questões ligadas à desigualdade social, através das Teorias de classe.

Contextualização do cenário atual: Pandemia do Covid-19

A pandemia de Covid-19 é uma crise de saúde pública que desafiou nosso modo de vida e tem revelado as profundas desigualdades sociais das sociedades contemporâneas. Contudo, catástrofes desta magnitude sempre trazem alertas importantes para a sociedade e se tornam uma oportunidade para que algumas indagações surjam, principalmente a respeito dos nossos arranjos societários e seus artefatos sociais, culturais, tecnológicos que, se por um lado, são celebrados como avanços para o nosso modo de vida, por outro também são produtores de desafios aos quais necessitam urgência em supera-los.

Laura Spinney é uma autora da área de história, que afirma existir uma escola de pensamento que, historicamente, as pandemias têm maior probabilidade de ocorrer em momentos de desigualdade social e discórdia. À medida que a pobreza se intensifica, as



condições básicas de saúde são afetadas, tornando esses grupos mais propensos a infecções. Ao mesmo tempo, são forçados a se mudarem mais, em busca de trabalho, e a gravitar para as cidades. Enquanto isso, os ricos têm mais recursos financeiros para gastar em luxos, incluindo produtos provenientes de lugares distantes. O mundo se torna mais estreitamente conectado pelo comércio, e germes, pessoas e bens de luxo viajam juntos por rotas comerciais que conectam cidades. Na teoria, parece uma boa hipótese.

Deixando as teorias de lado, e trazendo argumentos embasados em informações científicas, o historiador Peter Turchin descreveu uma forte associação estatística entre conexão global, crises sociais e pandemias ao longo da história. Um exemplo é o século II d.C., quando os impérios romano e chinês estavam no auge de sua riqueza e poder; os pobres de ambos os lugares eram muito pobres e as rotas de seda antigas desfrutavam de um apogeu. A partir de 165 CE, as pragas de antonino atingiram Roma; dentro de uma década, a praga também estava devastando a China, e os dois impérios entraram em declínio.

A praga de Justiniano no século 6 e a Peste Negra no século 14 surgiram em circunstâncias semelhantes, afirma Spinney, e que Turchin vê as mesmas forças em ação hoje: a globalização, levando ao surgimento de novos patógenos humanos, combinados com o aumento da desigualdade. As pandemias nem sempre provocam agitação social, mas podem causar, lançando em relevo as mesmas desigualdades que as causaram. Isso ocorre porque eles atingem mais os pobres - aqueles com emprego mal remunerado ou instável, que vivem em acomodações lotadas, têm problemas de saúde subjacentes e para os quais os serviços de saúde são menos acessíveis ou menos acessíveis.

Essas informações eram válidas no passado e continua sendo hoje. Durante a pandemia de gripe de 2009, a taxa de mortalidade foi três vezes maior no quinto mais pobre da população da Inglaterra do que no mais rico. Pode ser cedo para afirmar, porém o Covid-19 não mostra sinais de afastamento do padrão, o qual vem demonstrando relações com os dados socioeconômicos e também com a dimensão racial.

Mas há algo de novo nessa pandemia, que nunca foi vista antes na história da humanidade - e esse é o nosso experimento global sem precedentes de confinamento. Essas medidas de bloqueio são projetadas para retardar a propagação da doença, aliviar o fardo para os sistemas de saúde e, finalmente, salvar vidas - e parece que eles podem estar fazendo isso. Mas eles também podem estar exacerbando as desigualdades sociais.



Novas perspectivas sobre o lazer durante a pandemia do COVID-19

Com as pessoas forçadas a não saírem de casa, surgem questões em torno de um contexto entre o tempo livre “coagido” e o lazer. Enquanto em algumas partes do mundo, onde as medidas de isolamento social são mais flexíveis, as pessoas ainda estão autorizadas a realizar atividades ao ar livre nas proximidades de suas casas, em outras regiões, as medidas de isolamento estão mais rígidas, é inegável a aquisição de iniciativas baseadas na Internet.

Nos últimos meses, é impressionante a criatividade que as pessoas tem divulgados através das redes sociais, que de repente mostraram habilidades inesperadas de dançar, pintar e cozinhar. Embora a ideia de descobrir seus talentos internos pareça divertida, não podemos ignorar o momento complexo em que estamos vivendo. Realizar essas atividades de lazer significa manter a mente ocupada em um dos momentos mais desafiadores na história contemporânea.

Nos estudos culturais, a noção de lazer como ferramenta de distração não é nova. E, nesse contexto, pode valer a pena propor alguns pensamentos atualizados. Ao se pensar os impactos no lazer durante a pandemia do COVID-19, dois aspectos merecem atenção: as recomendações de atividades de lazer em cartilhas de saúde mental e a relação entre lazer virtual e as diferenças de classe.

O quadro abaixo aparece em alguns estudos atuais, da área de Psiquiatria, e saúde mental em tempos de Pandemia. Nele contem recomendações para se manter saudável, em vários aspectos, e dentre eles aparecem recomendações explícitas relacionadas diretamente ao lazer.



Quadro 1 - Recomendações de saúde mental durante pandemias e desastres em grande escala**Ações governamentais**

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação de equipes multidisciplinares de saúde mental nos níveis nacional, estadual e municipal - Realizar treinamento em protocolos de gerenciamento de estresse, trauma, depressão e comportamento de risco - Padronizar medicamentos psicotrópicos e disponibilizá-los - Garantir recursos e infraestrutura adequados para os serviços de saúde mental - Garantir que os cuidados de saúde clínicos e mentais sejam acessíveis à população - Desenvolver materiais psicoeducacionais facilmente acessíveis à população | <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer canais oficiais para informações atualizadas ao público - Fornecer canais de serviço alternativos (aplicativos, sites, telefone); - Monitorar e refutar notícias falsas - Incentivar continuamente a pesquisa científica - Considerar e respeitar fatores culturais na implementação de políticas públicas - Coletar dados epidemiológicos que possam apoiar futuras políticas de prevenção e assistência à saúde mental |
|--|--|

Recomendações individuais

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Cuidar de si e dos outros, mantendo contato com amigos e familiares e encontrando tempo para atividades de lazer - Seguir as recomendações da OMS e das agências de saúde do governo - Prestar atenção às suas próprias necessidades, sentimentos e pensamentos | <ul style="list-style-type: none"> - Limitar a exposição às notícias relacionadas a pandemia, pois muita informação pode desencadear distúrbios de ansiedade - Comunicar a alguém quando sentir sintomas de tristeza ou ansiedade - Auxiliar, tanto quanto possível, pessoas em grupos de risco |
|---|--|

Ações governamentais

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Limitar o contato físico com outras pessoas, evitando distância emocional - Monitorar estados mentais disfóricos, como irritabilidade e agressão - Desenvolver um sentimento de pertencer ao processo de cuidado coletivo - Considerar o impacto coletivo de suas ações - Considerar o impacto das ações sociais na interrupção ou desaceleração da doença - Não divulgar informações de fontes não oficiais - Manter o uso normal de medicamentos prescritos | <ul style="list-style-type: none"> - Compartilhar informações e instruções sobre prevenção de contaminação - Entender que estresse e medo são normais em situações desconhecidas - Evitar confundir a solidão do confinamento preventivo com abandono, rejeição ou desamparo - Estabelecer uma rede de suporte (mesmo que seja virtual) - Não discriminar ou culpar grupos ou indivíduos pelo processo de contaminação - Manter padrões adequados de sono, nutrição e exercício - Praticar meditação (atenção plena) - Usar técnicas positivas de psiquiatria / psicologia |
|---|--|

Cuidado com grupos específicos*Crianças:*

- Manter atividades familiares e de lazer (jogos).
- Explicar o fenômeno em linguagem clara e acessível; manter a rotina (na medida do possível), estar disponível para responder a quaisquer perguntas e entender que, nesses momentos, as crianças podem estar mais irritadas, sensíveis, exigentes e regressivas (por exemplo, urinar na cama). É importante não culpá-las por esses comportamentos: usar uma abordagem gentil e tranquilizadora.
- Ensiná-las a expressar seus sentimentos, como o medo, de uma maneira positiva.
- Controlar a quantidade de informações a que estão expostos, para que não fiquem ainda mais assustados.
- Em caso de quarentena, ser criativo, inventando jogos (principalmente envolvendo atividades físicas) para evitar o tédio.

Populações em risco que requerem quarentena (idosos imunodeprimidos, idosos etc.) e pacientes psiquiátricos:

- Ajudar a proteger essas populações do contato com o patógeno, especialmente os mais vulneráveis; prestar atenção especial a eles por meio de chamadas telefônicas / de vídeo e redes sociais.
- Estar disponível para ajudar nas tarefas que devem ser realizadas em locais de risco (por exemplo, fazer compras no supermercado).
- Manter uma maior vigilância em relação aos sintomas e garantir todo conforto possível enquanto estiverem em isolamento.
- Ajudar a aderir a medicamentos, se necessário, e fornecer suporte emocional.

Fonte: Ahead of print 2020 - revista debates in psychiatry

Atividades de lazer fazem parte da lista de ações desenvolvidas como forma de tratamento em serviços de saúde mental (BRASIL, 2003). Mas a partir desse ponto surgem algumas questões que dialogam com a questão apresentada no início do texto, a desigualdade:

Como o lazer pode ser acessado durante o isolamento social? Mesmo dentro de casa, existem desigualdades e barreiras para tal acesso?

A comunidade científica frequentemente defende que essas atividades devem ser um componente na manutenção da saúde mental (MORE et al., 2017). No entanto, não há consenso quanto a sua abordagem, há estudos que sinalizam até mesmo resultados conflitantes (UNODC, 2018). Isso mostra a relevância de estudos que venham a tematizar a saúde mental e as chamadas atividades de lazer. Para entender essas atividades é necessário compreender o fenômeno lazer, tarefa não tão fácil de se realizar e/ou definir em poucas palavras, devido à sua multiplicidade e que muitas vezes é interpretado pela ótica do senso comum.

O lazer, conforme a sociologia do trabalho, não é sinônimo de atividade recreativa (GOMES, 2004), podendo ser conceituado, a partir da perspectiva marxista, como fenômeno originário das articulações entre capital e trabalho (MASCARENHAS, 2005). Pode-se dizer que, o lazer é um fenômeno que não se resume à submissão ao capital, mas encerra possibilidades emancipatórias por meio de reflexões sobre a produção social e a cultura. Essa desnaturalização do lazer permite problematizar concepções do senso comum, muitas vezes ingênuas ou idealizadas (MASCARENHAS, 2014), que confundem a relação do fenômeno com a totalidade social, colocando o conceito de lazer como tempo livre para o desfrute da cultura. Esse processo de desnaturalização permite ainda compreender potencialidades nas estratégias e projetos voltados para aumentar, diminuir ou preencher o tempo disponível (MARCELLINO, 2014).

Conceituar o campo do lazer não é o objetivo central desse trabalho, embora seja necessário esclarecer algumas inter-relações que envolvem o campo, como na breve tentativa supracitada, para assim avançarmos no próximo tópico anunciado no início do texto sobre a solidariedade que emergiu nas varandas da Itália-flashmob- em tempos de pandemia.

Lazer como meio de solidariedade social: “flashmob” nas varandas da Itália

Ao Observar o que tem acontecido na Itália, é surpreendente. Imagens e vídeos de bairros inteiros cheios de pessoas cantando canções tradicionais de suas varandas. Essas iniciativas representaram um caso interessante de esforço social para promover a alegria. É importante ressaltar que, de fato, os italianos lançaram a ideia durante os primeiros dias da



propagação do COVID-19 na Itália, com todo o país experimentando um choque coletivo inesperado.

Conhecido como “Flashmob” – expressão que ainda não tem palavra correspondente para a tradução em português - entendida assim:

“Os *flashmobs* espalharam-se rapidamente por todo o mundo ocidental, tornando-se, nos últimos anos, uma forma inovadora de performance que estimula o reaparecimento – ainda que passageiro e evanescente – de comunidades criativas, ao passo que respondem a uma gama de tópicos de relevância social, sendo eles políticos, culturais, artísticos, cotidianos e assim por diante. Os *flashmobs* tornam-se visíveis dentro da esfera pública por intermédio de atos performativos breves e chamativos, percebidos como lúdicos e libertadores. Em termos de processo, os *flashmobs* como performances pertencem a uma economia cultural neoliberal globalizada. Eles hibridizam convenções e práticas das mídias ao vivo, on-line e móveis de maneiras inovadoras e inéditas”. (ALBACAN, 2014)

Quando a mídia mostrou as imagens dos flashmobs em todo o mundo, as pessoas imediatamente entenderam que isso era muito mais do que apenas uma atividade de lazer. Cantando em voz alta canções que têm fortes raízes em sua cultura e tradição, os vizinhos pareciam se lembrar do papel brilhante que a música sempre ocupou nos momentos mais sombrios da Itália, como “Bella Ciao”, considerado o hino do movimento de resistência contra o regime de Mussolini.

Enquanto as notas de " Nel blu dipinto di blu " (mais conhecido como "Volare") ecoavam nas ruas, um senso de identidade comum surgiu nesses apartamentos. E em 25 de abril, que marcou o 75º aniversário do fim da ditadura fascista na Itália, essas reuniões na varanda se tornaram ainda mais significativas. Durante o dia da libertação da Itália, as pessoas cantaram “Bella Ciao”.(SOLIGO,2020).

Embora a situação do COVID-19 seja diferente da de 1945, não podemos negar que os italianos estão sentindo uma nova apreciação pelo valor da liberdade. Movidos por melodias familiares, vizinhos que, desde o dia anterior eram estranhos, se consolavam, gritando o lema “andrà tutto bene” (tudo ficará bem). Em um momento em que o distanciamento social é a regra principal e a maioria de nossas comunicações se torna virtual, é importante mencionar este exemplo italiano. Isso mostra que as pessoas ainda precisam de interações pessoais, mesmo que isso signifique compartilhar experiências coletivas a quinze metros acima do solo.

A teoria de classe e lazer: reflexões em tempos de COVID-19

Soligo (2020) faz uma reflexão importante que relaciona a Teoria de Classe e o Lazer, de T. Veblen, autor do livro de 1899 *The Theory of the Leisure Class*, considerando metaforicamente que, se o autor pudesse viajar no tempo, veria que seu trabalho ainda é relevante durante essa pandemia, principalmente quando se trata de consumo conspícuo. O sociólogo americano usou o termo para expressar a demonstração de riqueza através da compra de itens caros.

Nas últimas semanas, parece que alguns feeds das redes sociais se tornaram os encontros contemporâneos da alta sociedade de 1800 descritos por Veblen. Para alguns, como influenciadores ricos, o bloqueio representa uma ocasião para mostrar sua versão luxuosa do isolamento. Usando a hashtag #stayhome, #fiqueemcasa, a nova classe de lazer baseada na Internet exhibe sua quarentena em mansões, postando vídeos de chefs superstar fazendo suas refeições e se exercitando em suas próprias academias privadas.

Enquanto a classe média prefere entretenimento virtual, que no momento parece prevalecer em termos de atividades de lazer, o Fórum Econômico Mundial relata que 3,7 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso à Internet. No Brasil, a situação não é diferente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou uma pesquisa com os dados mais recentes disponíveis no site, que aponta que 25% (ou um em cada quatro) dos brasileiros não têm acesso à internet. Em números totais, isso representa 46 milhões de pessoas. Vale ressaltar ainda, que, em áreas rurais o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chegando a 53,5%, o que demonstra significativa diferença em relação às áreas urbanas onde esse índice é de 20,6%.

Os dados da pesquisa apresentada, leva o nome de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018- onde indica também, os motivos pelos quais as pessoas não acessam a internet, apontando que quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) afirmam que o motivo para não acessar é por não saber usá-la; uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse; já para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro. E, finalmente, para 5,7% deste total, o equipamento



necessário para navegar pela web, como celular, laptop e tablet, é caro, e que quase todos os domicílios que usam Internet, acessam pelo celular.

Dentre os equipamentos utilizados para navegar na rede, o celular se manteve em alta em 2018, já próximo de alcançar a totalidade (99,2%) dos domicílios com acesso à internet. O microcomputador foi o segundo equipamento mais usado, e estava em 48,1% dos domicílios com Internet, tendo, inclusive, reduzido esse percentual em comparação a 2017 (52,4%). E o uso dos tablets diminuiu de 15,5% em 2017 para 13,4% em 2018. Já o acesso pela televisão aumentou bastante, de 16,1% em 2017 para 23,3% em 2018, embora ainda seja um percentual baixo de domicílios brasileiros investindo nesse recurso. Esse acelerado movimento de crescimento ocorreu em todas as regiões do país.

Destaca-se a importância em dialogar com esses dados, quando se pensa em atividades de lazer de forma virtual, conforme uma das recomendações apresentadas na cartilha sobre saúde mental, e também quando se propõem a questionar as desigualdades sociais e diferenças de classe que a pandemia tem exposto, o que vai além de uma crise de saúde.

A renda familiar relaciona-se com o tipo de equipamento utilizado. Nos domicílios com uso de Internet no tablet e televisão, o rendimento médio per capita era, em geral, bem mais elevado: R\$ 3.538 e R\$ 3.111, respectivamente. Já nos domicílios que usavam o celular para acessar a internet, o valor era quase a metade (R\$ 1.765).

Ao refletir-se no lazer em meios digitais, os vídeos em geral também ganharam espaço. Cerca de 86% dos brasileiros afirmaram acessar a internet para assistir a filmes, séries e outros formatos, seja via streaming ou o download desse tipo de conteúdo. Em 2017, esse número era de 81,8%.

A pesquisa do IBGE aponta também que quase 96% dos brasileiros com acesso à internet a utilizam para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens, lançando mão de aplicativos de mensagens, como o Whatsapp, Telegram, Facebook Messenger, entre outros.

Como a organização explica, a situação do COVID-19 expôs um fosso digital como nunca antes. O que isso implica, de uma perspectiva sociológica? Certamente, alguns podem argumentar que as atividades de lazer on-line não são uma necessidade. Mas uma análise



cuidadosa da situação revela que o acesso à Internet durante o COVID-19 vai além das aulas de fitness e dos videogames.

Um exemplo, acima de tudo, poderia ser um termo que se tornou cada vez mais parte do vocabulário dos estudos de lazer: educação e entretenimento, que combina “educação” e “entretenimento”. Hoje em dia, a oferta on-line nesse sentido é vasta, especialmente para as gerações jovens, de desenhos animados que facilitam o aprendizado de crianças em idade escolar em casa a bibliotecas on-line e arquivos de documentos para estudantes do ensino médio e universitários. A UNESCO, no entanto, publicou uma declaração, onde conta que metade de todos os alunos atualmente fora da sala de aula não tem acesso a um computador. No Brasil, a realidade não é diferente.

Em uma publicação recente da Associação Sociológica Americana, R. Ray e F. Rojas explicam que um grande número de estudantes não tem wi-fi adequado para se envolver totalmente on-line e que os alunos com deficiência estão em desvantagem ainda maior. Dados como os acima mostram que não podemos reduzir a ameaça da corona vírus a uma mera crise de saúde. A pandemia do COVID-19 está trazendo à tona uma série de questões sociais que não podem mais ser ignoradas.

Considerações finais

Acredita-se que devemos usar essa situação como um processo de aprendizado, e devo dizer que os dois tópicos que mencionei me ensinaram muito. O exemplo italiano mostrou que, apesar de quão fascinante a mídia social possa ser, as pessoas ainda sentem a necessidade de se conhecer pessoalmente e compartilhar seus medos. Os italianos em suas varandas não cantavam alto durante horas pelo prazer. Eles se encorajaram enquanto desenvolviam solidariedade social. Além disso, refletir sobre as diferenças de lazer e de classe durante o COVID-19 revelou que os problemas sociais não pararam durante o bloqueio. Eles se tornaram ainda mais claros.

Analisar o papel do lazer em um momento em que o tempo livre se tornou regra não é uma tarefa fácil, mas pode levar a descobertas úteis. Nos próximos meses, os cientistas sociais terão o papel fundamental de estudar como os bloqueios mudam nossa vida cotidiana. Comecei este post afirmando que pedia aos meus alunos que definissem lazer durante o COVID-19. Embora eles ainda não tenham entregue suas designações, estou confiante de que a ideia de



tempo livre mudou nas últimas semanas. Como eu acho que é o caso de muitos outros ao redor do mundo.

REFERENCIAS

Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais> Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 50-62, maio 2020

SPINNEY, Laura. **Cavaleiro pálido: A gripe espanhola de 1918 e como mudou o mundo** . PublicAffairs, 2017.

Albacán, Aristita Ioana. O Flashmob como Performance e o Ressurgimento de Comunidades Criativas. Rev. Bras. Estud. Presença , Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 8-27, abr. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-26602014000100008&lng=en&nrm=iso. acesso em 29 de junho de 2020. <https://doi.org/10.1590/2237-266041789> .

Albacan, Aristita Ioana. (2014). O Flashmob como Performance e o Ressurgimento de Comunidades Criativas. Revista Brasileira de Estudos da Presença , 4 (1), 8-27. <https://doi.org/10.1590/2237-266041789>

SOLIGO, Marta. Resenha: The Strip. Las Vegas e a arquitetura do sonho americano. **Revista de Pesquisa e Revisão de Jogos da UNLV** , v. 22, n. 1, p. 4, 2020.



CAPÍTULO V

Inter-relações entre Vigotsky e a Lei Brasileira de Inclusão

Interrelationships between Vigotsky and the Brazilian Inclusion Law
Interrelaciones entre Vigotsky y la Ley de inclusión brasileña

Loren Salles Souza Pereira

RESUMO

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE, 2010), referentes ao censo do ano 2010, demonstram que mais de 45,6 milhões de brasileiros, o que representa 23,9% da população do país, declararam ter alguma deficiência. Reconhecendo-se a relevância desses dados, o objetivo desse artigo foi estabelecer um diálogo entre os diferentes conceitos e pontos de vista que giram em torno do termo Pessoa com deficiência, deficiência, inclusão, Educação e Lazer. Utilizou-se como referência o texto de Vigotsky, provavelmente escrito entre 1924 e 1931, e publicado em 1983, e também o texto da atual legislação que trata dos direitos das Pessoas com deficiência, a LBI. Conclui-se que a terminologia passou e ainda está passando por evolução conceitual, e que o campo da Deficiência, chamado por Vigotsky de “Defectologia”, vem ganhando força na sociedade, amparado por políticas públicas e avanços científicos.

Palavras-chave: Deficiência; Pessoa com deficiência; Vigotsky; Lazer.

ABSTRACT

The most recent data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - (IBGE, 2010), referring to the 2010 census, show that more than 45.6 million Brazilians, representing 23.9% of the country's population, declared having some deficiency. Recognizing the relevance of these data, the objective of this article was to establish a dialogue between the different concepts and points of view that revolve around the term People with disabilities, disabilities, inclusion, Education and Leisure. Vigotsky's text, probably written between 1924 and 1931, and published in 1983, was used as a reference, as well as the text of the current legislation dealing with the rights of persons with disabilities, the LBI. It is concluded that the terminology has passed and is still undergoing conceptual evolution, and that the field of Disability, called by Vigotsky "Defectology", has been gaining strength in society, supported by public policies and scientific advances.

Keywords: disability; disabled people; Vigotsky; Leisure.

RESUMEN

Los datos más recientes del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE, 2010), en referencia al censo de 2010, muestran que más de 45,6 millones de



brasileños, que representan el 23,9% de la población del país, declararon tener alguna deficiencia. Reconociendo la relevancia de estos datos, el objetivo de este artículo fue establecer un diálogo entre los diferentes conceptos y puntos de vista que giran en torno al término Personas con discapacidad, discapacidad, inclusión, Educación y Ocio. El texto de Vigotsky, probablemente escrito entre 1924 y 1931, y publicado en 1983, se utilizó como referencia, así como el texto de la legislación actual que trata sobre los derechos de las personas con discapacidad, el LBI. Se concluye que la terminología ha pasado y aún está en evolución conceptual, y que el campo de la discapacidad, llamado por Vigotsky "Defectología", ha ido ganando fuerza en la sociedad, con el apoyo de políticas públicas y avances científicos.

Palabras clave: discapacidad; Persona discapacitada; Vigotsky Recreación.



Introdução

No Brasil, observa-se um processo de avanços científicos, tecnológicos e culturais nas discussões sobre acessibilidade. Novos panoramas foram apresentados sobre o tema, como a criação de leis vigentes, normas e também trabalhos acadêmicos.

De modo geral, pode-se afirmar que importantes mudanças em relação aos direitos das pessoas com deficiência vêm sendo observadas no Brasil, impelidas tanto pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), como pelo entendimento da deficiência em sua interação com o ambiente e fatores sociais em uma perspectiva biopsicossocial (OMS, 2004) destacando-se também o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2011).

O governo federal, em 2011, lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Plano Viver sem limite-, a fim de garantir oportunidades de direitos e cidadania às pessoas com deficiência. Esse plano é compromissado com as prerrogativas da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A ideia era equiparar as oportunidades para que a deficiência não seja impeditiva na realização de projetos de vida dos indivíduos (BRASIL, 2013).

No ano de 2016, no mês de janeiro, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão- LBI tendo como base a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência que visa a promoção dos direitos e liberdade de 45 milhões de brasileiros com alguma deficiência.

No Brasil, desde 1988, a partir da promulgação da Constituição Federal, iniciou-se o processo de reconhecimento junto à legislação, de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. O presente artigo tem a intenção de estabelecer um diálogo com um texto do autor Vygotsky, que- apesar de ter sido escrito há quase cem anos (em meados dos anos 1924 à 1931), trabalha a temática da “*defectologia*”, que corresponde hoje, ao termo Deficiência.



Reflexões do termo “Defectologia” em Vygotsky

O texto de Vygotsky foi traduzido diretamente do russo por Sales, Marta Oliveira e Marques (2011), que constituem um grupo de tradução dedicado às obras de Vygotski. O texto original (VYGOTSKI, L. S. Defektologuia i utchenie o razvitii i vospitanií nenormálnogo rebionka. In: Problemi defektologii [Problemas de defectologia]. Moscou: Prosveschenie, 1995. p. 451-458.) tem sua data de produção desconhecida, mas provavelmente foi escrito entre 1924 e 1931. Assim como na tradução feita pelos autores mencionados acima, os termos defectologia e criança anormal, utilizados no título e ao longo do artigo, foram mantidos no presente texto, por corresponderem à terminologia utilizada no início do século XX, quando Vygotski produziu seus textos. Atualmente, seriam equivalentes às expressões deficiência e educação especial e criança com deficiência, respectivamente.

Vygotski foi um dos primeiros autores do século XX cujas ideias defenderam pressupostos que hoje sustentam o pensamento inclusivo. O autor traz uma importante reflexão sobre o desenvolvimento e os processos através dos quais acontecem o aprendizado, dando ênfase ao que hoje chamamos de pessoas com deficiência, no texto chamadas de “*anormais*”.

Para ele, existem duas vias de desenvolvimento: o *Direto* e o *Indireto*. Pode-se dizer, que a tese central do autor é de que caminhos indiretos de desenvolvimento são possibilitados pela cultura quando o caminho direto está impedido. Essa teoria teria grande importância ao se pensar no desenvolvimento das crianças com deficiência. O desenvolvimento cultural seria, assim, uma das principais esferas em que é possível vencer algumas barreiras que a pessoa com deficiência pode enfrentar.

No mesmo artigo o autor, também, traz a discussão sobre a importância das formas Culturais e Naturais de comportamento, relacionando-os com as vias de desenvolvimento.

(...) as formas culturais de comportamento são o único caminho para a educação da criança anormal. Elas consistem na criação de caminhos indiretos de desenvolvimento onde este resulta impossível por caminhos diretos. a língua escrita para os cegos e a escrita no ar para os surdos-mudos são tais caminhos



psicofisiológicos alternativos de desenvolvimento cultural.
(VYGOTSKI, 1983, p.868)

Partindo da premissa que propõe os estudos do autor, onde a condição para que a criança passe por transformações essenciais, apoia-se na qualidade das interações sociais, contrapondo-se à situação de isolamento social, ao qual muitas crianças com deficiência são expostas. Para Vygotsky, a aprendizagem é um processo social, e deveria acontecer em encontro com outras pessoas ditas “normais”, não se restringindo apenas aos grupos com condições similares.

A contribuição de Lev Vygotsky para a defectologia, hoje conhecida com Campo da deficiência, tornou-se uma parte significativa de sua teoria geral e seu legado. Dentro de sua teoria geral do desenvolvimento infantil, ele criou um abrangente paradigma podendo ser usado como referências para o campo da Educação Especial.

O próximo tópico, apresenta a relevância da participação social e evolução das leis Brasileiras, como reflexo para a educação especial contemporânea.

Perspectivas acerca da nova Lei Brasileira de Inclusão

Tendo como base a Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão-LBI, foi construída diferentemente da Convenção da ONU, que é uma carta de intenções, o texto da LBI tem o intuito de apresentar soluções práticas para grande parte das áreas abrangentes das políticas públicas.

Muito além das medidas instituídas pela Convenção, tais como o acesso à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, informação, entre outros, o texto da Lei Brasileira de Inclusão baseou-se na carência de serviços públicos existentes no Brasil e nas demandas da própria população. (GABRILLI,2016, p.2)



Gabrilli (2016) enfatiza que a composição da LBI, partiu do pressuposto de que nenhum retrocesso sobre os direitos já conquistados poderia ocorrer. A ideia principal da LBI, sempre foi a de gerar avanços no que diz respeito à direitos das pessoas com deficiência. O texto da LBI foi pensado, para que não houvessem repetições nas questões legais já previstas em outras legislações. Pode-se dizer, que a LBI não é um aglomerado de leis, mas “[...] um documento que altera algumas já existentes para harmoniza-las à Convenção Internacional”, (GABRILLI,2016, p.2). Ou seja, algumas leis que não estavam de acordo com o novo paradigma das pessoas com deficiência.

A nova legislação traz regras e orientações para a promoção dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência. A LBI, em seu cap. IX, trata do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. Sendo esse, o foco de reflexão desse estudo.

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso.

I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.” (BRASIL,2015, p.17)

A LBI, assim como o texto das Convenção Internacional das Nações Unidas, sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) , sugerem que o poder público, deve adotar medidas e soluções visando à eliminação, a redução ou a superação de barreiras para a promoção do acesso à cultura, lazer, esporte e turismo.

O artigo 43, do mesmo capítulo supracitado, garante o dever do poder público, em promover a participação da PcD em diversas atividades.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo [...]

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas - assegurar acessibilidade nos locais de



eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015, p.17)

O artigo 44, que também compõe o capítulo IX, assegura a reserva de espaços livres e assentos para PcD de acordo com a capacidade de lotação do edifício, trazendo também no último artigo do capítulo, artigo 45, a obrigatoriedade das novas edificações construídas, relacionadas à atividades de turismo e lazer, citando os hotéis, pousadas e similares, serem construídos observando-se os princípios do Desenho Universal.

O Desenho Universal é um conceito que tem por objetivo definir produtos e espaços que atendam a todos: crianças, adultos e idosos; pessoas altas e baixas, anões, gestantes e pessoas sem ou com qualquer tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Podemos dizer que onde há acessibilidade, há aplicação do desenho universal. (BRASIL,2016,p.4)

É importante enfatizar, que a LBI traz como principal inovação a mudança no conceito de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas sim como “o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo” (GABRILLI,2016, p.2)

Esse novo conceito de deficiência, significa dizer que a deficiência deixa de ser algo atribuído à pessoa - que ela carrega consigo -, ganhando um novo significado, passando a ser considerada - fruto da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um-. A LBI veio, como um marco na conquista dos direitos das pessoas com deficiência, reforçando que a deficiência está no meio e não nas pessoas. Quanto mais acesso às oportunidades as pessoas dispõem,



menores serão as dificuldades consequentes das suas características. (GABRILLI,2016, p.2)

O conceito de Desenho Universal é um requisito fundamental para garantir a qualidade de vida de um indivíduo, tanto no ambiente público ou privado. Seu objetivo é certificar que todos, sejam PcD ou não, possam praticar suas ações cotidianas e utilizar o espaço de modo autônomo e seguro. Um resultado eficaz da interação do ser humano com o ambiente construído depende de sua própria capacidade, mas é dever do profissional da área arquitetônica e urbanística ter preocupação em criar espaços de uso democrático para diferentes perfis de usuários. (ALMEIDA e BATOLOMEI, 2013)

O acesso universal é um direito e uma questão cultural, fundamental para o processo de inclusão social. A ausência dele “é fruto não de uma incapacidade do indivíduo, e sim de um meio deficiente, que limita e segrega as pessoas com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais” (VAZ, 2008, p.58), temporárias ou permanentes.

A partir destes ideais, Cambiaghi (2007, p.16) descreve que o modelo Universal foi adotado por “destinar a qualquer pessoa e por ser fundamental para tornar possível a realização das ações essenciais praticadas na vida cotidiana, o que é uma consolidação dos pressupostos dos direitos humanos”.

Acessibilidade significa garantir espaços que apresentam condições de acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades individuais. O ambiente construído não leva em conta a diversidade de usuários nos espaços públicos e suas limitações, mas deveria promover independência de acesso a eles. Duarte e Cohen (2010) apontam que a sociedade deve ter outra atitude em como abordar a acessibilidade:

A acessibilidade plena será atingida a partir de uma postura urbana e atitudinal que reavalia a própria noção de deficiência. Esta, por muito tempo, esteve associada a fatores individuais, ou seja, as pessoas com deficiência deveriam se adaptar ao meio. Em nossa entender, são os espaços que devem ser considerados ‘deficientes’ quando não se adaptam a todas as pessoas (DUARTE; COHEN, 2010, p.87).



Considerações finais

Pode-se inferir, que os conceitos apresentados pelo autor em seus estudos envolvendo a temática da “defectologia”, possuem grande relação com o atual momento da sociedade, no movimento de inclusão das Pessoas com Deficiência, a Educação Especial e participação social. A contribuição de Lev Vygotsky para a defectologia tornou-se uma parte significativa de seu legado. Dentro de sua teoria geral do desenvolvimento infantil, ele criou um paradigma abrangente e oferecendo importantes referências e orientações para o campo da Educação Especial.

Conclui-se que a terminologia passou e ainda está passando por evolução conceitual, e que o campo da Deficiência, chamado por Vygotsky de “Defectologia”, vem ganhando força na sociedade, amparado por políticas públicas e avanços científicos. Mas que, ainda sim, é uma área que merece maior atenção da sociedade e do meio científico, visto que não há um número significativo de publicações que discutam a temática.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA, P.A.S; BARTHOLOMEI, C.B.L.. Acessibilidade de “cadeirantes” no espaço de ensino público: UNESP, campus de Presidente Prudente–SP. **Revista Tópos**, v. 5, n. 2, p. 21-46, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BADIA, M. et al. Relationships between leisure participation and quality of life of people with developmental disabilities. **Journal of applied research in intellectual disabilities** : **JARID**, v. 26, n. 1995, p. 533–45, 2013.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.



BULT MK, Verschuren O, Jongmans MJ, Lindeman E, Katelaar M. What influences participation in leisure activities of children and youth with physical disabilities. *Res Dev Disabl.* 2011;32(5):1521–1529.

CARVALHO, R. E. **La clasificación de la funcionalidad y su influencia en el imaginário social sobre lãs discapacidades.** In: Brogna P. *Visiones y revisiones de la discapacidad.* México: FCE; 2009.

CAMBIAGHI, S. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASSAPIAN, Marina Redekop; RECHIA, Simone. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar (Impr.)**, v. 22, n. 1, 2014.

CIF. **Classificação Internacional da Funcionalidade.** São Paulo: Editora USP, 2003.

DENEK, K. Pedagogiczne aspekty czasu wolnego. *Lider.* 2006;12:8–14.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; MACHADO, R.; SILVA, R. M. de S.; PADARATZ, R.; ANTONINI, C.; de Florianópolis. Florianópolis: Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, UFSC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

DAUFENBACH, K.; SOUZA, T. R. M. de. *Desenho Universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino*

DUARTE, C. R.; COHEN, R. A acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-94.

DYKCIK, W. (red.) *Pedagogika specjalna. Rozdział I.* Wyd. Naukowe UAM, Poznań. 1998. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa.* Porto Alegre: Artmed, 2009a.

GABRILLI, M. **GUIA SOBRE A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO.** [s.l.: s.n.].

KUBINSKA, Z.; BERGIER, B.; BERGIER, J. Usage of leisure time by disabled males and females from the Lublin Region. **Annals of Agricultural and Environmental Medicine**, v. 20, n. 2, p. 341–345, 2013.

KUVALEKAR, K. et al. Qualidade de Vida entre as Pessoas com Deficiência Física em Udupi Taluk : um estudo transversal. v. 4, n. 1, 2015.

LEITE, F. P. A. **O município Acessível à Pessoa Portadora de Deficiência: O direito à eliminação das barreiras arquitetônicas.** São Paulo: RCS Editora, 2009.



MEULENKAMP, T. M. et al. Participation of People With Physical Disabilities: Three-Year Trend and Potential for Improvement. **Archives of Physical Medicine and Rehabilitation**, v. 94, n. 5, p. 944–950, 2013.

OMS. Lisboa 2004. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**, p. 238, 2004.

REIS, L. J. de A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas Públicas para o Lazer: pontos de vista de alguns teóricos do Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-20, ago. 2008.

SANTOS, A. *et al.* Lazer, Esporte, Jogo e Trabalho: uma relação com a deficiência. **Diálogos possíveis**, Salvador, v. 5, n. 1, 2014.

SILVA, F. C. M. et al. Influence of context in social participation of people with disabilities in Brazil. **Revista panamericana de salud pública = Pan American journal of public health**, v. 34, n. 4, p. 250–6, 2013b.

TAVARES, F. S. (2012). **Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação** (PPGE/UFPE). Recife - PE: Universidade Federal de Pernambuco.

SENNA, C. M.; NUNES, L.; RESUMO, S. **Atenção à saúde em grandes centros urbanos : desafios à consolidação do SUS**. , 2010.

VAZ, D. Acessibilidade à paisagem. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 4, p. 863-869, Dec. 2011 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012&lng=en&nrm=iso>. access on 18 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400012>.



Sobre as autoras

Loren Salles Souza Pereira é Doutoranda em Educação Física no programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, área de Educação Física e Sociedade. Mestra em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, área de Educação e Cultura. É especialista em processos didático-pedagógico para cursos na modalidade a distância, pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Lavras-UFLA e Licenciada em Pedagogia.

Adriana de Sousa do Prado Serra

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Camila de Souza Alves

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Camila de Souza Ramos

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Catia Maria Ambrosio da Rocha

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Celina Keiko Kono

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Denise Malafatti Gonçalves

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Mônica Regina Fróis

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Sílvia Domingues Pozippe

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP

Tatiana Donizetti de Carvalho Curatito

Graduada em Pedagogia pela -UNIVESP



Dentre os aspectos da vida diretamente afetados pela pandemia, encontramos a Educação. Esse livro é resultado de pesquisas que buscaram entender quais foram os principais impactos e desafios enfrentados pela comunidade escolar, e, também, traz algumas reflexões sobre temas transversais que permeiam o universo da Educação

